

# RELATÓRIO E CONTAS

2 0 2 2



GESTÃO DE ATIVOS

Grupo  CaixaBank

# ÍNDICE

## • RELATÓRIO DE GESTÃO

1. ORGÃOS SOCIAIS.....	3
2. INTRODUÇÃO.....	4
3. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E DE MERCADO .....	6
4. ATIVIDADE E DESEMPENHO.....	13
5. INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPONSÁVEL.....	24
6. GOVERNAÇÃO E RISCO .....	32
7. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	39

## • DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

Anexo às Demonstrações Financeiras .....	43
--	----

## • CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS .....

88

## • RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL .....

91

## 1. ORGÃOS SOCIAIS

Os membros dos Órgãos Sociais da BPI Gestão de Ativos são eleitos para um mandato de três anos.

Paulo Freire de Oliveira renunciou, com efeito a partir de 1 de janeiro de 2022, ao cargo de presidente do Conselho de Administração.

Ana Martín de Santa Olalla Sánchez foi nomeada presidente do Conselho de Administração em 9 de fevereiro de 2022.

Jorge Sousa Teixeira foi nomeado (em Conselho de Administração) presidente da Comissão Executiva em 21 de junho de 2022.

Carla Sofia Coelho Ribeiro Miranda foi nomeada (em Assembleia Geral) Administradora Executiva em 21 de março de 2022.

### Mesa da Assembleia Geral

#### **Presidente**

João Silva Pratas

#### **Secretário**

Maria José Bragado

### Revisor Oficial de

PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda representada por Cláudia Sofia Parente Gonçalves de Palma ou por Isabel Maria Martins

### Conselho de Administração

#### **Presidente**

Ana Martín de Santa Olalla Sánchez

#### **Vogais executivos**

Jorge Sousa Teixeira

Manuel Puerta da Costa

Carla Sofia Miranda

#### **Vogais não executivos**

Miguel Almeida Ferreira

Mónica Valladares Martínez

Juan Pedro Bernal Aranda

António Luna Vaz

### Conselho Fiscal

#### **Presidente**

José Manuel Toscano

#### **Vogais**

Isabel Correia de Lacerda

Luís Patrício

#### **Suplente**

Francisco André Oliveira

## 2. INTRODUÇÃO

### 2.1. Principais Indicadores

# 7.730 m.€

**Ativos Geridos pela Sociedade**

# 17.0%

**Quota de Mercado**  
Fundos de Inv. Mobiliário

# 14.2%

**Quota de Mercado**  
Fundos de Inv. Imobiliário Abertos

# 8.131 m.€

**Resultado Líquido**

	Dez. 19	Dez. 20	Dez. 21	Dez. 22
Ativo total líquido	27 145	29 028	36 506	34 062
Comissões Recebidas	35 814	18 304	26 418	23 837
Comissões Líquidas	18 114	18 004	25 784	23 074
<b>Produto bancário</b>	<b>17 767</b>	<b>17 743</b>	<b>25 574</b>	<b>22 795</b>
Custos de estrutura / produto bancário <sup>1</sup>	69.6%	66.48%	44.52%	55.4%
Custos com pessoal / produto bancário <sup>2</sup>	28.20%	29.27%	16.98%	19.4%
<b>Lucro líquido</b>	<b>4 076</b>	<b>4 363</b>	<b>10 899</b>	<b>8 131</b>
Produto bancário / Ativo líquido médio <sup>3</sup>	60.6%	65.33%	80.05%	68.2%
Rentabilidade do ativo total médio (ROA) <sup>3</sup>	18.40%	21.90%	34.12%	24.3%
Rentabilidade dos capitais próprios (ROE) <sup>3</sup>	23.10%	27.72%	44.26%	31.3%
Valores por ação ajustados (euros):				
Lucro líquido por ação	8.15	8.72	21.80	16.26
Valor contabilístico	43.06	42.74	55.62	51.91
N.º médio ponderado de ações	500 000	500 000	500 000	500 000
Responsabilidades com pensões de Colaboradores	4 483	5 181	5 493	3 707
Financiamento das responsabilidades com pensões <sup>4</sup>	91%	81%	98%	130%
Capitais Próprios	21 529	21 371	27 810	25 954
Rácio Fundos Próprios Totais <sup>5</sup>	56.4%	41.42%	42.9%	47.1%
<b>Ativos Geridos pela Sociedade (em Milhões de euros)</b>	<b>6 481</b>	<b>7 226</b>	<b>8 765</b>	<b>7 730</b>

#### Comissões Líquidas (milhares €)



#### Ativos Geridos pela Sociedade (milhões €)



<sup>1</sup> Custos de estrutura em percentagem do produto bancário.

<sup>2</sup> Custos com pessoal em percentagem do produto bancário.

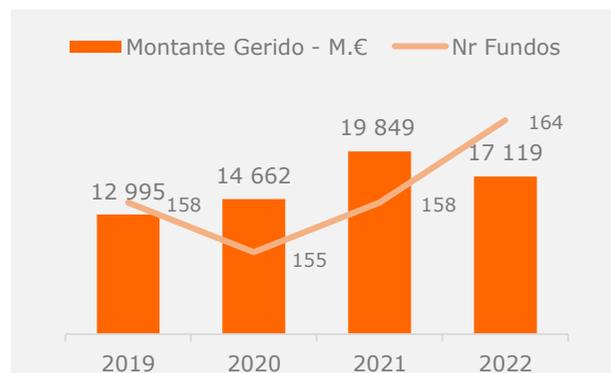
<sup>3</sup> Calculado de acordo com a Instrução 16 / 2004 do Banco de Portugal.

<sup>4</sup> Previsto no artigo 71ºM do RGOIC.

<sup>5</sup> Calculado de acordo com o previsto no Artigo 71º-M do RGOIC.

## 2.2. Mercado Nacional

Em 2022, o mercado nacional dos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários (OICVMs) registou um decréscimo de -14% no total de ativos sob gestão, com uma variação líquida negativa acumulada de -2 730 M€ tendo, no final do ano, atingido o montante de 17 119 M€ sob gestão, um decréscimo substancial quando comparado com 2021, ano em que se tinha registado um crescimento de 35%.



Fonte: APFIPP

Os fundos geridos pela BPI Gestão de Ativos registaram, em 2022, um volume de subscrições líquidas negativo em todas as categorias com especial destaque para a classe de Eficiência Fiscal (PPR). Na categoria de fundos imobiliários, especificamente no

BPI Imofomento FIIA, verificou-se uma produção líquida negativa de 12,0M€ em 2022.

A BPI Gestão de Ativos terminou o ano de 2022 com uma quota no mercado nacional de OICVMs de 17,0%, mantendo a terceira posição do ranking nacional.

No top 10 de fundos de investimento nacionais (OICVMs) mais rentáveis, segundo a APFIPP, a BPI Gestão de Ativos ocupou o segundo lugar, com o fundo BPI Brasil, o terceiro lugar com o fundo BPI Portugal e o quarto lugar com o BPI Ibéria.

Foram vários os fundos da BPI Gestão Ativos que se destacaram nas diferentes categorias da APFIPP no ano 2022: o BPI Portugal destacou-se na categoria de fundos nacionais de ações nacionais; o fundo BPI Ibéria na categoria de fundos nacionais de ações ibéricas; O BPI Europa na categoria de fundos nacionais de ações europeias; o BPI África na categoria de outros fundos nacionais de ações internacionais; O BPI Moderado na categoria de fundos nacionais multi-ativos moderados; e o BPI Brasil com o melhor desempenho na categoria de fundos nacionais flexíveis e o segundo melhor desempenho no geral.

O mercado nacional de Organismos de Investimento Imobiliário registou um aumento de 2,38% no total do valor sob gestão de Fundos Imobiliários Abertos que subiu para os 4 233 M€ (4 135 M€ em 2021), confirmando a subida nos FII abertos verificada no ano anterior, de 10,28% entre 2020 e 2021.

A quota de mercado da BPI Gestão de Ativos nesta categoria, no final de 2022, era de 14,18% (14,58% em 2021), passando para a quinta posição do ranking nacional das sociedades gestoras por volume de ativos sob gestão nos OIC imobiliários Abertos.

## 3. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E DE MERCADO

### 3.1. Conjuntura Económica e Financeira

#### Economia Portuguesa

2022 foi um ano positivo para a economia portuguesa, apesar do contexto global desafiante. A economia portuguesa evoluiu ligeiramente abaixo da previsão do Banco de Portugal (6,8%), um desempenho explicado pela reabertura progressiva depois da pandemia, recuperação do consumo privado (sustentado pelas poupanças acumuladas durante a pandemia e um mercado de trabalho robusto), das exportações e da atividade turística. Ainda assim, o final do ano terá sido mais desafiante, com a inflação a atingir níveis expressivos, os custos da dívida de empresas e famílias (em larga maioria concedidos a taxas variáveis) a aumentar de forma acentuada e os preços da energia a colocar pressão nas faturas da energia de forma transversal.

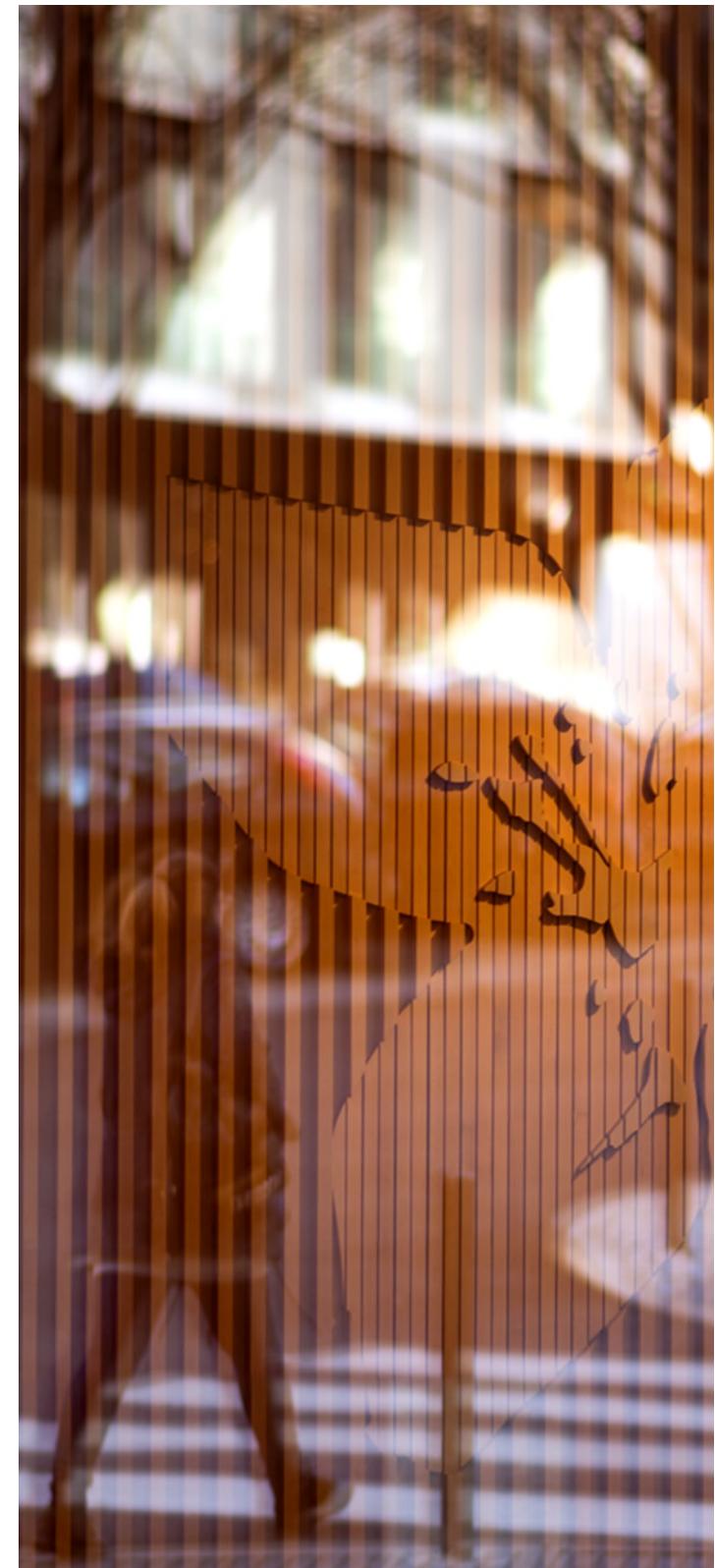
A crise energética, os estrangulamentos nas cadeias de abastecimento globais e o conflito na Ucrânia (com impacto também nos preços dos alimentos) explicam que a inflação tenha atingido o nível mais alto desde inícios da década de 90 (7,8%, em média em 2022).

Por sua vez, o mercado de trabalho mostrou-se robusto, com a taxa de desemprego a atingir os níveis mais baixos desde 2002 (em torno dos 6% na média do ano) e a enfrentar uma enorme escassez de mão-de-obra, atendendo ao número máximo de vagas por preencher.

Ao nível das contas externas, a balança corrente terá registado um défice em torno de 1,5% do PIB, pressionada por uma balança energética deficitária, ainda que mitigada pela forte recuperação do turismo.

Nas contas públicas, o défice orçamental pode ter ficado abaixo de 1,5% do PIB (Governo estimava -1,9%), explicado pelo crescimento significativo da receita fiscal e contenção da despesa. Neste contexto, o rácio de dívida pública pode já ter ficado abaixo do registado antes da pandemia (115%, face a 116,6% em 2019).

Para 2023, antecipamos uma forte desaceleração do PIB (1,0%), um cenário assente no efeito cumulativo da escalada de inflação (deverá manter-se em níveis superiores a 5% em 2023), aumento dos juros, prolongamento dos estrangulamentos (ainda que de menor dimensão), crise energética e envolvente mais incerta. O mercado de trabalho deverá refletir esta acentuada desaceleração, mas o aumento esperado da taxa de desemprego deverá ser contido (ligeiramente acima dos 6%), considerando a escassez de mão-de-obra e o conseqüente incentivo das empresas para reter talento. A trajetória de



consolidação orçamental deverá prosseguir em 2023, estimando o Governo que o défice diminua para 0,9% do PIB e o rácio de dívida pública para 110,8% do PIB.

### Sistema Financeiro

No final do 3T 2022, o rácio de transformação (crédito/depósitos) situava-se em 79%, menos 2,1 p.p. face ao final de 2021 e continuando a trajetória de descida observada nos últimos anos. O rácio de capital CET 1 diminuiu 0,9 p.p. face ao final de 2021, para 14,6%. Em paralelo, o rácio NPL total diminuiu para 3,2% (menos 0,5 p.p. face a 2021).

Não obstante estes bons indicadores, o Banco de Portugal, no último Relatório de Estabilidade Financeira, apontou para um agravamento dos riscos, considerando o atual contexto adverso (inflação elevada, expectativas de recessão em várias economias mundiais e condições financeiras mais restritivas) e as vulnerabilidades da economia portuguesa. Neste contexto, destacam-se os riscos relativos à redução do valor dos imóveis usados como colaterais em crédito à habitação, reavaliação dos prémios de risco e possibilidade de aumento do incumprimento das empresas e dos particulares resultantes do atual contexto.

Em novembro, a carteira de crédito do setor privado não financeiro aumentou 1,6% homólogo (-0,7% no segmento empresarial e +3,0% nos particulares). Até novembro, a nova contratação cresceu 9,2% homólogo, resultado do aumento de 4,8% do novo crédito à habitação, 19,4% no crédito ao consumo e 9,3% às empresas. No entanto, a nova

contratação está a desacelerar perante o aumento das taxas de juro e ambiente de elevada incerteza. No mesmo período, os depósitos do setor privado não financeiro aumentaram 6,5% homólogo (6,0% nos particulares e 7,8% nas empresas).

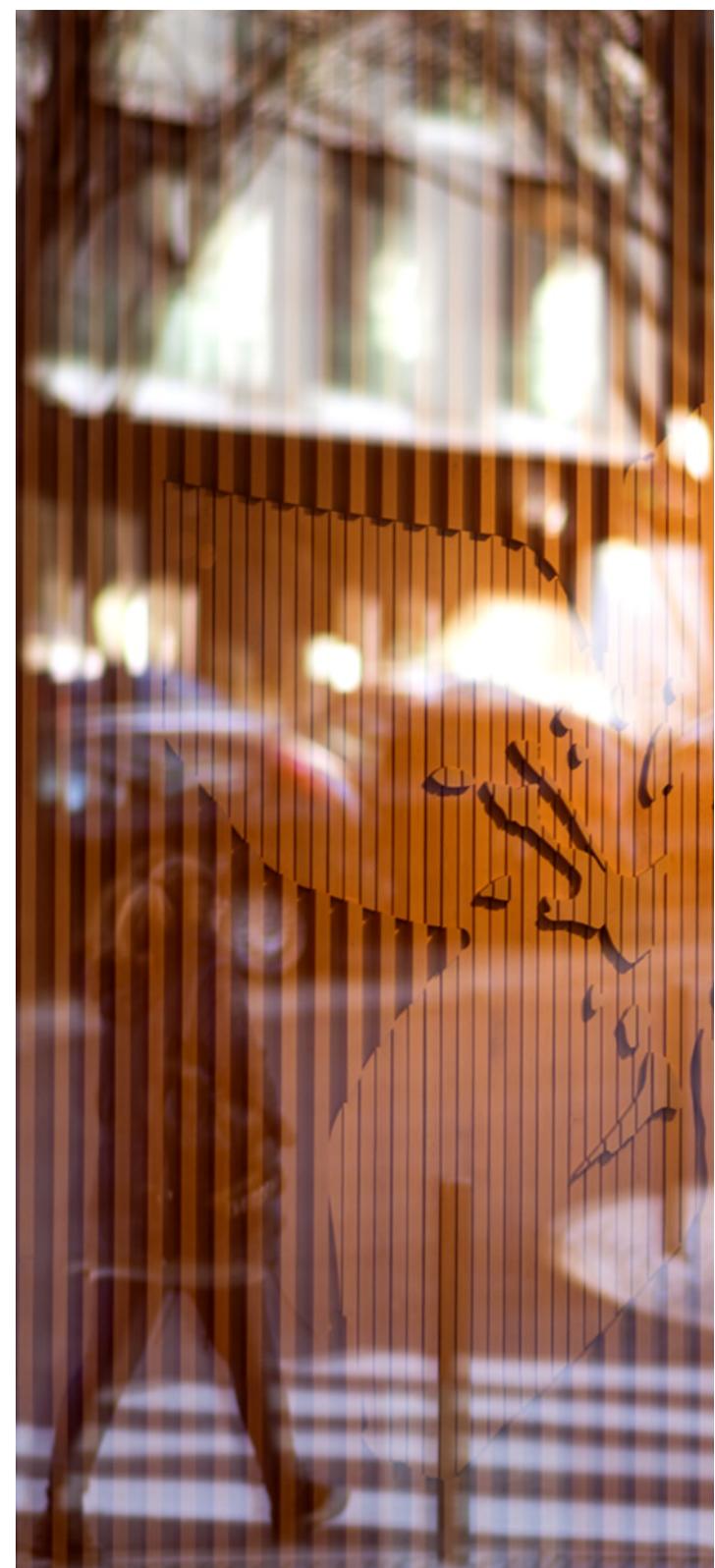
### Economia Global e Europeia

Com a normalização da atividade no pós-pandemia, esperava-se que em 2022 as economias continuassem a recuperar, mas o regresso da guerra à Europa instaurou um novo contexto de incerteza. De acordo com o FMI, o crescimento global terá abrandado de 6,0% em 2021 para 3,2% em 2022, uma desaceleração que se estendeu às economias avançadas (de 5,2% para 2,4%) e emergentes e em desenvolvimento (de 6,6% para 3,7%).

Nas principais economias dos dois lados do Atlântico, os preços ganharam um novo impulso ascendente no início do ano, pela expansão da procura apoiada nas poupanças acumuladas durante a pandemia e pela reabertura das economias a partir de meados de 2021. A guerra e as suas consequências disruptivas no mercado energético e nos bens alimentares exacerbaram a pressão sobre os preços. Em particular, na Zona Euro, a inflação ultrapassou pela primeira vez os dois dígitos (10,6% em outubro).

#### **A necessidade de controlar a inflação pautou a ação dos principais bancos centrais em 2022.**

A Reserva Federal iniciou o ciclo de aumento de taxas de juro logo em março, processo que se



## Mercados Financeiros

prolongou ao longo de 2022, aumentando a fed-funds rate em 425 p.b. até 4,25% - 4,50% no final do ano. A ação do BCE foi mais tardia, com o primeiro movimento de subida de taxas a acontecer apenas em julho (+50 p.b.). Este processo, que em termos cumulativos atingiu 250 p.b., pôs fim a um período de cerca de 6 anos com taxas diretoras nulas ou negativas. No final do ano, as taxas de depósito e de refinanciamento situavam-se em 2,0% e 2,5%, respetivamente. Para mitigar eventuais impactos negativos da reversão da política monetária, o BCE apresentou adicionalmente o Transmission Protection Instrument (TPI), ferramenta para conter os aumentos especulativos dos prémios de risco periféricos.

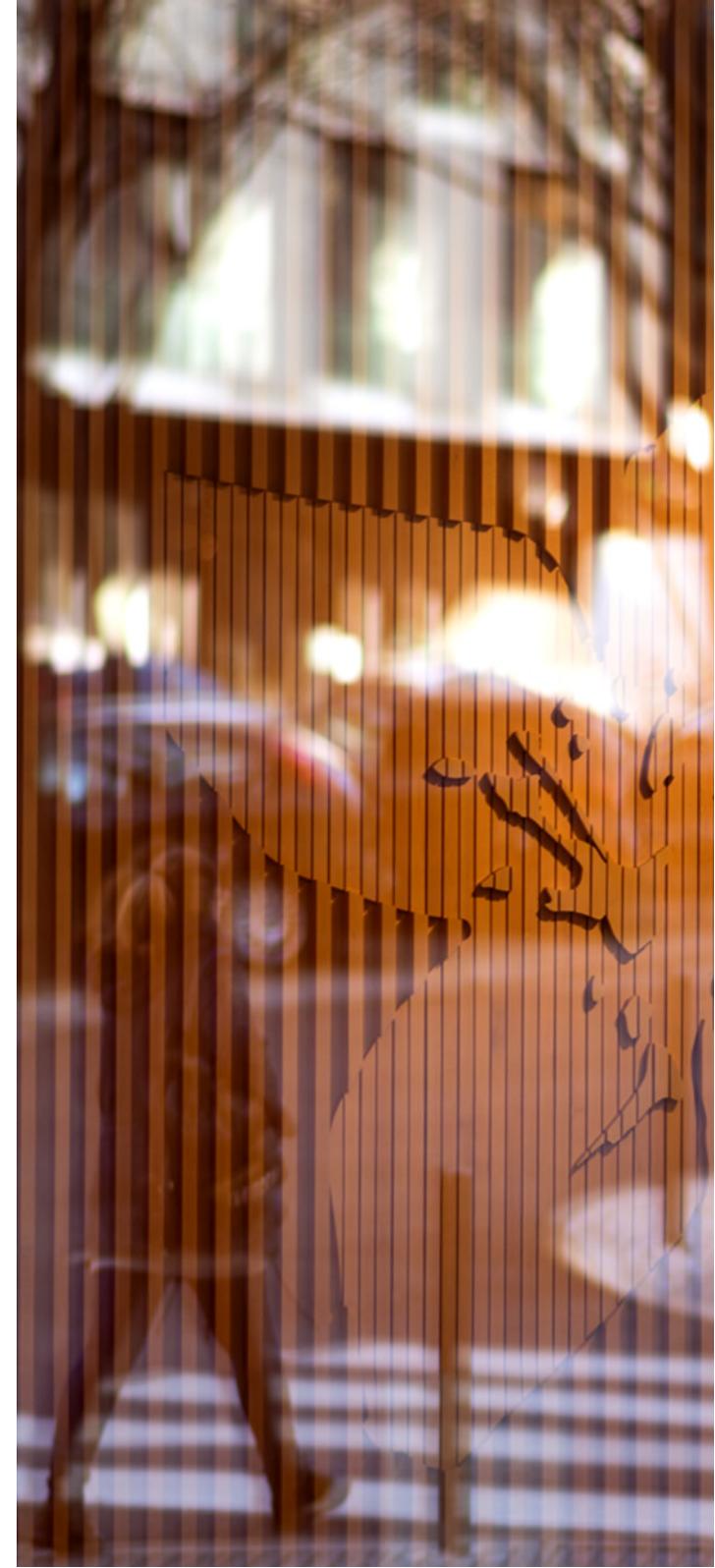
As perspetivas para 2023 são de crescimento fraco e com riscos enviesados em sentido negativo. Perspetiva-se que o ambiente de inflação em níveis elevados se prolongue, embora com tendência descendente, e por isso a continuação de uma política monetária restritiva, que terá impacto sobre o consumo e o investimento. Acrescem os riscos associados a uma possível agudização do conflito na Ucrânia e à possibilidade de racionamento energético, principalmente no inverno 2023/2024. Pela positiva, a reabertura da economia chinesa, com o fim da política COVID-zero, deverá estimular a atividade económica no país e no exterior (por exemplo, com o aumento do turismo).

O aperto da política monetária, que deverá prolongar-se em 2023, traduziu-se no aumento das taxas Euribor para níveis máximos de 2009. Desde meados do ano, as taxas de juro de curto prazo aumentaram mais de 300 p.b., o movimento mais rápido e mais forte na história da moeda única. No final de dezembro, a taxa Euribor a 12 meses situava-se em 3,3%, a Euribor 6 meses em 2,7% e a 3 meses em 2,1%.

No mercado de taxa fixa, o aumento da inflação, a incerteza relativa à resposta dos bancos centrais e, mais tarde, os receios de que a retirada dos estímulos monetários provoque um arrefecimento significativo da atividade económica, refletiram-se numa forte volatilidade, no aumento das taxas de juro do Bund e do US Treasury e no agravamento dos prémios de risco exigidos aos denominados países da periferia da Zona Euro. Assim, o Bund a 10 anos encerrou o ano em 2,1% (-0,3% no final 2021) e o US Treasury a 10 anos em 3,6% (1,5% final de 2021).

O prémio de risco de Portugal face ao Bund aumentou de 65 p.b. no final de 2021 para 97 p.b. no final de 2022, inferior ao prémio de Itália (202 p.b.) e de Espanha (105 p.b.). As principais agências de rating atribuem a Portugal grau de investimento.

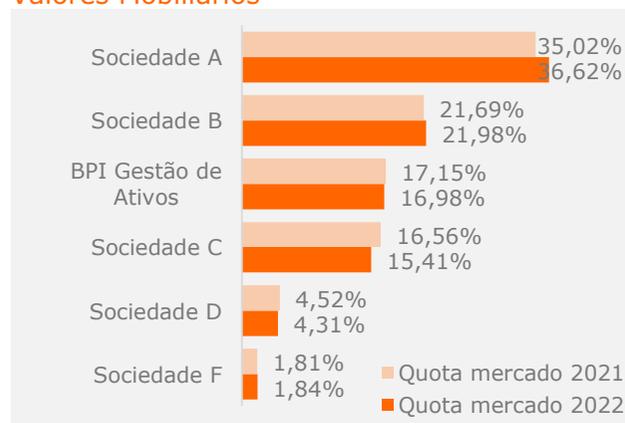
Num ambiente de maior incerteza, os principais mercados acionistas desvalorizaram no ano: Euro stoxx 50 -12%; S&P 500 -19%, enquanto o PSI 20 valorizou cerca de 3%, depois de um primeiro semestre bastante positivo e que atenuou as perdas da segunda metade do ano.



## 3.2. Mercado de Organismos de Investimento Coletivo

A BPI Gestão de Ativos terminou o ano de 2022 com uma quota de mercado de 16,98%, mantendo a terceira posição no ranking de organismos de investimento coletivo em valores mobiliários.

### Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários



Fonte: APFIPP

### 3.2.1 Organismos de Investimento Mobiliários

O ano de 2022 não vai ser de boa memória para os investidores, sendo marcadamente um dos piores das últimas décadas ao nível do desempenho dos ativos obrigacionistas. Nunca até 2022 tínhamos assistido a perdas de dois dígitos nos índices de obrigações governamentais quer nos EUA, quer na Europa. Depois de vários anos em que os bancos centrais se posicionaram como

“amigos” dos investidores, diminuindo a volatilidade e injetando liquidez nos mercados, em 2022 essa postura mudou radicalmente.

Em vez de impedir os impactos económicos mais negativos de uma guerra na Europa, os bancos centrais agravaram os mesmos subindo as taxas de juros, sendo que nos EUA esta subida é a mais rápida de sempre. Esta mudança de atitude resultou do aparecimento de uma inflação que, ao contrário da “narrativa” do final de 2021, não se revelou transitória. A guerra na Ucrânia gerou uma pressão nos preços de energia que alimentou uma dinâmica inflacionista que tinha sido iniciada no período pós-covid, tornando os impactos que pareciam temporários mais persistentes.

Em 2022, a forte subida das taxas de juros foi a principal razão da performance negativa dos mercados, até porque o desempenho operacional das empresas em termos de resultados empresariais foi bastante razoável. No entanto, o sentimento pessimista e as avaliações mais atrativas conseguiram limitar quedas acionistas mais pronunciadas.

O ano de 2023 é particularmente difícil de projetar, uma vez que se perspetiva um abrandamento económico que será tanto mais prolongado quanto mais agressiva e permanente for a postura restritiva dos bancos centrais. A variável chave que vai ditar essa postura daqui em diante e os consequentes impactos na economia será a inflação e o quão esta se pode aproximar de níveis mais próximos do desejado pelos decisores de política monetária.

A acompanhar estes resultados, verificou-se uma diminuição dos ativos sob gestão dos Organismos de Investimento Coletivo em valores Mobiliários (OICVMs) em Portugal de 13,8% face a 2021, tendo-se registado no final do 2022 um montante sob gestão de 17 119 M€, segundo dados da APFIPP.

A preferência dos investidores por fundos de Obrigações Internacionais, Fundos Flexíveis, fundos de Mercado Monetário Internacional aumentou em 2022 face ao ano anterior, com crescimento nos ativos sob gestão na ordem dos 25% a 55%.

Ainda no mercado nacional, e com destaque pela negativa, com decréscimos na ordem dos 20% a 40% nos ativos sob gestão, estiveram as categorias de Fundos de Obrigações Taxa Indexada Euro, Outros Fundos de Ações Internacionais e Fundos de Curto Prazo.

### 3.2.2 Organismos de Investimento Imobiliários

Em dezembro de 2022, o valor sob gestão, em Portugal, de Organismos de Investimento Imobiliário, excluindo FUNGEPiS, passou para os 11.763 M€, um valor 1 241 M€ superior ao saldo de fecho em 2021, correspondente a uma variação positiva de 11,80% face a esse mesmo ano, confirmando a subida do ano anterior (1,04% entre 2021 e 2020).

Esta subida foi originada maioritariamente entre os Fundos Fechados, onde a BPI Gestão de Ativos representa apenas cerca de 0,40% do volume de ativos sob gestão. Nos Fundos Abertos o mercado nacional registou um aumento de 2,38% uma vez que subiu para os 4.233 M€ (4.135 M€ em 2021), confirmando a subida nos FII Abertos de 2021, de 10,28%.

A quota de mercado da BPI Gestão de Ativos nesta categoria, no final de 2022, era de 14,18% (14,58% em 2021), passando para a quinta posição do ranking nacional das sociedades gestoras por volume de ativos sob gestão nos OIC Imobiliários Abertos.

Em sentido inverso ao mercado, os Organismos de Investimento Coletivo Imobiliários Abertos da BPI Gestão de Ativos, apresentaram, uma variação negativa de 0,40% nos volumes sob gestão, de 600 M€ em 2022 por comparação com os 603 M€ em 2021, justificada pelos resgates ocorridos no BPI Imofomento FIIA.

No ano de 2022, o BPI Imofomento FIIA teve subscrições líquidas negativas de 12,0 M€ (9,1M€ de subscrições e 21,1M€ de resgates).



### 3.3. Alterações Regulamentares e Perspetivas para 2023

Durante o ano de 2022 entraram em vigor algumas normas regulamentares com impacto nas atividades de intermediação financeira.

Merecem especial destaque, atendendo ao seu impacto nas atividades prosseguidas pela BPI Gestão de Ativos as seguintes:

**Regulamento 2019/2088, do Parlamento Europeu e do Conselho (SFDR)**, que produziu efeitos em 10 de março de 2021, estabeleceu regras harmonizadas de transparência aplicáveis aos intervenientes no mercado financeiro e aos consultores financeiros no que se refere à integração dos riscos em matéria de sustentabilidade e à consideração dos impactos negativos para a sustentabilidade nos seus processos, bem como à prestação de informações relacionadas com a sustentabilidade em relação a produtos financeiros.

#### **Regulamento (UE) 1286/2014 – - PRIIPs**

Em 31 de dezembro de 2022 terminou o período transitório de isenção das obrigações estabelecidas no Regulamento dos PRIIPs para as Sociedades Gestoras de Fundos, que estabelece regras uniformes para o formato e o conteúdo do Documento de Informação Fundamental que deve ser elaborado pelos produtores de PRIIPs e para o seu fornecimento aos investidores não profissionais a fim de lhes permitir

compreender e comparar as principais características e os principais riscos dos PRIIPs. Entrou em vigor em 1 de janeiro de 2023 e foi integralmente implementado pela BPI Gestão de Ativos.

#### **Lei n.º 93/2021 – Estabelece o regime geral de proteção de denunciante**

Estabeleceu o Regime Geral de proteção de denunciante de infrações, procedendo à transposição, para o ordenamento jurídico português, da Diretiva (UE) 2019/1937, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União. Entrou em vigor em 18 junho 2022.

#### **Lei n.º 99-A/2021 - Alterações ao Código dos Valores Mobiliários e ao RGOIC**

Alteração ao Código dos Valores Mobiliários, ao Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, ao Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, ao Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria e aos estatutos da CMVM. No âmbito destas alterações os fundos geridos pela BPI Gestão de Ativos, deixaram de ser classificados de ser classificados como entidade de interesse público. Entrou em vigor em 30 de janeiro de 2022.

#### **Perspetivas para 2023**

Para o ano de 2023, está prevista a implementação de diplomas legais com algum impacto nas atividades de Intermediação Financeira e na BPI Gestão de Ativos.

#### **Novo Regime da Gestão de Ativos (RGA)**

A CMVM submeteu a Consulta Pública o Projeto de diploma do novo “Regime da Gestão de Ativos” (RGA).

Este projeto tem por base a revisão integral e transversal do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC) e do Regime Jurídico do Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Especializado (RJCRESE), e visa simplificar e conferir proporcionalidade à regulação do setor da gestão de ativos. O RGA será depois complementado e densificado com regulamentação mais concreta por parte da CMVM. Espera-se que entre em vigor em meados 2023.

Num contexto de grande exigência e complexidade legislativa, a BPI Gestão de Ativos procura continuamente melhorar os seus processos, garantindo uma permanente adequação aos requisitos estabelecidos na nova legislação.

# ATIVIDADE E DESEMPENHO



## 4. ATIVIDADE E DESEMPENHO

### 4.1. Dados da entidade e Dados do Supervisor e Auditor Externo

#### SOCIEDADE

BPI Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. – matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único 502 443 022 com sede social e morada na Avenida Fontes Pereira de Melo 51 – 2º - 1050-120 Lisboa e Capital Social 2,5 M€.

A BPI Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. é detida a 100% pelo CaixaBank Asset Management S.G.I.I.C S.A.U. , com sede em Paseo de la Castellana, 189, 28046 Madrid, Espanha.

Em 13 abril de 2018, o Banco BPI vendeu ao CaixaBank Asset Management S.G.I.I.C., S.A.U. a totalidade da participação que detinha no capital da BPI Gestão de Ativos.

#### SUPERVISORES DA SOCIEDADE

A supervisão prudencial, comportamental e institucional é da responsabilidade da CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários  
Rua Laura Alves, nº 4, Apartado 14258,  
1064-003 Lisboa  
Tel: +(351) 213 177 000  
Fax: +(351) 213 537 077  
cmvm@cmvm.pt

#### AUDITORES EXTERNOS

##### Sociedade

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, nº 1-3º  
1069-316 Lisboa  
Inscrição na OROC nº 183  
Registo na CMVM nº 20161485  
Tel: (+351) 213 599 000, Fax: (+351) 213 599 999  
www.pwc.com/pt

##### Fundos

Mazars & Associados, SROC, SA  
Inscrição na OROC nº 51  
Registo na CMVM nº 20161394  
Centro Empresarial Torres de Lisboa  
Rua Tomás da Fonseca, Torre G, 5º andar  
1600-209 Lisboa  
Tel: (+351) 21 721 01 80  
Fax: (+351) 21 726 79 61  
mazarslisboa@mazars.pt  
www.mazars.pt

## 4.2. Posição da Entidade na Estrutura do Grupo

A 7 de fevereiro de 2017, na sequência da Oferta Pública de Aquisição lançada pelo CaixaBank sobre o Banco BPI, o CaixaBank elevou a sua participação no Banco de 45% para 84,5% e no final de 2018 passou a deter 100% do capital. O Banco BPI e as suas participadas, nas quais se incluía, à data, a BPI Gestão de Ativos, passaram assim a integrar o Grupo CaixaBank.

Em 13 abril de 2018, o Banco BPI vendeu ao CaixaBank Asset Management S.G.I.I.C., S.A.U. a totalidade da participação que detinha no capital da BPI Gestão de Ativos. O CaixaBank Asset Management é detido a 100% pelo CaixaBank e centra a sua atividade na gestão de patrimónios, através de organismos de investimento em ativos mobiliários, bem como na gestão de carteiras de investimento de Clientes de segmento alto.

A alienação da BPI Gestão de Ativos ao CaixaBank Asset Management não alterou a postura da sociedade no mercado português. A BPI Gestão de Ativos mantém o seu papel de relevo no mercado de fundos de investimento mobiliário e imobiliário e na gestão de patrimónios, potenciado pela experiência adquirida ao longo dos anos e devidamente comprovada junto dos seus clientes. A BPI Gestão de Ativos continua a ser uma empresa portuguesa, que opera principalmente para clientes portugueses. O Banco BPI continuou a ser o seu principal distribuidor, pelo que as relações com o Banco mantêm-se próximas e profundas.

O CaixaBank é o banco líder no mercado ibérico por volume de negócios e número de agências, totalizando mais de 20 milhões de clientes e 624 mil M€ de ativos.

O CaixaBank Asset Management é a maior gestora de ativos em Espanha com mais de 80 mil M€ de ativos sob gestão e gere mais de 400 carteiras com diferentes políticas de investimento.



### 4.3. Missão e Estratégia

A BPI Gestão de Ativos tem como principal missão conceber e gerir soluções de investimento que proporcionem valor acrescentado aos seus Clientes, em particular o Banco BPI, como principal comercializador, mantendo em permanência uma cultura de valores assente na independência, eficácia, transparência e dedicação.

A estratégia da BPI Gestão de Ativos assenta numa adaptação da oferta e das carteiras geridas às condições de mercado e às necessidades dos Clientes, podendo por isso, ao longo do tempo, disponibilizar diferentes tipos de produto com exposição a diferentes classes de ativos.

A Sociedade Gestora está presente no mercado português de gestão de investimentos, através de organismos de investimento coletivo em ativos mobiliários e imobiliários, bem como do serviço de gestão de carteiras, incluindo seguros de capitalização, fundos de pensões e carteiras de Clientes Institucionais.

O modelo de gestão de carteiras, em diferentes formatos, visa a adaptação às diferentes necessidades dos clientes constituindo uma componente fundamental da oferta de soluções de investimento do Banco BPI. O Grupo CaixaBank considera essencial o bom governo e a transparência, e no Plano Estratégico 2022-2024 incluiu o desafio de ser uma referência na gestão responsável e compromisso social. Entre as iniciativas a desenvolver está a promoção de uma cultura de conduta responsável; a implementação das melhores práticas de controlo interno e de governo das sociedades; o fomento do financiamento responsável e sustentável, entre outros.



#### Missão

Gerir soluções de investimento que proporcionem valor acrescentado aos seus Clientes



#### Valores

Independência  
Eficácia  
Transparência  
Dedicação

## 4.4. Atividade da BPI Gestão de Ativos

A BPI Gestão de Ativos gere Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários e Organismos de Investimento Imobiliário, bem como carteiras de gestão discricionária.

Apresentam-se no quadro abaixo os valores mais significativos da representatividade das atividades referidas:

### Ativos sob gestão:

	Dez. 21	Dez. 22
Fundos Investimento Mobiliário*	4 044	3 517
Fundos Investimento Imobiliário	632	631
Seguros de Capitalização Unit Linked	3 495	3 003
Clientes GD**	594	579
<b>Total</b>	<b>8 765</b>	<b>7 730</b>

Valores em milhões de Euros

\* Inclui OICs domiciliados no Luxemburgo

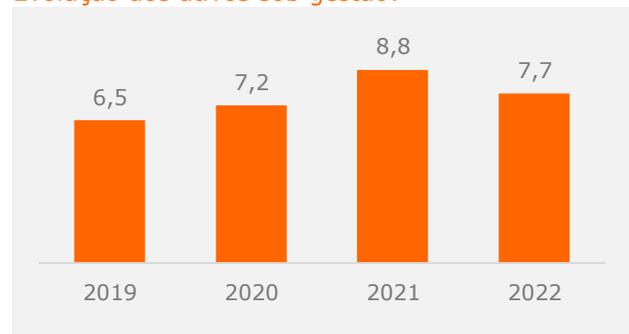
\*\* Clientes de Gestão Discricionária de Carteiras (Institucionais, PB e FP BBPI e CEMAH)

Em 2022, a atividade da Sociedade consistiu na gestão dos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários e Alternativos em Valores Mobiliários, assim como na gestão de carteiras de Seguros, de carteiras de Fundos de Investimento Imobiliários e de carteiras de gestão discricionária de Clientes Institucionais e de Private Banking do Banco BPI.

No final de 2022 a BPI Gestão de Ativos tinha sob gestão 7 730 M€ de ativos financeiros, representando um decréscimo de 12% face a 2021. Este decréscimo é resultado da diminuição dos ativos sob gestão em todas as categorias, mas mais expressivo em Seguros Unit Linked e FIMs.

Ao longo dos últimos anos, a atividade da sociedade tem-se focalizado nas soluções diversificadas de investimento sob a forma de FIM, PPR ou Seguros Unit Linked e nos produtos de nicho onde existe um evidente valor acrescentado na gestão.

### Evolução dos ativos sob gestão:



Valores em milhares de milhões de euros

### Principais Indicadores de Gestão

	Dez. 21	Dez. 22
<b>Ativo total líquido</b>	<b>36 506</b>	<b>34 062</b>

<sup>8</sup>Inclui contribuições para o Fundo de pensões efetuadas no início do exercício de 2021

<sup>9</sup>Calculado de acordo com o previsto no art. 71º-M do RGOIC.

<b>Produto bancário</b>	<b>25 574</b>	<b>22 795</b>
Custos de estrutura / produto bancário	44,52%	55,4%
Custos com pessoal / produto bancário	16,98%	19,4%
<b>Lucro líquido</b>	<b>10 899</b>	<b>8 131</b>
Produto bancário / Ativo líquido médio <sup>6</sup>	80,05%	68,24%
Rentabilidade do ativo total médio (ROA) <sup>7</sup>	34,12%	24,34%
Rentabilidade dos capitais próprios (ROE) <sup>8</sup>	44,26%	31,37%
Lucro líquido por ação	21,80	16,26
Valor contabilístico	55,62	51,91
N.º médio ponderado de ações	500 000	500 000
<b>Responsabilidades com pensões de Colaboradores</b>	<b>5 493</b>	<b>3 707</b>
Financiamento das responsabilidades com pensões <sup>8</sup>	98%	130%
Capital Próprio	27,810	25,954
Rácio Fundos Próprios Totais <sup>9</sup>	42,96%	47,09%

	Dez. 21	Dez. 22
<b>Ativos Geridos pela Sociedade (M€)<sup>7</sup></b>	<b>8 765</b>	<b>7 730</b>

Valores em milhões de Euros, quando aplicável

O lucro líquido de 8 131 em 2022 foi inferior ao do exercício de 2021 de 10 899 explicado pela diminuição das comissões líquidas devido maioritariamente pela redução em 12% dos ativos sob gestão da Sociedade Gestora e pela conjuntura macroeconómica mundial que

<sup>6</sup> Calculado de acordo com a Instrução 16 / 2004 do Banco de Portugal.

<sup>7</sup> Exclui Fundos de Pensões geridos fora e carteira dos capitais próprios da BPI Vida

influenciou negativamente praticamente todas as classes de ativos.

#### 4.4.1. Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários e Alternativos em Valores Mobiliários

O montante sob gestão de fundos de investimento mobiliários (OICVMs) nacionais foi de 17 119 M€ de Euros, uma variação negativa de -14% face a 2021. Na BPI Gestão de Ativos, o montante sob gestão de fundos de investimento mobiliários (OICVMs) diminuiu em cerca de -15% em 2022 face a 2021.

#### Evolução da Produção Líquida dos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários e Alternativos em Valores Mobiliários nacionais

	Mercado nacional de F.I.M.	BPI Gestão de Activos			Prod. Líquida
		Subscrições	Resgates		
2019	955	552	838	(286)	
2020	1477	535	439	95	
2021	4260	1151	570	580	
2022	(413)	563	678	(115)	

Fonte: APFIPI

Valores em milhões de euros

No mercado nacional, o volume de entradas registadas em 2022 foi inferior a 2021, e em termos de subscrições líquidas, a produção foi negativa. A evolução dos ativos sob gestão da BPI Gestão de Ativos foi também negativa e resultou em grande parte pela diminuição

de procura de produtos da categoria de eficiência fiscal (PPR).

Em terreno positivo nas subscrições líquidas em 2022, no mercado de fundos nacionais, estiveram as classes de fundos flexíveis, fundos de obrigações internacionais, mercado monetário euro, com crescimento nos ativos sob gestão na ordem dos 20% a 50%.

#### Evolução do volume dos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários e Alternativos em Valores Mobiliários geridos pela BPI Gestão de Ativos

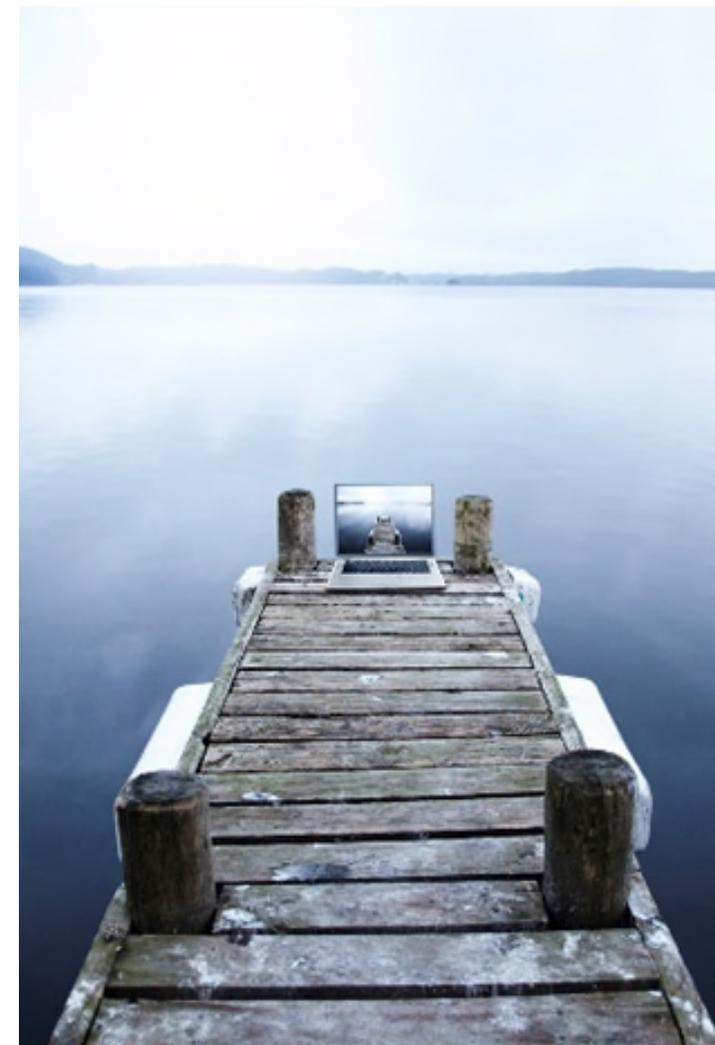
	Dez. 21	Dez. 22	Δ
Obrigações e Tesouraria/Mercado Monetário	640	639	0%
Valorizações (Ações)	802	768	-4%
Eficiência fiscal (PPR/E e PPA)	1 772	1 343	-24%
Diversificação	830	767	-8%
<b>Total</b>	<b>4 044</b>	<b>3 517</b>	<b>-12%</b>

Nota: inclui OICs domiciliados no Luxemburgo

Valores em milhões de euros

A evolução do montante sob gestão da BPI Gestão de Ativos foi negativa em quase todas as categorias tendo a categoria de obrigações e tesouraria ficado quase igual de 2021 para 2022. Em contraste com 2021, a categoria de

eficiência fiscal (PPR) teve o maior decréscimo de -24%.



## Variação dos ativos sob gestão

Em termos de variação dos ativos sob gestão, 2022 revelou uma variação negativa em praticamente todas as classes com destaque para a categoria de eficiência fiscal (PPR).

### Variação dos ativos sob gestão dos OICs geridos pela BPI Gestão de Ativos

	2021	2022
Obrigações e Tesouraria	48	(1)
Valorização (Ações)	264	(34)
Eficiência fiscal (PPR/E e PPA)	273	(429)
Diversificação	297	(63)

Nota: inclui OICs domiciliados no Luxemburgo

Valores em milhões de euros

No ano 2022 assistiu-se, ao contrário de 2021, a um decréscimo de -13% dos ativos sob gestão no conjunto de todas as classes.

Na categoria de eficiência fiscal os PPR/OICVMs, com exceção do BPI Reforma Ações PPR, tiveram uma variação negativa. A maior preponderância foi no BPI Reforma Investimento PPR/OICVM e no BPI Reforma Obrigações PPR/OICVM.

Na categoria de obrigações e tesouraria praticamente todos os fundos tiveram uma variação negativa com exceção do fundo BPI Obrigações 2025, criado em 2022, que captou 93 000 m€ o que levou a categoria a ficar em praticamente em terreno neutro.

## Resumo da Oferta

### Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários e Alternativos em Valores Mobiliários

Em 2022 a BPI Gestão de Ativos passou a ter sob gestão 36 Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários e Alternativos em Valores Mobiliários, mais 6 fundos face a 2021.



## Gama BPI Impacto Clima

Em maio de 2022 foi constituída a Gama BPI Impacto Clima composta por 5 fundos: um fundo de ações, um fundo de obrigações e três fundos mistos.

Estes são os primeiros fundos domiciliados em Portugal que cumprem com os requisitos de transparência do Artigo 9º - considerado o mais exigente - da SFDR (Regulamento UE 2019/2088 de divulgação de informações relacionadas com a Sustentabilidade).

Com o lançamento desta oferta pioneira em Portugal, a BPI Gestão de Ativos pretende oferecer aos Clientes BPI uma gama de fundos cujo objetivo é realizar investimentos em atividades económicas que, na sua avaliação, possam contribuir direta ou indiretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em particular, os relacionados com a ação climática.



## BPI Obrigações 2025

Em outubro de 2022 foi criado o fundo BPI Obrigações 2025 destinado aos Clientes do segmento Premier. O Fundo tem como objetivo proporcionar o acesso a uma carteira de dívida pública de países com spread e yield atrativos no mercado obrigações euro, como é o caso de Itália, Espanha e Portugal.

**BPI Obrigações 2025**

**Vá até mais longe**

Fundo de Obrigações que investe em Portugal, Espanha e Itália.

**BPI**  
Grupo CaixaBank

---

**BPI Obrigações 2025**

O BPI Obrigações 2025 é um fundo de investimento que tem como objetivo proporcionar aos Clientes BPI o acesso a uma carteira de dívida pública de países com spread e yield atrativos no mercado de obrigações euro, como é o caso de Itália, Espanha e Portugal.

Este fundo atingirá a maturidade em 2025 e destina-se aos Clientes que pretendam capitalizar os seus rendimentos e assumir uma perspetiva de valorização do seu capital neste período de aproximadamente 3 anos.

Com um investimento mínimo de €250 os Clientes BPI poderão subscrever este fundo no período de comercialização promocional, que decorrerá de 24 a 28 de outubro 2022, e durante o qual não será cobrada comissão de subscrição\*.

\*Ver tabela de condições de comercialização à frente.

**Oportunidade de Investimento**

Depois de mais de uma década com baixa inflação, estamos a assistir a um aumento dos níveis de preço à escala global.

Em resposta a esta realidade, os Bancos Centrais em todo o mundo, incluindo o BCE, começaram a reduzir o ritmo dos programas de compras de ativos e assistiremos a um aumento gradual das taxas de juros de referência. Como consequência, o preço de mercado e a rentabilidade potencial dos títulos de dívida pública têm vindo a alcançar patamares mais elevados.

É neste contexto que é constituída a carteira do fundo composta por obrigações soberanas de Itália, Espanha e Portugal através de um processo de investimento simples e transparente, uma vez que se pretende manter estes ativos em carteira até à sua maturidade.

Ao investir através do BPI Obrigações 2025, os Clientes têm acesso a uma gestão profissional e mais eficiente quando comparado com o investimento direto nestes ativos.

### OICs Flexíveis

BPI Agressivo  
BPI Brasil  
BPI Dinâmico  
BPI Global  
BPI Moderado  
BPI Impacto Clima Moderado  
BPI Impacto Clima Dinâmico  
BPI Impacto Clima Agressivo

### OICs de Fundos

BPI Seleção  
BPI Universal

### OICs de Retorno Absoluto

BPI Alternative Fund: Iberian Equities Long/Short Fund<sup>10</sup>  
BPI European Financial Equities Long/Short Fund<sup>11</sup>

### OICs de Obrigações

BPI Defensivo  
BPI Euro Taxa Fixa  
BPI Obrigações de Alto Rendimento Alto Risco  
BPI High Income Bond Fund<sup>11</sup>  
BPI Obrigações Mundiais  
BPI Impacto Clima Obrigações  
BPI Obrigações 2025

### OICs de Eficiência Fiscal

BPI Reforma Obrigações PPR/OICVM  
BPI Reforma Investimento PPR/OICVM  
BPI Reforma Valorização PPR/OICVM  
BPI Reforma Global Equities PPR/OICVM

### OICs de Ações

BPI África  
BPI África (Lux)<sup>11</sup>  
BPI América  
BPI Technology Revolution<sup>11</sup>  
BPI Ásia Pacífico  
BPI Euro Grandes Capitalizações  
BPI Europa  
BPI Ibéria  
BPI Ibéria (Lux)<sup>11</sup>

BPI Portugal  
BPI Ações Mundiais  
BPI Opportunities<sup>11</sup>  
BPI Impacto Clima Ações

## Alterações na oferta de Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários e Alternativos em Valores Mobiliários

Com a entrada em vigor, a 10 de março de 2021, do Regulamento (UE) 2019/2088 (SFDR) relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros, os prospetos dos fundos passaram a referir aspetos da abordagem de Investimento Sustentável e Responsável da BPI Gestão de Ativos.

Em 30 de dezembro de 2021, 7 fundos (4 PPRs e 3 fundos flexíveis) adotaram a classificação de art.º 8, visando a promoção de características ambientais ou sociais na aceção da SFDR.

<sup>10</sup> Fundo domiciliados no Luxemburgo

<sup>11</sup> Fundo domiciliados no Luxemburgo

## Campanhas de Marketing

Em 2022, destacam-se as seguintes campanhas:

### Ação comercial – Planos de Poupança BPI

Esta Ação, que decorreu de janeiro a dezembro de 2022, teve como principal objetivo a captação de planos de poupança periódicos associados a produtos de investimento.

### Talks BPI Impacto Clima

Após o lançamento da Gama de fundos BPI Impacto Clima, realizaram-se de norte a sul do país Talks com Clientes e Colaboradores com o objetivo de apresentar esta nova oferta de investimento e apoiar a literacia financeira sobretudo no que toca ao tema da Sustentabilidade.

Estes eventos destinaram-se a Clientes e Colaboradores do segmento Premier e no total, estiveram presentes aproximadamente 700 pessoas no conjunto de todas as ações.

A BPI Gestão de Ativos marcou presença em Lisboa, Porto, Faro, Braga, Viseu e Leiria.

## 4.4.2. Organismos de Investimento Imobiliário

Na área Imobiliária, os 2 OIIs geridos pela BPI Gestão de Ativos, registaram um valor conjunto de 631M€, tendo-se registado uma redução dos ativos sob gestão no BPI Imofomento FIIA na ordem dos 2,4M€ (0,40%) enquanto no caso dos F.E.I.I. Josiba Florestal houve um acréscimo do património global do Fundo para os 1,6M€ (5,44%).

A BPI Gestão de Ativos desceu ao 5.º lugar do ranking por ativos sob gestão entre as sociedades gestoras de Fundos Imobiliários Abertos.

As rendibilidades anuais dos OICs, positivas e acima da inflação, têm proporcionado aos investidores uma estabilidade nesta componente das suas carteiras diversificadas.

O BPI Imofomento tem uma rendibilidade anualizada líquida (após duas distribuições de rendimentos em cada ano) de 3,63%, 3,75% e 2,76% a 1, 5 e 10 anos respetivamente, de acordo com os dados da APFIPP. No caso do Josiba Florestal a rentabilidade foi no último ano de 7,25%, apresentando uma rentabilidade a 5 e 10 anos de 4,37% e 3,42%.



### Evolução da rentabilidade do Fundo BPI Imofomento e da Taxa Euribor a 12 meses



Saliente-se ainda que o BPI Imofomento FIIA, ao longo dos últimos anos, tem distribuído resultados gerados duas vezes por ano, acumulando nos últimos 5 anos uma distribuição total de 48M€ e cerca de 147M€ desde o seu início.

De destacar ainda o facto de em 2022 o total de rendimentos distribuídos ter alcançado 11,8M€. No ano de 2022, o valor da Unidade de Participação do OII BPI Imofomento atingiu o valor mais elevado de sempre, bem como os ativos imobiliários e totais registaram o mais elevado valor da história do Fundo.

### Evolução da Produção Líquida e dos Rendimentos distribuídos do BPI Imofomento

	Subs.	Resg.	Produção Líquida	Valor Rendimentos Distribuídos
2018	80	9	71	9
2019	103	10	93	11
2020	3	28	(25)	7
2021	116	27	89	9
2022	9	21	(12)	12

Valores em milhões de euros

#### 4.4.3. Gestão de Patrimónios

##### Seguros de Capitalização

Em 2022, a componente de seguros sem garantia de capital gerida pela BPI Gestão de Ativos reverteu a tendência de crescimento do ano anterior, tendo-se verificado um decréscimo.

##### Evolução do volume líquido sob gestão dos seguros de capitalização sem garantia de capital



Valores em milhões de euros

#### Clientes de Gestão Discricionária (GD)

Nos Clientes de Gestão Discricionária, e ao contrário do ano de 2021, verificou-se um crescimento apenas no segmento de Clientes Institucionais.

##### Evolução do volume líquido sob gestão de Clientes



Valores em milhões de euros

#### 4.4.4. Fundos Estrangeiros - CaixaBank Asset Management Luxembourg

Os fundos de investimento do CaixaBank Asset Management Luxembourg, geridos pela BPI Gestão de Ativos contrariaram a tendência do ano anterior e decresceram 4,4% no ano de 2022.

O CaixaBank Asset Management Luxembourg, a partir de maio de 2019, passou a designar o CaixaBank Asset Management (Espanha) como Portfolio Manager de todos os seus fundos, mantendo-se a BPI Gestão de Ativos como sub-gestor de 7 destes fundos em 2022.

#### 4.4.5. Perspetivas

Em 2023, a BPI Gestão de Ativos enfrenta um ambiente de incerteza decorrente de diversos fatores, dos quais se destacam a inflação e as consequentes alterações nas taxas de juro, e a continuação de conflitos geopolíticos.

Haverá uma atenção especial à possibilidade de alterações regulatórias significativas, em particular do Regime da Gestão de Ativos e, se necessário, à necessidade de efetuar ajustamentos para adaptar a BPI Gestão de Ativos às mudanças, não só para garantir a conformidade regulatória, como para aproveitar as oportunidades de melhoria.

Neste cenário, a consolidação do negócio da Sociedade Gestora é de grande importância, mantendo atenção à eficiência operacional e à procura de oportunidades para manter a rentabilidade, procurando o alinhamento com os planos estratégicos do Grupo CaixaBank, do CaixaBank Asset Management e do Banco BPI.

#### 4.4.6. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que:

Em 2022, a BPI Gestão de Ativos obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 8 131 255 € (oito milhões, cento e trinta e um mil e duzentos e cinquenta e cinco euros e um cêntimo);

De acordo com o previsto no art.º 18 dos Estatutos da BPI Gestão de Ativos, S.A, os lucros líquidos apurados em cada exercício, depois de deduzidas ou reforçadas as provisões e reservas, impostas por lei, terão a aplicação que a Assembleia Geral deliberar, por simples maioria, podendo os mesmos não ser, no todo ou em parte, distribuídos pelos acionistas;

A BPI Gestão de Ativos apresenta a 31 de dezembro de 2022, já considerando a distribuição de resultados abaixo proposta, uma situação de capital muito confortável. A proposta de distribuição de dividendos abaixo discriminada não compromete o cumprimento dos rácios de capital regulamentares. As reservas legais mínimas impostas pelo Código das Sociedades Comerciais, encontram-se integralmente constituídas, excedendo o limite mínimo de forma significativa. As atuais projeções para 2023/2025 apontam para a manutenção de níveis excedentários de capital.

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2022 seja integralmente aplicado na distribuição de dividendos ao CaixaBank Asset Management S.G.I.I.C. S.A, no montante de 8 131 255 € (oito milhões, cento e trinta e um mil e duzentos e cinquenta e cinco euros e um cêntimo).





**INVESTIMENTO  
SUSTENTÁVEL E RESPONSÁVEL**

---

## 5. INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPONSÁVEL

### 5.1. Posicionamento

Como parte do seu compromisso de evoluir para uma economia sustentável, que combina a rentabilidade de longo prazo com justiça social e proteção ambiental, a BPI Gestão de Ativos desenvolveu um modelo de investimento sustentável e responsável com base em três pilares fundamentais:

Incorporação de aspetos ambientais, sociais e de governo (fatores ASG, ou ESG na designação anglo-saxónica) no processo de análise de investimentos e tomada de decisão, complementando os critérios financeiros tradicionais.

Envolvimento de longo prazo da Sociedade Gestora com as empresas em que investe, com maior participação nas decisões de governo (votação presencial ou por procuração/proxy voting).

Diálogo com empresas admitidas à negociação em questões materiais ou controversas relacionadas com critérios ESG (conhecido como Engagement).

A inclusão de critérios ESG e a sua integração na gestão de investimentos poderão gerar um efeito positivo a longo prazo nos resultados financeiros das empresas e promover o desenvolvimento económico e o progresso social.

Seguindo esta evolução do mercado e acreditando que este será o caminho no futuro, a BPI Gestão de Ativos desenvolveu este modelo de investimento sustentável e responsável, apostando na investigação e desenvolvimento através da colaboração com universidades e especialização das suas equipas de gestão através de Formação, na contratação de Research dedicado, e no desenvolvimento de ferramentas internas.

Em 2022, a BPI Gestão de Ativos (BPI GA) continuou a apostar fortemente na especialização dos seus colaboradores, incentivando-os a concluírem o Certified ESG Analyst – CESGA. No fim de 2022 contava com 40% dos seus colaboradores certificados e espera em 2023 ter mais colaboradores em especial das áreas de gestão, com esta certificação.

### OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



## 5.2. Iniciativas relacionadas com a Sustentabilidade

A BPI Gestão de Ativos participa em várias iniciativas estratégicas com o objetivo de ajudar as empresas, os mercados financeiros e, em última análise, a sociedade a tornarem-se mais sustentáveis.



Em 2022, a avaliação e forma de classificação do PRI foram alteradas, e na sua segunda avaliação, a BPI Gestão de Ativos obteve a classificação máxima (5 estrelas) em “Investment and Stewardship Policy”.

A adesão aos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), é uma iniciativa da comunidade financeira e fomentada pelas Nações Unidas para contribuir para o desenvolvimento de um sistema financeiro mais estável e sustentável através da implementação de seis princípios:

1. Incorporar fatores ESG nas análises de investimento e processos de decisão.
2. Procurar ser detentores ativos e incorporar fatores ESG nas nossas práticas e políticas de ownership.
3. Reportar de forma apropriada sobre assuntos ESG das entidades em que investimos.

4. Promover a aceitação e implementação dos PRI na indústria financeira.
5. Trabalhar em conjunto de modo a melhorar a eficácia em implementar os PRI.
6. Reportar as nossas atividades e progresso alinhado com a implementação dos PRI.

Ao assinar os princípios, as entidades comprometem-se publicamente a adotá-los e implementá-los, avaliando a sua implementação e melhorando de forma contínua. A iniciativa conta com a participação de mais de 3.400 entidades a nível global, com um montante sob gestão que ultrapassa os USD \$120 triliões em ativos, e que envolve investidores e empresas do setor financeiro comprometidos em integrar nas suas decisões de investimentos fatores ambientais, sociais e de governance (ESG).

Em linha com o Grupo, a BPI Gestão de Ativos, com a adesão a estes princípios, tem o objetivo e o compromisso de impulsionar o investimento responsável através da adoção de critérios sociais, ambientais e de bom governo (governance) nas suas decisões de investimento.



Indo ao encontro do Plano Estratégico definido para 2019-2021, a BPI Gestão de Ativos em dezembro de 2019, tornou-se também a primeira entidade portuguesa a aderir à iniciativa Climate Action 100+ que envolve mais de 615 investidores institucionais de dezenas de países, que gerem mais de USD \$65 triliões.

Conscientes dos riscos que as alterações climáticas apresentam para os seus portfolios e o valor dos ativos que gerem, os signatários apoiam o Acordo de Paris e a necessidade de transição para uma economia com menor intensidade carbónica.

Ao aderir à Climate Action 100+, a BPI Gestão de Activos dá continuidade à missão de cumprir os seus deveres fiduciários como investidor institucional, em nome dos Clientes.



Em 2021, a BPI Gestão de Ativos formalizou a sua adesão ao Global Compact das Nações Unidas - UNGC, juntando-se a uma comunidade de mais de 12,000 membros distribuídos por mais de 160 países, que procuram implementar práticas responsáveis e desenvolver soluções inovadoras para resolver problemas de pobreza e desigualdades, e apoiar na educação, saúde e estabilidade.

O Global Compact das Nações Unidas (UNGC) é uma iniciativa global que incentiva empresas a atuarem de forma responsável, alinhando a sua estratégia com os dez princípios relacionados com Direitos Humanos, Direitos Laborais, Meio Ambiente e Corrupção, e permitindo o avanço dos objetivos sociais, tais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda das Nações Unidas (ODS), atribuindo uma maior ênfase na colaboração e na inovação.



Em 2021, a BPI Gestão de Ativos aderiu ao Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) com o objetivo de promover a transparência dos riscos e oportunidades relacionados com o clima, promovendo tomadas de decisões financeiras mais informadas, contribuindo para um sistema financeiro mais resiliente e responsável.

O TCFD foi criado em 2015 pelo Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), tornando-se num grupo de trabalho que se encarrega de fomentar empresas a informarem os seus investidores sobre os riscos relacionados com a transição climática e a forma com é gerida. Neste sentido, foram criadas 11 recomendações pelo grupo para apoiar as empresas neste caminho.



### **Grupo de Trabalho da APFIPP sobre "Finanças Sustentáveis"**

A APFIPP criou este grupo de trabalho em conjunto com as suas associadas, e no qual a BPI Gestão de Ativos está representada, no sentido de apoiar e participar em ações que visem contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável em linha com os objetivos da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e do Acordo de Paris de 2015 sobre alterações climáticas, com especial enfoque no capítulo das Finanças Sustentáveis.



Em 2022, a BPI Gestão de Ativos aderiu à iniciativa Advance que envolve mais de 120 investidores institucionais de dezenas de países, que gerem mais de USD \$30 triliões.

O objetivo principal da iniciativa é promover os direitos humanos nas empresas com quem dialoga. A iniciativa começou com 40 empresas do setor de mineração e energias renováveis.

## 5.3. Principais Desenvolvimentos em Matérias de Investimento Sustentável e Responsável

### SFDR - 2021

Com a entrada em vigor, a 10 de março de 2021, do Regulamento (UE) 2019/2088 relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (SFDR), a BPI Gestão de Ativos passou a ter que divulgar um conjunto alargado de informação sobre a sua atuação em matérias relacionadas com a sustentabilidade. Esta alteração abrangeu a alteração dos prospets da generalidade dos seus fundos que se encontram em comercialização, que passaram a referir aspetos da abordagem de Investimento Sustentável e Responsável da Sociedade Gestora.

Assim, os referidos Fundos integram os riscos de sustentabilidade na gestão dos investimentos de diversas formas:

- Procurando otimizar a relação entre rentabilidade e risco, bem como evitar, minimizar, mitigar e solucionar, tanto quanto possível, os fatores que possam representar um risco significativo para o ambiente ou para as comunidades, de acordo com os mais elevados padrões de responsabilidade.

- Integrando critérios sociais, ambientais e de boas práticas de governance nas suas decisões de investimento, identificando riscos em matéria de sustentabilidade cuja ocorrência seja suscetível de provocar um impacto efetivo ou potencial no valor do investimento.
- Gerindo os investimentos de forma que, para além dos referidos objetivos, sejam também, e na medida em que possível e adequado, promovidas, entre outras, características ambientais ou sociais, ou uma combinação destas características.

Desta forma, os referidos Fundos beneficiam dos desenvolvimentos ao nível do modelo de Integração de Riscos de Sustentabilidade da Sociedade Gestora, e à correspondente incorporação dos fatores ESG nos processos de análise de investimentos e tomada de decisão.

Salientam-se: (1) a melhoria do Governace de Investimento Sustentável e Responsável (ISR) da Sociedade Gestora, através da atualização de Políticas e Procedimentos; (2) o alargamento da informação ESG disponível para a gestão de investimentos, de riscos e reporting.

Em dezembro de 2021, a Sociedade Gestora já havia classificado 7 dos seus fundos como art. 8º SFDR, sendo eles os seguintes:

- BPI Moderado
- BPI Dinâmico
- BPI Agressivo
- BPI Reforma Obrigações PPR/OICVM
- BPI Reforma Investimento PPR/OICVM
- BPI Reforma Valorização PPR/ OICVM
- BPI Reforma Global Equities PPR/OICVM

## BPI Impacto Clima - 2022

Como parte do seu compromisso de evoluir para uma economia sustentável, que combina a rentabilidade de longo prazo com justiça social e proteção ambiental, em maio de 2022, a BPI Gestão de Ativos lançou a gama de fundos BPI Impacto Clima e com isso foi a primeira Gestora em Portugal a lançar fundos com objetivo de Investimento Sustentável na aceção do artigo 9º SFDR.

Os fundos têm como objetivo contribuir direta ou indiretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em particular, os relacionados com a ação climática.

A Gama BPI Impacto Clima é composta por um fundo de ações, um fundo de obrigações e três fundos mistos, com diferentes perfis de risco, ou seja, diferentes intervalos de exposição a ações e a obrigações:

- BPI Impacto Clima - Obrigações
- BPI Impacto Clima - Moderado
- BPI Impacto Clima - Dinâmico
- BPI Impacto Clima - Agressivo
- BPI Impacto Clima - Ações

Os Fundos apresentam um foco no retorno financeiro de longo prazo alinhado com o desenvolvimento positivo de temas relacionados com a Sustentabilidade nomeadamente através contribuição para os ODS, em particular, os relacionados com a ação climática e através da integração dos fatores ASG (Ambiental, Social e de Bom Governo).

## MiFID II quick-fix e RTS da SFDR- 2022

A entrada em vigor, a 2 de agosto de 2022, da extensão da MiFID II, determinou que a comercialização de produtos financeiros, como os fundos, passasse a incorporar as preferências de sustentabilidade na avaliação global da adequação do produto ao cliente.

Para dar uma resposta mais completa, na fase final do ano, a BPI Gestão de Ativos trabalhou na adaptação dos seus fundos de investimento artigo 8º e 9º para que estes possam corresponder a um espetro mais alargado de preferências de sustentabilidade, ao mesmo tempo que adaptou a documentação dos fundos aos standards técnicos (RTS) da SFDR.



## 5.4. Envolvimento

A BPI Gestão de Ativos desenvolveu um mecanismo de envolvimento a longo prazo que inclui o acompanhamento, diálogo ativo e exercício de direitos de voto, que poderá melhorar as características sustentáveis das entidades e instituições em que investe.

### Diálogo Ativo (Engagement)

Os esforços da BPI Gestão de Ativos nesta matéria consistem na participação em diálogos de caráter construtivo com as empresas investidas. O objetivo dos engagements, é melhorar, no longo-prazo, o comportamento de empresas em relação a fatores ESG e consequentemente, melhorar a qualidade dos investimentos.

Neste processo, é analisada a forma como os riscos ESG são geridos, como as oportunidades de negócio ligadas à sustentabilidade são abordadas e qual o nível dos fluxos de notícias por violações dos princípios do Global Compact das Nações Unidas (ONU) em que a empresa possa estar envolvida. É esperado que as empresas sigam as melhores práticas de governo corporativo, e que a estratégia esteja alinhada com a sustentabilidade e as suas práticas empresariais estejam alinhadas com o Global Compact da ONU.

São utilizadas diversas ferramentas de apoio para fazer o tracking de informações relacionadas com questões materiais ou controvérsias relacionadas com temas ESG.

Se os esforços iniciais de engagement forem malsucedidos, podem ser consideradas estratégias de escalonamento, como o contato com o management através de cartas conjuntas e e-mails, participação de reuniões remotas, voto contra a reeleição de administradores responsáveis, redução da exposição, apresentando soluções ou, em último caso, o desinvestimento.



Os principais temas de engagement do período abrangido pelo presente relatório foram Direitos Laborais e Ambiente, principalmente Clima. A seleção dos temas foi feita a partir de análises de mercado e research que levou em consideração tratados e acordos internacionais como o Acordo de Paris e o Global Compact, assim como o Climate Action 100+, o TCFD e o PRI.

### Métricas Quantitativas Relativas a Atividades de Engagement

Indicador	Métrica Quantitativa
Total de Engagements	153 individuais e coletivos
Total de Empresas com Engagements	123 individuais e coletivos
Países em que a BPI Gestão de Ativos tem engagements	29

## Exercício de Direitos de Voto (Proxy Voting)

O exercício de direitos de voto dos Organismos de Investimento Coletivo da BPI Gestão de Ativos é parte integral da visão de investimento sustentável e responsável, estando particularmente atenta às questões de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, bem como de governance, essenciais na avaliação de uma empresa. As atividades de voto (proxy voting) visam influenciar as políticas corporativas das empresas e outras decisões relevantes, com vista a melhorar possíveis deficiências em critérios ESG.

Em linha com a sua adesão aos PRI, a política de voto da BPI Gestão de Ativos tem como base a avaliação do desempenho de médio e longo prazo das empresas em que investe, tendo em consideração as questões Ambientais (i.e., poluição, uso sustentável de recursos, mudança climática e proteção da biodiversidade), Sociais (por exemplo, igualdade de género) e de Governance (por exemplo, políticas de remuneração). Da mesma forma, como entidade pertencente ao Grupo CaixaBank, que colabora para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) estabelecidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotará decisões sobre o sentido de voto tendo presentes aspetos relacionados com os ODS. Especificamente, a Sociedade Gestora seguiu

os seguintes princípios ao exercer o seu direito de voto:

- Uma informação financeira justa, completa e transparente é essencial para o exercício dos direitos de voto. A qualidade insuficiente da informação pode levar à abstenção ou voto contra.
- A Sociedade Gestora manifestar-se-á a favor da distribuição de resultados, quando a situação financeira da empresa for favorável ao longo do tempo.
- No que respeita à composição dos Conselhos de Administração, a BPI Gestão de Ativos favorece a existência de uma maioria de administradores independentes, bem como a exigência de competências, experiência e dedicação dos seus membros.
- Quanto à eleição dos auditores, caberá a quem tenha demonstrado suficiente eficiência no cumprimento de suas obrigações.

A BPI Gestão de Ativos considera necessária a transparência na política de remuneração e a sua implementação. Conforme referido na sua política de remuneração, "baseia-se na aplicação de princípios consistentes com os dados fornecidos por referências de mercado, obtidos como resultado dos vários relatórios de remuneração que são periodicamente encomendados a consultores externos especializados, o que permite posicionar o modelo de remuneração no nível individual e na posição de mercado".

- Por este motivo, exige que haja uma proporção adequada entre as componentes fixa e variável, com uma ligação entre a remuneração e os objetivos de desempenho.
- Em relação à estrutura de capital, considera que todos os contratos que proporcionem maior liquidez ao título ou aumentem o seu volume de negociação serão favoráveis.

Pelo carácter global dos OICs que gere, a BPI Gestão de Ativos tem investimentos em dezenas de países, centenas de empresas, de quase todos os setores, pelo que é impossível estar presente nas Assembleias Gerais de Acionistas (AGs), exercendo os seus direitos de voto através de representação (proxy voting), recorrendo assim aos serviços de um consultor em matérias de voto.

A BPI Gestão de Ativos dispõe de uma plataforma de proxy voting e proxy voting recommendations para todas as AGs em que tem direito de voto, através do qual a entidade consultora em matéria de voto (proxy advisor) fornece recomendações de votação baseadas nas políticas de sustentabilidade da BPI Gestão de Ativos.

A partir das recomendações, as Área de Investimento Sustentável Responsável e de Investimentos ponderam o mérito de cada item apresentado, e decidem o sentido do voto. Entretanto, esta análise e posterior decisão de voto podem desviar-se tanto das

recomendações do management, como das recomendações propostas pelo proxy advisor.

Os votos são processados pela área de Operações, que os encaminha para os custodiantes.

As atividades de voto são apresentadas de forma sistemática depois das votações terem ocorrido trimestralmente no Comité ISR.

Em 2022 iniciou-se uma divulgação pública mais detalhada do exercício dos direitos de voto por parte da sociedade gestora, bem com o início da prática de pré-declaração de voto (fazer a divulgação pública do sentido de voto antes de ocorrer a assembleia).

#### Métricas Quantitativas Relativas a Atividades de Exercício dos Direitos de Voto dos OICs geridos pela BPI Gestão de Ativos em 2022

Indicador	Num.	%
Assembleias Totais Votáveis	494	
Assembleias em que a BPI Gestão de Ativos participou	455	92%
Assembleias em que a BPI Gestão de Ativos votou em pelo menos um item contra a recomendação do Management	180	36%
Pontos Totais Votáveis	8.595	
Pontos votados em Assembleias Gerais	7.862	91%
Pontos votados contra	595	7%
Mercados em que a BPI Gestão de Ativos participou em AGs	33	



## 6. GOVERNAÇÃO E RISCO

### 6.1. Sistemas de Governação

O sistema de Governação da BPI Gestão de Ativos, garante a gestão sã e prudente das atividades desenvolvidas. Ao longo dos anos tem vindo a ser ajustado para se tornar mais robusto e abrangente de forma a assegurar em permanência a sua eficácia e conformidade com as alterações regulatórias ocorridas e com as orientações que as entidades de supervisão têm emitido.

Para além de uma estrutura organizacional adequada ao exercício das suas atividades, assente na definição e segregação de responsabilidades e funções aos diversos níveis da organização, a BPI Gestão de Ativos tem vindo a definir e atualizar políticas com impacto na Governação, designadamente as relativas à gestão de riscos, compliance, controlo interno, conflitos de interesses, subcontratação, remuneração e governação de produtos.

O modelo de negócio da BPI Gestão de Ativos reparte-se por três atividades: (1) gestão de Organismos de Investimento Coletivo em Ativos Mobiliários, (2) gestão de Organismos de Investimento Coletivo em Ativos Imobiliários, ambos comercializados quase exclusivamente pela rede bancária do Banco BPI; e (3) gestão de patrimónios para carteiras de seguros de capitalização, fundos de pensões, fundos de investimento de outras

entidades gestoras, clientes do Banco BPI do segmento de Private Banking e investidores institucionais.

A BPI Gestão de Ativos atua enquanto sociedade gestora de Organismos de investimento Coletivo, como centro de produção desses Organismos, comercializados maioritariamente na rede bancária do Banco BPI. Constitui-se como uma unidade funcional e orgânica assente numa estrutura operacional otimizada, recorrendo à externalização de funções administrativas e de suporte, mas com capacidade de decisão e gestão autónoma e independente.

A integração da BPI Gestão de Ativos com outras empresas do grupo CaixaBank, possibilita a partilha de serviços comuns e permite à sociedade prosseguir o cumprimento das suas responsabilidades num quadro de maior eficiência operativa, sempre numa perspetiva de maior benefício dos seus clientes. Não obstante a partilha de serviço com as entidades do grupo, os processos de decisão relativos à atividade de gestão de Organismos de investimento Coletivo e à gestão de carteiras, são prosseguidos de

forma autónoma pelos órgãos da empresa e pelos seus recursos humanos e técnicos, com a necessária independência e autonomia face ao grupo.

Atendendo ao princípio da proporcionalidade, a unidade funcional da sociedade é simplificada, o que se reflete na sua estrutura e organização, estabelecendo-se a linha decisória da seguinte forma:

- Nível estratégico, o Conselho de Administração (CA);
- Nível executivo, a Comissão Executiva (CE), no âmbito dos poderes delegados;
- Nível operativo, responsáveis de equipa.

Os níveis executivo e operativo asseguram em permanência todo o âmbito de responsabilidades da Sociedade, cabendo a responsabilidade das decisões à Comissão Executiva que dirige a atividade corrente suportada nas equipas operacionais.

#### Administração e Fiscalização

O modelo de governo da BPI Gestão de Ativos estrutura-se segundo uma das três modalidades previstas no Código das Sociedades Comerciais – comumente referida como o Modelo Latino. A gestão da sociedade compete ao Conselho de

Administração que compreende uma Comissão Executiva na qual o Conselho delegou poderes de gestão para a condução da atividade corrente.

### Assembleia Geral

A Assembleia Geral (AG) delibera sobre as matérias que lhe são especialmente atribuídas pela lei ou pelos Estatutos bem como, se tal lhe for solicitado pelo Conselho de Administração, sobre matérias de gestão da Sociedade.

Os titulares dos órgãos sociais são eleitos por períodos de três anos, sendo sempre, salvo na medida em que exista disposição legal em contrário, permitida a sua reeleição.

### Conselho de Administração

A administração da Sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por um número mínimo de três e um número máximo de onze membros, eleitos pela Assembleia Geral que de entre eles designará o presidente e, se assim o entender, um ou mais Vice-Presidentes.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos Administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência.

O Conselho de Administração para o mandato 2020-2022 tinha a seguinte composição:

Presidente Paulo Freire de Oliveira, Vogais: Manuel Puerta da Costa, Jorge Sousa Teixeira, Juan Pedro Bernal, Miguel Ferreira, Ana Martín de Santa Olalla Sánchez, João Pedro Oliveira e Costa e Mónica Valladares Martínez.

Durante o ano de 2020 o Vogal João Pedro Oliveira e Costa renunciou ao mandato.

Em 19/11/2021, foi designado administrador não executivo António Luna Vaz.

Em 31/12/2021, o Presidente Paulo Freire Oliveira renunciou ao mandato.

Em 09/02/2022, Ana Martín de Santa Olalla Sánchez foi nomeada Presidente do Conselho de Administração.

Em 21/03/2022, Carla Sofia Miranda foi nomeada (em Assembleia Geral) como Administradora Executiva.

Em 21/06/2023 Jorge Sousa Teixeira, foi nomeado (em Conselho de Administração) como Presidente do Comissão Executiva.

O Conselho de Administração delegou numa Comissão Executiva a gestão corrente da Sociedade, nomeadamente a definição e implementação das políticas de investimento do património sob gestão, seja ele na forma de Organismos de Investimento Coletivo (mobiliários e imobiliários), seja na forma de gestão discricionária de carteiras e comercialização de novos produtos. O Conselho de Administração manteve responsabilidades de monitorização do Compliance e de fiscalização e

acompanhamento da atividade da Comissão Executiva.

### Comissão Executiva

A Comissão Executiva, composta por um Presidente (Jorge Sousa Teixeira) e 2 vogais (Manuel Puerta da Costa e Carla Sofia Miranda) atua nos limites da delegação do Conselho de Administração. A distribuição de pelouros pelos membros da Comissão Executiva é a seguinte no final do ano de 2022:

Jorge Sousa Teixeira: investimentos em ações e obrigações; carteiras multi-ativos; suporte ao cliente e negócio; digital e marketing; estratégia e novos negócios; assuntos corporativos; recursos humanos; comunicação corporativa; gestão discricionária de carteiras.

Manuel Puerta da Costa: investimentos imobiliários.

Carla Sofia Miranda: Risco, Suporte, e Salvaguarda de Bens de Clientes.

O pelouro de Compliance está atribuído a um membro não executivo do Conselho de Administração, Mónica Valladares.

### Conselho Fiscal

A Lei 148/2015 de 9 de setembro aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria (RJSA), determinando que os organismos de investimento coletivo sob a forma contratual e societária são entidades de interesse público.

Desta forma, a BPI Gestão de Ativos, enquanto sociedade gestora de entidades de interesse público sem personalidade jurídica, passou, a partir de 2016, a deter um Conselho Fiscal que iniciou o seu atual mandato em simultâneo com o Conselho de Administração em 2020. Este órgão é composto por José Manuel Toscano (presidente) e por Isabel Correia de Lacerda e Luis Patrício (vogais), tendo ainda Francisco André Oliveira como suplente. São competências do Conselho Fiscal zelar pela observância das disposições legais e regulamentares, dos estatutos e das normas emitidas pela autoridade de supervisão, bem como das políticas de controlo interno e ainda o acompanhamento da preparação da informação financeira. A partir de 1 de janeiro de 2022 os organismos de investimento coletivo sob a forma contratual e societária deixaram de ser entidades de interesse público, com as alterações do RJSA.

### Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno corresponde ao conjunto de regras e controlos que regem a estrutura organizativa e operativa da BPI Gestão de Ativos, incluindo os processos de reporte e as Funções de Gestão dos Riscos, Compliance e Auditoria Interna. Em linha com as diretrizes dos reguladores e com as melhores práticas do setor, esta estrutura está alicerçada no modelo das três linhas de defesa.

De forma a garantir que este modelo se traduz num controlo interno adequado à

atividade e objetivos da BPI Gestão de Ativos, a estrutura de controlo interno é transversal, abrangendo toda a organização, independente das funções de assunção de riscos, e preventiva, antecipando os riscos relevantes. Existe ainda um processo de comunicação formal das debilidades de controlo identificadas aos órgãos de governo.

A função de gestão de riscos tem como missão apoiar a gestão de carteiras na deteção e análise dos principais fatores de riscos financeiros e operacionais, contribuindo para a aplicação das melhores práticas que implementem uma cultura de gestão de risco.

A função de Compliance tem como missão a gestão do risco de conduta e cumprimento, com vista a prevenir e minimizar danos resultantes de sanções, bem como danos de carácter reputacional.

Todas as divulgações de informação financeira ou relacionadas com a comercialização de produtos são previamente revistas de forma independente por pessoal especializado.

### Função de Auditoria Interna

A função de Auditoria Interna da BPI Gestão de Ativos está delegada, desde 9 de maio de 2018, na Auditoria Interna do CaixaBank S.A., empresa matriz do grupo CaixaBank.

A auditoria Interna atua como a 3ª linha de defesa e desenvolve a sua atividade de forma independente e objetiva, supervisionando as atividades da BPI Gestão de Ativos e a sua

eficácia para assegurar o cumprimento do quadro regulatório e dos regulamentos internos, a adequação da estrutura organizativa e a eficácia do ambiente de controlo interno.

### Subcontratação

Com vista a melhorar a qualidade do seu sistema de governação e prestar um melhor serviço no interesse dos seus Clientes, a BPI Gestão de Ativos subcontrata algumas atividades, melhorando significativamente a capacidade de atuação da sociedade gestora, e dos serviços e produtos oferecidos aos Clientes.

Encontram-se externalizadas no âmbito do grupo CaixaBank atividades administrativas e de suporte, designadamente:

- Comercialização;
- Recursos humanos;
- Auditoria interna;
- Sistemas de informação;
- Algumas funções de back office e de apoio.

É assim possível acompanhar as melhores práticas de mercado, para além das exigências regulatórias, com um claro benefício qualitativo e quantitativo ao nível do risco operacional e da informação prestada aos diferentes stakeholders, em particular Clientes, reguladores e acionista.

## 6.2. Perfil de Risco

Reconhecendo que a assunção de risco é intrínseca à atividade de gestão de investimentos, a Sociedade tem desenvolvido um sistema global de gestão de riscos das carteiras que tem sob gestão.

### 6.2.1. Sistema de Gestão de Risco

A BPI Gestão de Ativos considera a gestão de riscos como um dos pilares essenciais no seu modelo de funcionamento. A procura da correta identificação das várias dimensões dos riscos e a disponibilização dessa informação aos gestores de investimentos e aos órgãos de administração é um exercício permanente, praticado a diversos níveis de atividade e responsabilidade.

A Sociedade Gestora assegura a existência de um sistema de gestão de riscos constituído por procedimentos permanentes de gestão dos riscos relevantes para cada carteira, assim como por mecanismos adequados à sua medição.

O desempenho das carteiras, em termos de rendibilidade e riscos assumidos, é monitorizado regularmente. As metodologias de controlo estão suportadas na produção de informação de gestão especificamente desenvolvida para o acompanhamento e incluem a aferição periódica de resultados, desvios de performance em relação aos

benchmarks previamente definidos e a monitorização dos níveis de risco.

A monitorização do cumprimento da política de investimento de cada produto e do nível de risco implícito em cada carteira é desempenhada, em primeira instância, pela equipa de gestores de carteiras e, em segunda instância, pelas Áreas de Compliance e de Risco, respetivamente, áreas externas à Gestão de Carteiras e que reportam a um Administrador distinto.

O modelo de Governance do Risco é ainda completado pelo Comité de Riscos que reúne mensalmente e tem como principal missão acompanhar o risco associado à atividade de gestão de ativos, designadamente os riscos de mercado, crédito, concentração, imobiliário e liquidez das carteiras de investimentos, entre outros, bem como o risco operacional da BPI Gestão de Ativos.

Os riscos a que a Sociedade Gestora está exposta decorrem naturalmente do investimento nos ativos representativos das diferentes carteiras.

As carteiras sob responsabilidade da BPI Gestão de Ativos têm um universo de investimento abrangente, podendo investir em instrumentos de mercado monetário, obrigações, ações, imobiliário, investimentos alternativos, entre outros, desde que respeitem as políticas de investimento contratadas com os clientes, os limites legais

de exposição, ou ainda os níveis de risco internos aplicáveis.

Assim sendo, as carteiras estarão especialmente sujeitas ao Risco de Mercado – taxa de juro, de spread, acionista, imobiliário e cambial – Risco de Crédito e Risco de Liquidez. Importa referir que, na maioria das carteiras existe a possibilidade de mitigar estes riscos via derivados – futuros, forwards ou opções – respeitando a cada momento as orientações definidas pelas respetivas políticas de investimento e pelas entidades supervisoras para a utilização deste tipo de produtos.

Resume-se de seguida o entendimento de cada um destes riscos na atividade da BPI Gestão de Ativos e os modelos de informação utilizados para os monitorar.

### Riscos de Mercado

O risco de mercado pode ser entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos numa carteira devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos financeiros que a constituem, sendo mensurado com recurso sobretudo às seguintes abordagens:

- Modelo de Fatores;
- Value at Risk;
- Stress Tests.

## Modelo de Fatores

O risco de mercado de uma carteira é avaliado essencialmente pela volatilidade dos seus retornos, medida neste caso com base na respetiva exposição aos diferentes fatores de risco.

Assim, e de forma a assegurar um nível aceitável de diversificação, avalia-se a contribuição de cada fator para o risco total do portfolio. Tal traduz-se numa análise rigorosa e completa das fontes de risco mais relevantes, que combina simultaneamente a exposição da carteira aos fatores, a volatilidade de cada um e ainda a correlação entre estes e o portfolio.

A Área de Risco da BPI GA é responsável por acompanhar a Volatilidade/Tracking Error ex ante de cada portfolio, disponibilizados diariamente, sendo que deve tomar medidas a partir de determinados limiares pré-definidos.

## Value at Risk

A BPI Gestão de Ativos limita a exposição global a instrumentos financeiros derivados dos OIC por si geridos, considerando o risco de mercado de cada carteira através de uma abordagem baseada no value at risk - uma medida da perda máxima esperada - com um intervalo de confiança a 99% e para um horizonte temporal de um mês.

Consoante a política de investimento e o perfil de risco de cada OIC, a Sociedade

decidiu, de forma fundamentada, calcular o VaR:

- Relativamente ao valor líquido global do OIC - VaR absoluto;
- Relativamente ao VaR da carteira de referência - VaR relativo.

## Stress tests

Para complementar os procedimentos anteriores, procede-se também à realização de stress tests, em que são simulados determinados cenários adversos seguindo uma abordagem baseada em fatores.

Esta metodologia combina a identificação e o choque de fatores com maior poder explicativo para a volatilidade ex-ante de cada carteira de investimento e a reprodução de períodos históricos onde os mesmos apresentaram maior instabilidade e um maior volume de perdas.

## Risco de Crédito

O risco de crédito mede a capacidade de um emitente dispor dos fundos necessários para satisfazer as suas obrigações de crédito, uma vez que os pagamentos de rendimentos, bem como o retorno do capital investido, não estão garantidos caso ocorra um evento de crédito.

Neste sentido, paralelamente à consulta diária das classificações de crédito das principais agências de notação financeira, a

BPI GA usa uma diversidade de outros indicadores quantitativos relevantes que permitem aferir a probabilidade de degradação de crédito de uma determinada emissão do seu universo de investimento e que se descrevem abaixo:

- Bond Screener: Ferramenta automática de screening, desenvolvida internamente, que permite obter os desvios de spread de cada emissão do universo de investimento face a um grupo representativo definido pelo conjunto de emissões com características similares de maturidade, rating, senioridade ou setor.
- Value at Risk – Risco Específico do Emitente: Apesar de, como já referido, a Sociedade ser responsável pela monitorização do Value at Risk de cada OICVM, importa também acompanhar, em particular, a componente relativa ao risco de taxa de juro, que permite avaliar o risco específico de cada emitente.
- Credit VaR: O Credit VaR representa uma estimativa do risco de crédito de uma carteira, correspondendo à diferença entre as perdas esperadas e “não esperadas” ao longo de um horizonte temporal de um ano e para um certo nível de confiança. Este indicador é determinado com auxílio do CreditMetrics, que permite também conhecer o contributo de cada título para esta métrica, permitindo a identificação dos

que se podem revelar mais penalizadores para o portfólio.

Adicionalmente, a BPI Gestão de Ativos tem implementados determinados Critérios de Seleção de Ativos, designadamente em termos de rating, limitando o investimento em títulos de menor qualidade creditícia.

### Risco de Liquidez

A BPI Gestão de Ativos assegura, para cada OICVM por si gerido, a coerência entre o perfil de liquidez da carteira e a sua política de resgates. Com efeito, cada gestor mantém excedentes de liquidez no mínimo suficientes para fazer face a potenciais resgates.

Adicionalmente, a Área de Risco estabelece e aplica, para cada fundo, um processo adequado de gestão do risco de liquidez com recurso a diferentes instrumentos, que se descrevem de seguida:

- Indicadores de Liquidez, de modo a reforçar os mecanismos de gestão deste tipo de risco, foram implementados controlos diários de forma a facilitar a deteção de circunstâncias excecionais suscetíveis de perturbar o normal funcionamento dos OIC;
- Perfil de Liquidez, que tem por base a percentagem da carteira de cada organismo de investimento coletivo que se prevê ser possível liquidar dentro de determinados prazos;

- Evolução dos Resgates Líquidos, de forma a garantir que cada fundo mantém um nível de liquidez adequado face às obrigações subjacentes, para além da liquidez dos ativos que compõem as carteiras, são também alvo de análise o nível de resgates líquidos, bem como o perfil dos investidores;
- Stress Tests de Liquidez, com vista à medição da resiliência de cada fundo face a um conjunto de cenários de esforço de liquidez, tendo em conta as especificidades atuais e históricas de cada carteira de investimentos.

Importa ainda salientar que, os critérios de seleção de ativos em vigor incluem também requisitos de liquidez, para ações e obrigações, de modo a evitar que se tomem posições em ativos menos líquidos.

### Risco de Sustentabilidade

Enquanto segunda linha de defesa, a Área de Risco empenha-se no processo de adoção dos Principles for Responsible Investment (PRI) e da integração em matéria Environmental, Social and Governance (ESG) através da criação de mecanismos de controle e monitorização das restrições decorrentes das políticas associadas ao Investimento Socialmente Responsável da BPI Gestão de Ativos.

Para este efeito, contribuiu para a monitorização contínua de métricas associadas ao Investimento Socialmente

Responsável, através da construção de um Dashboard, que permite acompanhar, diariamente, os valores dos indicadores ESG, eventuais restrições decorrentes das políticas associadas ao Investimento Socialmente Responsável da BPI Gestão de Ativos, bem como possíveis controvérsias.

### Risco Contraparte

Para atender ao risco de contraparte, a Sociedade avalia a exposição a contrapartes nas operações em liquidação e nos derivados fora de bolsa, comunicando-as aos respetivos gestores e traders.

Além dos limites legais existentes para as contrapartes, a Sociedade define limites máximos de exposição por contraparte, que são controlados diariamente.

### Risco Imobiliário

A Área de Imobiliário analisa os riscos de crédito e reputacional da potencial contraparte (comprador, vendedor ou inquilino), com recurso a pedidos de informações comerciais e bancárias, recolhe toda a informação e documentação obrigatórias, para efeitos de KYC ("conhecimento do cliente"), e solicita ao Compliance a verificação da contraparte nas listas de sanções internacionais e de Pessoas Politicamente Expostas (PEPs), bem como a sua classificação em termos de risco de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e, ainda, a determinação de eventuais medidas reforçadas de diligência, caso se justifiquem.

Numa segunda linha de defesa, a Área de Risco estabelece e aplica um processo adequado de gestão do risco imobiliário, assegurando a gestão holística dos riscos

inerentes a esta classe de ativos através de indicadores de risco analisados na perspetiva do fundo, bem como das características dos imóveis específicos.

Nesse sentido, foi construído um Dashboard, onde o OII é apreciado sob várias perspetivas, designadamente em termos de composição – distribuição geográfica, sectorial, ano de construção – transações, rentabilidades; taxas de ocupação; dispersão de avaliações por imóvel; imóveis devolutos; perfil de resgates e nível de liquidez; stress tests, cumprimento de rácios regulatórios e da política de investimento, entre outros.

Com vista a reforçar a segunda linha de defesa, fazem parte do Comité Imobiliário representantes das Áreas de Risco e Compliance, com carácter permanente, de forma a garantir um adequado ambiente de controlo na área de imobiliário.

### Risco Operacional

O grupo detém uma abordagem sistematizada e centralizada para a Gestão do Risco Operacional. Para o efeito, existe uma Área de Risco Operacional responsável por implementar o modelo e as políticas adotadas, bem como promover uma cultura de gestão de Risco Operacional ao nível de toda a organização. A equipa de Risco da BPI

Gestão de Ativos coopera com o CaixaBank AM no sentido de controlar, monitorizar e desenvolver mecanismos de mitigação de Risco Operacional da Sociedade, apoiando-se nos sistemas do Banco BPI para registo de perdas operacionais, Plano de Continuidade do Negócio e Relatório de Análise de Impacto.

Cada área da Sociedade Gestora é responsável por criar e manter fichas de Risco Operacional para todas as atividades críticas que desenvolve. Estas fichas identificam os riscos inerentes às operações, determinando os respetivos tipo e categoria de risco de acordo com o impacto financeiro e a probabilidade de ocorrência. A grelha de Tipos e Categorias de Risco Operacional adotada pelo grupo foi definida conforme o Novo Acordo de Capital – Basileia II.

As principais fontes de risco operacional vêm sobretudo de processos realizados manualmente, por não terem ainda sido desenvolvidos sistemas informáticos que os automatizem.

A nível da continuidade de negócio, é elaborado anualmente um Relatório de Análise de Impacto no Negócio da BPI Gestão de Ativos, com base no que foi definido, e é revisto anualmente, o Plano de Continuidade de Negócio específico da Sociedade Gestora.

### 6.2.2. Cobertura e Gestão de Risco

A BPI Gestão de Ativos realiza, em representação dos Clientes e carteiras que gere, operações com instrumentos financeiros derivados no âmbito da sua atividade, destinadas a cobrir posições das carteiras que tem sob gestão.

A Sociedade Gestora transaciona instrumentos derivados financeiros, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro, sobre ações ou sobre vários índices. Estas transações são efetuadas na sua maioria em mercados organizados, nomeadamente em bolsas de valores, mas havendo também algumas em mercados de balcão (OTC – over-the-counter).

## 6.2. Fundos Próprios

A Sociedade mantém fundos próprios superiores ao previsto no artigo 71º-M do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

## 6.3. Situação perante a Segurança Social

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

## 6.4. Ações próprias adquiridas ou alienadas durante o período

Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante 2022. No final de 2022 a Sociedade Gestora não detinha quaisquer ações próprias.

## 6.5. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existem autorizações a negócios entre administradores e a Sociedade Gestora durante o exercício de 2022.

## 7. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de emissão destas demonstrações financeiras, não foram recebidas novas informações acerca de condições que existam à data do Balanço e que dessem lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras nem são conhecidas situações após aquela data e que sejam relevantes para divulgação.



**Presidente do Conselho de Administração**

---

Ana Martín de Santa Olalla Sánchez

**Vogais executivos**

---

Jorge Miguel Matos Sousa Teixeira

---

Manuel José Puerta da Costa

---

Carla Sofia Miranda

**Vogais não executivos**

---

Juan Pedro Bernal Aranda

---

Miguel Luis Sousa de Almeida Ferreira

---

Mónica Valladares Martínez

---

António Luna Vaz

Lisboa, 11 de abril de 2023

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS



## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

		(Montantes expressos em Euros)	
	Notas	31 Dez. 22	31 Dez. 21
<b>ATIVO</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	22 689 506	23 628 821
Ativos financeiros detidos para negociação	5	25 692	71 688
Ativos financeiros pelo custo amortizado	6	2 423 430	2 439 090
Outros ativos tangíveis	7	580 925	405 980
Ativos intangíveis	7	-	-
Ativos por impostos correntes	11	641 755	-
Ativos por impostos diferidos	8	493 504	494 322
Ativos de contratos com clientes	9	5 583 644	8 962 576
Outros ativos	10	1 623 656	503 232
<b>Total do Ativo</b>		<b>34 062 112</b>	<b>36 505 708</b>
<b>PASSIVO</b>			
Passivos por impostos correntes	11	-	2 446 372
Outros passivos	12	8 107 724	6 249 024
<b>Total do passivo</b>		<b>8 107 724</b>	<b>8 695 396</b>
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS</b>			
Capital	13	2 500 000	2 500 000
Resultados Transitados	14	1 968	1 968
Outras reservas	14	15 321 165	14 409 710
Resultado líquido do exercício		8 131 255	10 898 634
<b>Total dos capitais próprios</b>		<b>25 954 388</b>	<b>27 810 312</b>
<b>Total do passivo e dos capitais próprios</b>		<b>34 062 112</b>	<b>36 505 708</b>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

**O Contabilista Certificado**

**O Conselho de Administração**

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31 Dez. 22	31 Dez. 21
Juros e rendimentos similares	16	8 340	1 442
Juros e encargos similares	16	( 5 474)	( 1 579)
<b>Margem financeira</b>		<b>2 866</b>	<b>( 137)</b>
Rendimento de Comissões	17	23 837 164	26 418 002
Encargos com Comissões	18	( 763 290)	( 634 083)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)		-	83
Resultados de avaliação cambial (líquido)	19	( 10 815)	( 6 244)
Outros resultados de exploração	20	202 557	187 243
Encargos operacionais	20	( 98 064)	( 38 030)
Outros impostos	21	( 375 745)	( 352 544)
<b>Produto bancário</b>		<b>22 794 673</b>	<b>25 574 289</b>
Custos com pessoal	22	( 4 421 276)	( 4 343 452)
Gastos gerais administrativos	23	( 8 096 298)	( 6 907 146)
Depreciações e amortizações	7	( 107 936)	( 135 956)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>10 169 163</b>	<b>14 187 735</b>
Impostos sobre lucros	11	( 2 037 908)	( 3 289 101)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>8 131 255</b>	<b>10 898 634</b>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31 Dez. 22	31 Dez. 21
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>8 131 255</b>	<b>10 898 634</b>
Outras receitas e despesas não reconhecidas no resultado líquido do exercício:			
Ganhos e perdas por desvios atuariais relativos a pensões e SAMS	24	1 189 273	( 102 263)
Impacto fiscal	24	( 277 818)	5 434
<b>Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados</b>		<b>911 455</b>	<b>( 96 829)</b>
<b>Rendimento integral do exercício</b>		<b>9 042 712</b>	<b>10 801 805</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Outros instrumentos de capital	Outras reservas e resultados transitados - Nota 14					Resultados transitados	Total	Resultado líquido do exercício	Total dos Capital próprios
			Reserva Legal	Reservas livres	Reserva de fusão	Outras Reservas					
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>2 500 000</b>	-	<b>4 907 993</b>	<b>9 243 861</b>	<b>1 648 143</b>	<b>( 1 293 459)</b>	<b>1 968</b>	<b>14 508 506</b>	<b>4 362 709</b>	<b>21 371 215</b>	
Aplicação do resultado do exercício de 2021:											
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	( 4 362 709)	<b>( 4 362 709)</b>		<b>( 4 362 709)</b>	
Outros	-	-	-	-	-	-	4 362 709	<b>4 362 709</b>	( 4 362 709)	-	
Rendimento integral	-	-	-	-	-	( 96 829)	-	<b>( 96 829)</b>	10 898 634	<b>10 801 806</b>	
	-	-	-	-	-	-	-				
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>2 500 000</b>	-	<b>4 907 993</b>	<b>9 243 861</b>	<b>1 648 143</b>	<b>( 1 390 287)</b>	<b>1 968</b>	<b>14 411 678</b>	<b>10 898 634</b>	<b>27 810 312</b>	
Aplicação do resultado do exercício de 2020:											
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	( 10 898 634)	<b>( 10 898 634)</b>		<b>( 10 898 634)</b>	
Outros	-	-	-	-	-	-	10 898 634	<b>10 898 634</b>	( 10 898 634)	-	
Rendimento integral	-	-	-	-	-	911 455	-	<b>911 455</b>	8 131 255	<b>9 042 710</b>	
	-	-	-	-	-	-	-				
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>2 500 000</b>	-	<b>4 907 993</b>	<b>9 243 861</b>	<b>1 648 143</b>	<b>( 478 832)</b>	<b>1 968</b>	<b>15 323 133</b>	<b>8 131 255</b>	<b>25 954 388</b>	

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31 Dez. 22	31 Dez. 21
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de comissões		27 794 285	21 453 572
Pagamentos de comissões		( 831 417)	( 466 675)
Pagamentos a fornecedores		( 7 014 183)	( 7 628 235)
Pagamentos ao pessoal		( 4 307 715)	( 4 997 435)
Fluxos gerados pelas operações		15 640 970	8 361 226
Pagamento do imposto sobre o rendimento		( 5 403 034)	( 1 243 704)
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
<b>Fluxo das actividades operacionais (1)</b>		<b>10 237 936</b>	<b>7 117 522</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proveitos similares		155 797	92 154
Reembolso de activos financeiros		-	-
Alienação de activos tangíveis e intangíveis		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		( 102 092)	( 94 596)
Aquisição de activos financeiros			
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis		( 282 880)	( 408 522)
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>( 229 175)</b>	<b>( 410 964)</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Rendas dos contratos de locação operacional		( 43 968)	( 33 380)
Juros dos contratos de locação operacional		( 5 474)	( 1 579)
Distribuição de dividendos		( 10 898 634)	( 4 362 709)
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>( 10 948 076)</b>	<b>( 4 397 668)</b>
Aumento (diminuição) de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		( 939 315)	2 308 422
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	23 628 821	21 320 398
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<b>22 689 506</b>	<b>23 628 821</b>

## NOTA INTRODUTÓRIA

A BPI Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (“BPI Gestão de Ativos” ou “Sociedade”) foi constituída em 20 de julho de 1990 e tem como objeto principal a gestão de organismos de investimento coletivo (OIC), em especial de fundos de investimento mobiliário, podendo ainda desenvolver as atividades de gestão discricionária e individualizada de carteiras por conta de outrem, incluindo as correspondentes a fundos de pensões, com base em mandato conferido pelos investidores, consultoria para investimento relativa a esses ativos e gestão de fundos de investimento imobiliário.

A Assembleia Geral de Acionistas da BPI Gestão de Ativos deliberou em 26 de novembro de 2007 a aprovação do projeto de fusão por incorporação da Sofinac – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (“Sofinac”) na Sociedade, com a consequente transmissão do património da Sofinac. Neste sentido, a Sociedade sucedeu à Sofinac em todas as suas relações jurídicas, contratuais e processuais. A fusão produziu efeitos a partir de 2 de janeiro de 2008, data de registo da fusão na Conservatória do Registo Comercial.

A partir de 13 de abril de 2018, o capital da BPI Gestão de Ativos é integralmente detido pelo CaixaBank Asset Management S.G.I.I.C., S.A.U. (Caixabank AM Espanha). As demonstrações Financeiras da BPI Gestão de Ativos são consolidadas na CaixaBank Asset Management S.G.I.I.C S.A.U., com sede em Paseo de la Castellana, 189, 28046 Madrid, Espanha.

A Sociedade foi autorizada, através de portaria do Ministério das Finanças ou por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) a administrar e gerir os seguintes Fundos de Investimento Mobiliários (Fundos Mobiliários) e Fundos de Investimento Imobiliários (Fundos Imobiliários) que se encontram em atividade em 31 de dezembro de 2022:

	<b>Data de início de actividade</b>
<b>- Fundos Mobiliários</b>	
BPI África - Fundo de Investimento Aberto de Ações	3 de Dezembro de 2008
BPI Agressivo - Fundo de Investimento Aberto Flexível	10 de Julho de 2015
BPI América - Fundo de Investimento Aberto de Ações	16 de Agosto de 1993
BPI Ásia Pacífico - Fundo de Investimento Aberto de Ações	19 de Setembro de 2011
BPI Brasil - Fundo de Investimento Aberto Flexível	8 de Fevereiro de 2000
BPI Dinâmico - Fundo de Investimento Aberto Flexível	10 de Julho de 2015
BPI Euro Grandes Capitalizações - Fundo de Investimento Aberto de Ações	1 de Junho de 1992
BPI Euro Taxa Fixa - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	26 de Abril de 1993
BPI Europa - Fundo de Investimento Aberto de Ações	11 de Junho de 1991
BPI Global - Fundo de Investimento Aberto Flexível	3 de Fevereiro de 1997
BPI Ibéria - Fundo de Investimento Aberto de Ações	19 de Janeiro de 2010
BPI Defensivo - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	18 de Março de 1996
BPI Moderado - Fundo de Investimento Aberto Flexível	10 de Julho de 2015
BPI Obrigações de Alto Rendimento Alto Risco - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	1 de Setembro de 1999
BPI Obrigações Mundiais - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações	17 de Outubro de 1994
BPI Portugal - Fundo de Investimento Aberto de Ações	3 de Janeiro de 1994
BPI Ações Mundiais - Fundo de Investimento Aberto de Ações	4 de Dezembro de 2000
BPI Reforma Global Equities PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Ações de Poupança Reforma	7 de Novembro de 2019
BPI Reforma Investimento PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	2 de Dezembro de 1991
BPI Reforma Obrigações PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	28 de Novembro de 1991
BPI Reforma Valorização PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	22 de Junho de 2005
BPI Seleção - Fundo de Investimento Aberto de Fundos Mistos de Ações	13 de Setembro de 2007
BPI Universal - Fundo de Investimento Aberto de Fundo de Ações	27 de Junho de 1995
BPI Impacto Clima - Ações, Fundo de Investimento Aberto de Ações	24 de Maio de 2022
BPI Impacto Clima - Obrigações, Fundo de Investimento Aberto de Obrigações	24 de Maio de 2022
BPI Impacto Clima - Moderado, Fundo de Investimento Aberto de Moderado	30 de Maio de 2022
BPI Impacto Clima - Dinâmico, Fundo de Investimento Aberto de Dinâmico	30 de Maio de 2022
BPI Impacto Clima - Agressivo, Fundo de Investimento Aberto de Agressivo	30 de Maio de 2022
BPI Obrigações 2025 - Fundos de Investimento Aberto de Obrigações	31 de Outubro de 2022
<b>- Fundos Imobiliários</b>	
Imofomento - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	2 de Maio de 1994
Josiba Florestal - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	28 de Dezembro de 2006

No mês maio de 2022 foram lançados os Fundos da Gama BPI Impacto Clima composta por 5 fundos: um fundo de ações, um fundo de obrigações e três fundos mistos.

Estes são os primeiros fundos domiciliados em Portugal classificados com os requisitos de transparência do Artigo 9º - considerado o mais exigente – da SFDR (Regulamento UE 2019/2088 de divulgação de informações relacionadas com a Sustentabilidade).

São fundos de investimentos sustentáveis que visam investir em atividades económicas que contribuam para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em particular os relacionados com a ação climática;

Em outubro de 2022 foi lançado o Fundo BPI Obrigações 2025 destinado aos Clientes do segmento Premier. Aproveitando o novo ambiente de taxas, este é um fundo de investimento que tem como objetivo proporcionar aos Clientes BPI o acesso a uma carteira de dívida pública de países com spread e yield atrativos no mercado de obrigações euro, como é o caso de Itália, Espanha e Portugal.

No dia 6 de julho de 2020, decorrente da aprovação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), foi concluída a migração da função de Banco Depositário dos Fundos de Investimento Mobiliário geridos pela Sociedade do Banco BPI, S.A. (Banco BPI) para o Cecabank, S.A. – Sucursal em Portugal (Cecabank Portugal). Como resultado desta operação, foram também transferidas as posições destas carteiras para o Sistema de Registo de Unidades de Participação do novo depositário, alteração consentida pelos distribuidores Banco BPI, Banco BEST e Banco Invest. Os distribuidores dos Fundos geridos Sociedade que optaram por não acompanhar esta alteração deixaram de comercializar unidades de participação representativas destes organismos, passando apenas a ser as suas responsabilidades o acompanhamento do stock de instrumentos para os quais intermediaram as transações até à data da migração e pela resposta aos resgates que possam ver a ocorrer.

O Banco BPI exerce a função de Banco Depositário para a totalidade dos Fundos de Investimento Imobiliário.

Em 27 de maio de 2019, a Sociedade celebrou um *sub-investment management agreement* com a CaixaBank Asset Management S.G.I.I.C., S.A.U, através do qual a Sociedade assume a função de *sub-investment manager* para as carteiras dos seguintes fundos de investimento domiciliados no Luxemburgo:

	<b>Data de início de actividade</b>
BPI Global Investment Fund - BPI África	27 de Junho de 2011
BPI Global Investment Fund - BPI Alternative Fund: Iberian Equities Long/Short Fund	25 de Fevereiro de 2013
BPI Global Investment Fund - BP Technology Revolution	2 de Novembro de 2011
BPI Global Investment Fund - BPI High Income Bond Fund	5 de Agosto de 2005
BPI Global Investment Fund - BPI Ibéria	13 de Abril de 2007
BPI Global Investment Fund - BPI Opportunities	21 de Julho de 2005
BPI Global Investment Fund - BPI European Financial Equities Long/Short Fund	24 de Setembro de 2021

No dia 24 de setembro de 2021 foi lançado o Fundo BPI European Financial Equities Long/Short Fund, Fundo do Caixabank AM Luxembourg gerido pela BPI GA. Um fundo UCITS, de retorno absoluto, com uma estratégia long-short focada em ações de empresas financeiras europeias.

Em 30 de outubro de 2020 o Fundo BPI América alterou a sua política de investimento e denominação para BPI Techonology Revolution.

As funções de administração e de Banco Depositário para os fundos acima indicados são exercidas pelo BNP Paribas Securities Services, S.A., de acordo com a decisão da respetiva management company, Caixabank AM Luxemburgo.

A Sociedade presta ainda serviços de gestão discricionária a clientes institucionais.

## 1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia (na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho).

As demonstrações financeiras da Sociedade com referência a 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de abril de 2023 e encontram-se sujeitas à aprovação em Assembleia Geral. É expectativa do Conselho de Administração de que as demonstrações financeiras serão aprovadas pelo acionista sem alterações.

### 1.2. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

**IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2022, para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2022:**

#### **1. Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2022**

Norma	Descrição	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> <li>IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021</li> </ul>	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações à locação, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
<ul style="list-style-type: none"> <li>IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento</li> </ul>	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis	1 de janeiro de 2022
<ul style="list-style-type: none"> <li>IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato</li> </ul>	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
<ul style="list-style-type: none"> <li>IFRS 3 – Referências à Estrutura conceptual</li> </ul>	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ciclo de Melhorias 2018 – 2020</li> </ul>	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

As alterações às normas introduzidas em 2022 acima resumidas não tiveram impacto significativo para a Sociedade.

## 2. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2023, já endossadas pela EU

Norma	Descrição	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> <li>IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas</li> </ul>	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> <li>IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas</li> </ul>	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> <li>IFRS 17 – Contratos de seguro</li> </ul>	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> <li>IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa</li> </ul>	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> <li>IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação</li> </ul>	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023

### 3. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2023, ainda não endossadas pela EU

Norma	Descrição	Data efetiva
• IAS 1 – Passivos não correntes com “covenants”	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “covenants”.	1 de janeiro de 2024
• IAS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis	1 de janeiro de 2024

Decorrente da adoção futura das normas e alterações referidas, e após análise às normas aplicáveis à atividade da Sociedade não se esperam impactos significativos para a Sociedade.

#### 1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

##### a) Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

##### b) Comissões

###### i) Comissão de gestão

A remuneração da Sociedade pela gestão do património dos Fundos é registada em proveitos na rubrica “Rendimentos de comissões” (**Nota 17**). Para a generalidade dos Fundos Mobiliários a comissão é calculada diariamente e para os Fundos Imobiliários é calculada diariamente (para o Fundo Imofomento) e mensalmente (para o Fundo Josiba Florestal), por aplicação ao seu património líquido de uma taxa definida nos respetivos regulamentos de gestão em vigor.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as taxas de comissão de gestão anuais em vigor eram as seguintes:

31 Dez. 22 31 Dez. 21

	31 Dez. 22	31 Dez. 21
<b>- Fundos Mobiliários</b>		
BPI África - Fundo de Investimento Aberto de Acções	2,500%	2,500%
BPI Agressivo - Fundo de Investimento Aberto Flexível	1,125%	1,125%
BPI América - Fundo de Investimento Aberto de Acções	2,170%	2,170%
BPI Ásia Pacífico - Fundo de Investimento Aberto de Acções	1,850%	1,850%
BPI Brasil - Fundo de Investimento Aberto Flexível	2,150%	2,150%
BPI Dinâmico - Fundo de Investimento Aberto Flexível	0,835%	0,835%
BPI Euro Grandes Capitalizações - Fundo de Investimento Aberto de Acções	2,170%	2,170%
BPI Euro Taxa Fixa - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	0,930%	0,930%
BPI Europa - Fundo de Investimento Aberto de Acções	1,920%	1,920%
BPI Global - Fundo de Investimento Aberto Flexível	1,410%	1,410%
BPI Ibéria - Fundo de Investimento Aberto de Acções	1,445%	1,445%
BPI Defensivo - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	0,505%	0,505%
BPI Moderado - Fundo de Investimento Aberto Flexível	0,635%	0,635%
BPI Obrigações de Alto Rendimento Alto Risco - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de	1,180%	1,180%
BPI Obrigações Mundiais - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações	0,530%	0,530%
BPI Portugal - Fundo de Investimento Aberto de Acções	1,195%	1,195%
BPI Ações Mundiais - Fundo de Investimento Aberto de Ações	1,920%	1,920%
BPI Reforma Global Equities PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Acções de Poupança	1,910%	1,910%
BPI Reforma Investimento PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	1,435%	1,435%
BPI Reforma Obrigações PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	0,955%	0,955%
BPI Reforma Valorização PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	1,910%	1,910%
BPI Seleção - Fundo de Investimento Aberto de Fundos Mistos de Acções	0,000%	0,000%
BPI Universal - Fundo de Investimento Aberto de Fundo de Acções	0,975%	0,975%
BPI Impacto Clima - Ações, Fundo de Investimento Aberto de Ações - Classe R	1,700%	-
BPI Impacto Clima - Ações, Fundo de Investimento Aberto de Ações - Classe M	0,500%	-
BPI Impacto Clima - Obrigações, Fundo de Investimento Aberto de Obrigações - Classe R	0,930%	-
BPI Impacto Clima - Obrigações, Fundo de Investimento Aberto de Obrigações - Classe M	0,300%	-
BPI Impacto Clima - Moderado, Fundo de Investimento Aberto de Moderado	1,100%	-
BPI Impacto Clima - Dinâmico, Fundo de Investimento Aberto de Dinâmico	1,400%	-
BPI Impacto Clima - Agressivo, Fundo de Investimento Aberto de Agressivo	1,600%	-
BPI Obrigações 2025 - Fundos de Investimento Aberto de Obrigações	1,400%	-
<b>- Fundos Imobiliários</b>		
Imofomento - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	1,000%	1,000%
Josiba Florestal - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	0,200%	0,200%

A comissão de gestão do Fundo BPI Defensivo será de 0,305% caso a rentabilidade nos últimos 12 meses seja superior ou igual a 0,305% e inferior a 0,505%. Por sua vez, será de 0,200% caso a rentabilidade, no mesmo período de tempo, seja superior ou igual a 0,200% e inferior a 0,305% e será de 0,100% caso a respetiva rentabilidade, nos últimos 12 meses, seja inferior a 0,200%.

A comissão de gestão do Fundo BPI Ações Mundiais será de 1,5% caso a rentabilidade nos últimos 12 meses seja superior ou igual a 0% e inferior a 10%. Por sua vez, será de 1% caso a rentabilidade, no mesmo período de tempo seja inferior a 0,0 %.

As comissões de gestão a receber pela Sociedade pela gestão delegada das carteiras dos fundos domiciliados no Luxemburgo são suportadas pela Caixabank Asset Management SGIIC, S.A. e correspondem às seguintes taxas anuais:

	31 Dez. 22	31 Dez. 21
BPI Global Investment Fund - BPI África	80%	80%
BPI Global Investment Fund - BPI Alternative Fund: Iberian Equities Long/Short Fund	80%	80%
BPI Global Investment Fund - BPI Techonology Revolution	80%	80%
BPI Global Investment Fund - BPI High Income Bond Fund	80%	80%
BPI Global Investment Fund - BPI Ibéria	80%	80%
BPI Global Investment Fund - BPI Opportunities	80%	80%
BPI Global Investment Fund - BPI European Financial Equities Long/Short Fund	80%	80%

Em 2021 alterou-se a forma de cálculo das comissões de gestão relativas às carteiras dos fundos domiciliados no Luxemburgo tendo a Sociedade passado a receber Comissões de Gestão do Caixabank Asset Management SGIIC, correspondendo a 80% sobre a percentagem do *Net Management fee* recebido pelo Caixabank AM Luxembourg.

Em julho de 2021 foi constituído um novo fundo domiciliado no Luxemburgo, o BPI European Financial Equities Long/Short Fund. A gestão dos fundos domiciliados no Luxemburgo, indicados acima está subdelegada à BPI Gestão de Ativos.

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. (BPI Vida e Pensões) é uma companhia de seguros que exerce a sua atividade no ramo de seguros Vida (sem garantia de capital). No âmbito da sua atividade, a BPI Vida e Pensões gere determinadas carteiras de ativos representativos das provisões técnicas dos seguros que produz, bem como carteiras de ativos representativos dos planos de pensões dos seus clientes.

A BPI Gestão de Ativos é uma sociedade gestora de Organismos de Investimento Coletivo, cujo objeto social abrange também a gestão discricionária e individualizada de carteiras por conta de outrem, incluindo as correspondentes as carteiras de seguradoras e de fundos de pensões.

Neste contexto, a BPI Vida e Pensões celebrou um contrato em 2018 com a BPI Gestão de Ativos para a prestação de serviços relativos à gestão das respetivas carteiras.

Para o efeito, a Sociedade recebe uma comissão de gestão correspondente às seguintes permissões sobre o valor do património gerido em 31 de dezembro de cada ano:

	<b>31 Dez. 22</b>	<b>31 Dez. 21</b>
Imóveis detidos pelos fundos de pensões	1,00‰	1,00‰
Participações em fundos de investimento imobiliário	1,75‰	1,75‰
Projectos imobiliários em desenvolvimento pelos fundos de pensões	2,00‰	2,00‰

Em junho de 2018, foi celebrado um acordo entre a BPI Gestão de Ativos e o Banco BPI para a cedência da posição contratual dos clientes do serviço de gestão discricionária.

Neste seguimento, o Banco subcontratou a Sociedade para a gestão das carteiras que transitaram contratualmente para a sua esfera.

Pela gestão discricionária de carteiras de clientes, a Sociedade recebe do Banco BPI uma comissão de gestão calculada por aplicação de uma taxa anual, fixada sobre o valor total do património de clientes cujas carteiras são geridas pela BPI Gestão de Ativos, no seguimento do referido processo de cedência contratual. Estas comissões são cobradas trimestralmente.

#### ii) Comissão de performance

Para os fundos domiciliados no Luxemburgo, BPI Alternative Fund e BPI European Financial Equities Long/short Fund, é calculada uma comissão de performance por aplicação de uma taxa anual de 20%, fixada no prospeto do Fundo, sobre a diferença positiva entre a performance do Fundo e a performance do respetivo índice de referência, sendo suportada pela Caixabank AM Luxembourg.

#### iii) Comissão de colocação

No dia 1 de janeiro de 2020, entrou em vigor as alterações ao Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (doravante "RGOIC"), publicadas pelo Decreto Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro de 2019.

A partir de 1 de janeiro de 2020, com as alterações do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC), o regime prudencial das sociedades gestoras, permitiu que a comissão de gestão dos fundos fosse parcialmente destinada a remunerar o serviço de comercialização e reformulou os deveres de reporte de informação. Neste sentido a Sociedade deixou de suportar o custo com as comissões de distribuição e comercialização e respetivo imposto de selo com o Banco BPI, passando os mesmos a serem suportados apenas pelos respetivos fundos.

Nos fundos de investimento mobiliário esta comissão é calculada mensalmente e corresponde a uma percentagem do valor das comissões de gestão cobradas pela Sociedade aos Fundos, na proporção das unidades de participação dos Fundos subscritas aos balcões dos bancos colocadores (maioritariamente do Banco BPI, S.A.).

Em 20 de julho de 2021, procedeu-se à alteração do contrato de comercialização de unidades de participação com o Banco BPI, no qual, o mesmo tem o direito de receber 40% do valor da comissão de gestão da BPI Gestão de Ativos, relativamente ao organismo de investimento imobiliário BPI Imofomento, comercializados pelo Banco BPI, mediante a comercialização de um determinado número de UP's.

### c) Instrumentos financeiros

No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado;
- ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- iii) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

A classificação é efetuada tendo em consideração o modelo de negócio da Sociedade para a gestão do ativo financeiro e as características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro (teste SPPI - Solely Payments of Principal & Interest).

#### i) Ativos financeiros pelo custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado" se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida (teste SPPI).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros registados pelo custo amortizado respeitam a obrigações de dívida pública.

#### ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O justo valor dos instrumentos financeiros é estimado sempre que possível recorrendo a cotações em mercado ativo. Um mercado é considerado ativo e, portanto, líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efetuam transações de forma regular. Para instrumentos financeiros em que não exista mercado ativo, por falta de liquidez e ausência de transações regulares, são utilizados métodos e técnicas de avaliação para estimar o justo valor.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros registados ao justo valor correspondem exclusivamente a Obrigações do Tesouro do Estado Português classificadas no Nível 1 (técnicas de valorização baseadas em dados de mercado), de acordo com a hierarquia prevista na IFRS 13.

A classificação no Nível 1 é justificada pelo facto de se tratarem de títulos valorizados com base em preços de mercados ativos divulgados através de plataformas de negociação, tendo em conta a liquidez (quantidade de contribuidores) e profundidade do ativo (tipo de contribuidor).

A classificação como mercado ativo é efetuada desde que os instrumentos financeiros estejam cotados por mais do que dez contribuidores de mercado, sendo pelo menos cinco com ofertas firmes e exista uma cotação multi-contribuída (preço formado por várias ofertas firmes de contribuidores disponíveis no mercado).

O nível 2 baseia-se nos preços market-to-market em sentido mais lato, ou seja, se existirem ativos ou passivos com características que direta ou indiretamente se identifiquem com o elemento a mensurar, é usado esse valor como referência, ajustando-o consoante as especificidades do ativo ou passivo em questão. Esses ajustamentos podem ser justificados pelo facto de ser um mercado pouco ativo ou pelo facto de os preços, em questão, não serem os mais atualizados. Para esses ajustamentos, podem ser utilizados os critérios de valorimetria apresentados pela norma: aproximação de mercado, aproximação pelo rendimento ou aproximação pelo custo (IFRS 13).

O nível 3, por sua vez, é apenas utilizado quando, para os elementos em avaliação, não exista um mercado ativo, nem exista informação de mercado recente disponível. Como tal, os avaliadores devem utilizar modelos económicos, com a informação disponível, para efetuar a valorização dos elementos das Demonstrações Financeiras em causa, sendo obrigatório a divulgação das metodologias utilizadas (IFRS 13, § 87-89). Esta norma concede, assim, prioridade máxima ao nível 1 e mínima ao nível 3, maximizando sempre os inputs observáveis (IFRS 13)

### iii) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

- a) sejam originados ou adquiridos com o objetivo de os transacionar no curto prazo;
- b) sejam parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existem evidências de ações recentes com o objetivo de obter ganhos no curto prazo; e
- c) sejam instrumentos derivados que não cumpram a definição de contrato de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) As variações no justo valor são registadas diretamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza, e o resto, que se regista como resultados de operações financeiras na rubrica correspondente; e
- b) Os juros relativos a instrumentos de dívida são calculados aplicando o método da taxa de juro efetiva.

A Sociedade não deve alterar a sua política de mensuração subsequente de um ativo ou passivo financeiro enquanto o instrumento for detido.

Se deixar de ser possível a obtenção fiável do justo valor dos instrumentos financeiros detidos, a quantia escriturada do justo valor torna-se, à data de reporte, a quantia de custo para efeitos da adoção do modelo do custo amortizado.

d) Ativos intangíveis

Nos termos do IAS 38 – “Ativos intangíveis”, estes ativos são registados ao custo de aquisição e respeitam a software. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, ao longo do seu período de vida útil estimado, o qual corresponde a três anos.

e) Outros ativos tangíveis

Nos termos do IAS 16 – “Ativos fixos tangíveis”, os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado de cada bem.

Os anos de vida útil estimados para as principais rubricas de ativos tangíveis da Sociedade são como seguem:

	<b>Anos de vida útil</b>
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3 e 4
Instalações interiores	10
Equipamento de transporte	4
Equipamento de segurança	10

As obras em edifícios arrendados são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento, o qual em média corresponde a dez anos.

f) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

Em 1994, a Sociedade assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados pensões de reforma e sobrevivência, com base no estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho para o sector bancário (ACT). O valor das pensões consiste numa percentagem crescente com o número de anos de serviço

do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS) e o subsídio por morte na reforma.

Em 14 de junho de 2016 foi celebrado um novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) o qual entrou em vigor a 9 de agosto de 2016. O novo ACT mantém inalterado o regime de pensões e o regime complementar de saúde (SAMS) aplicável aos trabalhadores e reformados, tendo, contudo, na sequência desta alteração, os encargos do Grupo BPI com o SAMS relativamente aos reformados e pensionistas passado de 6.5% sobre o valor das pensões para um valor per capita fixo de beneficiário (reformado ou pensionista de sobrevivência).

Adicionalmente, com o novo ACT as promoções obrigatórias por antiguidade foram eliminadas, mantendo-se a próxima promoção para os colaboradores que tenham sido promovidos até 31 de dezembro de 2014.

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios aos Empregados. Os principais benefícios concedidos incluem pensões de reforma por velhice ou invalidez, de sobrevivência, encargos com saúde e subsídio por morte na reforma.

Os métodos de valorização atuarial utilizados são o “*Projected Unit Credit*”, para o cálculo do custo normal e das responsabilidades com serviços passados por velhice, e Prémios Únicos Sucessivos, para o cálculo dos custos relativos aos benefícios de invalidez e sobrevivência. Os pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Grupo BPI. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. A análise dos pressupostos atuariais e, caso aplicável, a respetiva alteração, é efetuada pelo Grupo BPI com referência a 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Em 2018 o Grupo BPI relativamente à tábua de mortalidade alterou a expectativa de esperança média de vida dos trabalhadores, dos reformados e dos pensionistas da população masculina do Grupo BPI. A atualização dos referidos pressupostos reflete-se na determinação dos desvios atuariais e prospectivamente nos custos com pensões. O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma e sobrevivência, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com subsídio de morte na reforma.

De acordo com os requisitos previstos no IAS 19, a Sociedade reconhece o efeito da mensuração do passivo (ativo) líquido dos benefícios definidos relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego, diretamente em capitais próprios, nas Demonstrações dos Resultados e Outro Rendimento Integral, no período em que ocorre, incluindo os ganhos e perdas atuariais e os desvios relacionados com o retorno dos ativos dos fundos de pensões.

Os acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrentes de alterações das condições dos Planos de Pensões são integralmente reconhecidos nos resultados do exercício.

A cobertura das responsabilidades com serviços passados (benefícios pós-emprego) é assegurada por um fundo de pensões. O valor dos fundos de pensões corresponde ao justo valor dos seus ativos à data do balanço.

Nas demonstrações financeiras, o valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões está registado na rubrica “Outros Passivos” (insuficiência de cobertura) ou “Outros Ativos” (excesso de cobertura).

O Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal determina ainda a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no ativo e 100% do pessoal na condição de reformado e/ou pensionista. Apesar de já não se encontrar sob a supervisão do Banco de Portugal a Sociedade continua a seguir os princípios previstos naquele aviso.

O nível de cobertura das responsabilidades com pensões de reforma é apresentado na **Nota 24**.

g) Prémio de final de carreira / Prémios de antiguidade

Com a entrada em vigor do novo ACT, o prémio de antiguidade foi eliminado, estando, no entanto, previsto o pagamento da parte proporcional do prémio de antiguidade para o aniversário em curso referente aos quinze, vinte e cinco e trinta anos de antiguidade e correspondente ao tempo de bom e efetivo serviço na data da entrada em vigor do novo ACT.

O novo ACT prevê o pagamento de um prémio de final de carreira correspondente a 1,5 vezes do valor da retribuição mensal efetiva auferida pelo trabalhador no momento da cessação do contrato de trabalho por passagem à situação de reforma.

A Sociedade determina anualmente o valor atual dos benefícios com prémios de final de carreira através de cálculos atuariais utilizando o Método "Projected Unit Credit". Os pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população da Sociedade. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de final de carreira são registadas na rubrica "Outros passivos – Prémio final de carreira" (**Nota 12**).

h) Remuneração variável

Política de Remunerações aplicável aos Coletivo Identificado e restantes colaboradores

No Conselho de Administração de 27 de junho de 2019 foi aprovada a Política de Remunerações da BPI Gestão de Ativos, com impacto nas remunerações variáveis dos Colaboradores afetados pela mesma, a partir de 2020.

Foi aprovado em Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2022, a proposta de alteração da Política de Remuneração dos Colaboradores Identificados. Cabe ao Conselho de Administração no segundo trimestre de cada ano, aprovar a lista de pessoas que fazem parte do coletivo identificado. Foram feitas alterações para alinhamento com políticas e práticas do Grupo.

Nos termos desta política a remuneração dos Administradores Executivos da BPI Gestão de Ativos é composta por uma remuneração fixa e uma remuneração variável sob a forma de bónus. A remuneração variável sob a forma de bónus obedece, quanto à sua composição, ao seguinte: (i) 50% serão pagos em dinheiro; e (ii) os restantes 50% serão pagos em instrumentos, uma vez pagos os impostos (retenções ou pagamentos por conta) aplicáveis.

Sempre que haja lugar ao pagamento em instrumentos, este será efetuado, preferencialmente, em Organismos de Investimento Coletivo geridos pela BPI Gestão de Ativos.

A remuneração variável sob a forma de bónus obedece, quanto à sua disponibilização, ao seguinte:

- Uma parte da remuneração variável é paga imediatamente após a sua atribuição, no sentido em que são transferidos para a titularidade do Administrador Executivo o dinheiro e instrumentos que integram essa parte não diferida da remuneração variável;
- A outra parte da remuneração variável (a parte diferida) fica sujeita a um período de diferimento, faseado, nos termos seguidamente descritos. O dinheiro e instrumentos cuja atribuição seja sujeita ao período de diferimento só se transmitem para o Administrador Executivo após o decurso da respetiva fase do período de diferimento.

A percentagem de diferimento aplicável à remuneração variável dos Administradores Executivos é de 50%.

Período de diferimento: (i) na data de pagamento da remuneração variável será paga a parte não diferida da mesma (“Data de Pagamento Inicial”), ou seja, são transferidos para a titularidade do Administrador Executivo o dinheiro e instrumentos que integram essa parte não diferida da remuneração variável. A metade da parte não diferida da remuneração variável é paga em dinheiro e a metade restante é paga em instrumentos; (ii) a parte diferida da remuneração variável ajustada ao risco deverá, desde que não ocorram os pressupostos de redução previstos na política, ser paga em 3 anos em tranches iguais após a data de pagamento inicial.

Todos os instrumentos entregues estão ainda sujeitos a um período de retenção de um ano desde a data em que forem pagos/entregues, período durante o qual o Administrador Executivo não poderá deles dispor. Durante o período de retenção, os direitos inerentes aos instrumentos cabem ao Administrador Executivo.

De acordo com a política do Grupo CaixaBank, os elementos que exercem funções executivas no Grupo designadamente os que integram o Conselho de Administração da BPI Gestão de Ativos, só exercem cargos sociais noutras empresas em representação ou no interesse do Grupo CaixaBank.

#### i) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários relativa aos patrimónios de clientes sob gestão discricionária é suportada pela Sociedade, sendo calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor global das carteiras geridas no final de cada mês e registada na rubrica de “Outros impostos” da demonstração dos resultados (**Nota 20**). A taxa aplicável é de 0,01‰, com um limite mensal mínimo e máximo de 250 euros e 25 000 euros, respetivamente.

A taxa de supervisão relativa aos fundos de investimento mobiliário e imobiliário geridos é suportada diretamente pelos fundos de investimento.

Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2017, a Sociedade passou a suportar por conta dos fundos de investimento, a majoração das taxas definida na Portaria nº 342-A/2016, de 29 de dezembro, conforme os termos do artigo 35º dos Estatutos da Autoridade da Concorrência aprovados pelo Decreto-

Lei nº 125/2014, de 18 de agosto. O montante devido à CMVM resulta da aplicação de uma taxa entre 5,5% e 7% sobre o montante aprovado nos termos do número 3 do artigo 35º dos Estatutos da Autoridade da Concorrência.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a taxa aplicada correspondeu a 6,25%. Esta taxa é cobrada no dia 1 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro.

j) Impostos sobre os lucros e outros impostos

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e respetiva Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2022 e 2021 correspondeu a 22,5%.

A Sociedade está ainda sujeita a Derrama Estadual, a qual incide sobre os lucros tributáveis superiores a 1 500 000 euros, com base na aplicação de 3 taxas distintas: (i) 3% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 1 500 000 euros e inferior a 7 500 000 euros; (ii) 5% à parte do lucro tributável compreendida entre 7 500 000 euros e 35 000 000 euros; e (iii) 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35 000 000 euros.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros exercícios.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em exercícios futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou dos prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, na medida em que as transações que os originaram sejam refletidas igualmente nos resultados do exercício.

k) Imposto do Selo

Não obstante a limitação introduzida à isenção entre instituições financeiras, com o aditamento do nº 7 ao artigo 7º do Código do Imposto do Selo, pela Lei nº 7-A/2016 de 30 de março, as comissões de gestão e performance cobradas aos Fundos mobiliários e imobiliários pela Sociedade Gestora continuam a beneficiar de isenção de Imposto do Selo, por força dos Decretos-Lei nº 20/86 e 1/87.

A Lei do Orçamento do Estado para 2019 revogou os artigos 1.º e 8.º do Decreto-Lei nº 1/87, de 3 de janeiro, bem como o artigo 4.º do Decreto-Lei 20/96, de 13 de fevereiro, os quais previam, respetivamente, a isenção de Imposto Municipal sobre as Transações para imóveis adquiridos por Fundos de Investimento Imobiliário e a isenção de Imposto do Selo nas operações relacionadas com Fundos de Investimento Imobiliário e Fundos de Investimento Mobiliário.

Deste modo, a partir de 1 de janeiro de 2019, passaram a estar sujeitas (e não isentas) a Imposto do Selo, à taxa de 4%, entre outras, as comissões de gestão cobradas pela Sociedade aos Fundos geridos, comissões de colocação, comissões de subscrição, resgate ou transferência e comissões de depósito.

No que se refere às comissões cobradas a outras entidades gestoras, a Sociedade passou a liquidar Imposto do Selo a partir de 31 de março de 2016, inclusive, na sequência da referida alteração, mantendo este critério no exercício de 2022.

l) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como "Caixa e seus equivalentes", o total dos saldos das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais", "Disponibilidades em outras instituições de crédito" e "Aplicações em instituições de crédito" com prazo de vencimento até 3 meses, deduzidos dos montantes relativos a juros a receber que se encontrem registados nestas rubricas.

m) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("eventos ajustáveis") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("eventos não ajustáveis") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

n) Ativos sob gestão

As políticas contabilísticas associadas aos ativos sob gestão discricionária são como seguem:

- i) As compras de títulos são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição.
- ii) Os valores mobiliários sob gestão são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:
  - a) Os títulos são valorizados diariamente a preços de mercado, de acordo com as regras referidas nas alíneas seguintes. O momento de referência da valorização ocorre pelas 17 horas de Lisboa para a generalidade dos instrumentos financeiros (valores mobiliários, mercado monetário, exchange-traded fund (ETF's) e derivados) e pelas 22 horas de Lisboa para unidades de participação, ações, ETFs, instrumentos financeiros derivados sob ações e/ou índices de ações admitidos à negociação no continente americano.

No que respeita à valorização de títulos de dívida, se em casos excecionais não for possível obter preços pelas 17 horas de Lisboa, será considerado o preço divulgado posteriormente o mais próximo possível daquele momento de referência;

- b) Os valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados são valorizados diariamente, com base na última cotação disponível no momento de referência. Caso não exista cotação nesse dia ou cujas cotações não sejam consideradas pela Sociedade como representativas do seu presumível valor de realização, utiliza-se a última cotação de fecho disponível, desde que se tenha verificado nos 15 dias anteriores;
- c) As ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados, são valorizadas com base em valores de oferta de compra, difundidos por um "market maker" da sua escolha, disponibilizados para o momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização das carteiras;
- d) Os valores representativos de dívida não admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, ou cujas cotações não sejam consideradas como representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados diariamente com base na cotação que no entender da Sociedade melhor reflita o seu presumível valor de realização. Essa cotação é obtida em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de "market makers" da escolha da Sociedade, ou através de modelos teóricos de avaliação de obrigações;
- e) As unidades de participação em fundos de investimento são registadas ao custo de aquisição e valorizadas com base no último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço de mercado onde se encontrarem admitidas à negociação;
- f) Os direitos são valorizados com base na última cotação disponível no momento de referência;
- g) As posições abertas em contratos de opções, transacionados em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional. Estas posições são valorizadas diariamente com base na última cotação disponível no momento de referência e registadas na carteira de títulos; e
- h) Os outros valores representativos de dívida, incluindo depósitos a prazo e papel comercial, na falta de preços de mercado, são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

## 2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, foi necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade correspondem à seleção dos pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego dos colaboradores e na determinação dos impostos sobre lucros.

As responsabilidades com benefícios pós-emprego dos colaboradores são estimadas utilizando pressupostos atuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efetuadas.

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

Adicionalmente, o reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura.

### 3. PARTES RELACIONADAS

De acordo com o IAS 24, são consideradas entidades relacionadas com a BPI Gestão de Ativos:

- Os membros do pessoal da gerência da BPI Gestão de Ativos, considerando-se para este efeito os Membros do Conselho de Administração (executivos e não executivos) e de Fiscalização e pessoas (singulares e coletivas com elas relacionadas);
- As entidades do Grupo CaixaBank;
- Os fundos de investimento mobiliários e imobiliários geridos pela Sociedade; e
- O fundo de pensões Aberto BPI Valorização que suporta as responsabilidades com pensões da Sociedade.

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	31 Dez. 22								
	Banco BPI	BPI Vida e Pensões	CaixaBank Asset Management SA	CaixaBank Tech, SA	CaixaBank, SA	CaixaBank Operational Services	OIC's Fundos Mobiliários	OIC's Fundos Imobiliários	Total
<b>Ativo</b>									
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	22 677 130	-	-	-	-	-	-	-	22 677 130
Comissões a receber (Nota 9)	95 057	658 103	2 705 380	-	-	-	998 455	527 691	4 984 685
Rendas e Alugueres (Nota 10)	19 573	-	-	-	-	-	-	-	19 573
Outros Ativos (Nota 10)	-	-	-	-	-	-	35 716	16 358	52 074
<b>Total do Ativo</b>	<b>22 791 760</b>	<b>658 103</b>	<b>2 705 380</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 034 171</b>	<b>544 049</b>	<b>27 733 462</b>
<b>Passivo e Capitais Próprios</b>									
Credores e outros recursos - Fomecedores (Nota 12)	( 245 017)	-	-	-	-	-	-	-	( 245 017)
Comissões a pagar (Nota 12)	( 106 814)	-	( 20 589)	-	-	-	-	-	( 127 403)
Prestação de serviços (Nota 12)	(1 046 276)	-	(2 767 977)	-	-	( 42 522)	-	-	(3 856 775)
Outros Passivos (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	( 7)	( 101 614)	( 101 621)
<b>Total do Passivo e Capitais Próprios</b>	<b>(1 398 107)</b>	<b>-</b>	<b>(2 788 565)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 42 522)</b>	<b>( 7)</b>	<b>( 101 614)</b>	<b>(4 330 816)</b>
<b>Demonstração dos Resultados</b>									
Encargos com comissões (Nota 18)	( 570 733)	-	( 134 779)	-	-	-	-	-	( 705 512)
Gastos gerais administrativos - (Nota 23)	(1 427 392)	-	(2 899 078)	( 139 936)	( 128 273)	( 57 033)	-	-	(4 651 712)
Rendimentos de comissões (Nota 17)	162 671	2 121 983	5 040 370	-	-	-	9 846 488	6 074 322	23 245 833
Outros proveitos de exploração (Nota 20)	-	201 269	-	-	-	-	-	-	201 269
<b>Total da Demonstração dos Resultados</b>	<b>(1 835 454)</b>	<b>2 323 253</b>	<b>2 006 512</b>	<b>( 139 936)</b>	<b>( 128 273)</b>	<b>( 57 033)</b>	<b>9 846 488</b>	<b>6 074 322</b>	<b>18 089 878</b>

	31 Dez. 21								Total
	Banco BPI	BPI Vida e Pensões	CaixaBank Asset Management SA	CaixaBank Tech, SA	CaixaBank, SA	CaixaBank Operational Services	OIC's Fundos Mobiliários	OIC's Fundos Imobiliários	
<b>Ativo</b>									
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	23 628 821	-	-	-	-	-	-	-	23 628 821
Comissões a receber (Nota 9)	61 127	698 561	5 955 354	-	-	-	1 037 211	532 112	8 284 365
Rendas e Alugueres (Nota 10)	22 820	-	-	-	-	-	-	-	22 820
Outros Ativos (Nota 10)	-	-	-	-	-	-	39 693	16 319	56 012
<b>Total do Ativo</b>	<b>23 712 767</b>	<b>698 561</b>	<b>5 955 354</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 076 904</b>	<b>548 431</b>	<b>31 992 018</b>
<b>Passivo e Capitais Próprios</b>									
Credores e outros recursos - Fomecedores (Nota 12)	( 211 723)	-	-	-	-	-	-	-	( 211 723)
Comissões a pagar (Nota 12)	( 178 146)	-	( 12 474)	-	-	-	-	-	( 190 621)
Prestação de serviços (Nota 12)	( 241 565)	-	(2 120 571)	-	-	-	-	-	(2 362 137)
Outros Passivos (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	( 113 666)	( 113 666)
<b>Total do Passivo e Capitais Próprios</b>	<b>( 631 434)</b>	<b>-</b>	<b>(2 133 045)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 113 666)</b>	<b>(2 878 147)</b>
<b>Demonstração dos Resultados</b>									
Encargos com comissões (Nota 18)	( 426 086)	-	( 149 306)	-	-	-	-	-	( 575 392)
Gastos gerais administrativos - (Nota 23)	(1 364 504)	-	(2 145 061)	( 135 735)	( 127 906)	-	-	-	(3 773 206)
Rendimentos de comissões (Nota 17)	128 566	2 055 826	7 958 557	-	-	-	10 148 618	5 486 281	25 777 848
Outros proveitos de exploração (Nota 20)	-	187 243	-	-	-	-	-	-	187 243
<b>Total da Demonstração dos Resultados</b>	<b>(1 662 024)</b>	<b>2 243 069</b>	<b>5 664 190</b>	<b>( 135 735)</b>	<b>( 127 906)</b>	<b>-</b>	<b>10 148 618</b>	<b>5 486 281</b>	<b>21 616 493</b>

Para além das entidades identificadas no quadro acima, a Sociedade mantém o registo de todas partes relacionadas com as quais não se verificaram operações nos exercícios de 2022 e 2021.

Os saldos referentes aos valores disponibilizados aos Órgãos de Gestão podem ser consultados na **Nota 22**.

#### 4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 Dez. 22	31 Dez. 21
Disponibilidades em outras instituições de crédito:		
. Depósitos à ordem:		
- Banco BPI	22 677 130	23 628 821
- Banco CECABANK	12 376	-
	<b>22 689 506</b>	<b>23 628 821</b>

No período de 2022 apenas o CECABANK remunerou o depósito à ordem.

## 5. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

31 Dez. 22							
Natureza e espécie dos títulos	Moeda	Quantidade	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor de cotação	Valor de balanço	Mais valia
OTR Dezembro 2022	EUR	-	-	-	-	-	-
OTRV Julho 2025	EUR	25 000	21 026	94	102	25 692	-
		<b>25 000</b>	<b>21 026</b>	<b>94</b>		<b>25 692</b>	<b>-</b>

31 Dez. 21							
Natureza e espécie dos títulos	Moeda	Quantidade	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor de cotação	Valor de balanço	Mais valia
OTR Dezembro 2022	EUR	50 000	50 407	40	101	50 655	208
OTRV Julho 2025	EUR	20 000	21 026	89	105	21 033	-
		<b>70 000</b>	<b>71 433</b>	<b>129</b>		<b>71 688</b>	<b>208</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estes títulos encontravam-se penhorados a favor do Sistema de Indemnização aos Investidores, de acordo com o Regulamento da CMVM n.º 2/2000.

No dia 5 de dezembro ocorreu a amortização das obrigações OTRV dezembro 2022 no montante de 50.000 euros.

O movimento ocorrido nesta carteira de títulos, durante o exercício de 2022 foi o seguinte:

Natureza e espécie dos títulos	31 Dez. 21	Compras	Vendas Amortização	Valias efetivas reconhecidas em outro rendimento integral	Valias efetivas reconhecidas em outro rendimento integral e variação cambial	31 Dez. 22
OTR Dezembro 2022	50 655	-	( 50 000)	( 655)	-	-
OTR Dezembro 2025	21 033	5 000	-	( 341)	-	25 692
	<b>71 688</b>	<b>5 000</b>	<b>( 50 000)</b>	<b>( 996)</b>	<b>-</b>	<b>25 692</b>

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros registados ao justo valor correspondem exclusivamente a Obrigações do Tesouro do Estado Português classificadas no Nível 1 (técnicas de valorização baseadas em dados de mercado):

<b>Dos quais:</b>				
	<b>Titulos de Dívida</b>	<b>Stage 1:</b>	<b>Stage 2:</b>	<b>Stage 3:</b>
<b>Saldo em 31 Dez. 21</b>	<b>71 688</b>	<b>71 688</b>	-	-
Aumentos /Reduções e Exposição	( 45 996)	( 45 996)		
Transferências:				
De stage 2	-	-	-	-
De stage 3	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 Dez. 22</b>	<b>25 692</b>	<b>25 692</b>	-	-

## 6. ATIVOS FINANCEIROS PELO CUSTO AMORTIZADO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

<b>31 Dez. 22</b>							
<b>Natureza e espécie dos títulos</b>	<b>Moeda</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Mercado</b>	<b>Juros a receber</b>	<b>Valor de cotação</b>	<b>Valor de balanço</b>	<b>Mais valia</b>
OTRV Julho 2025	EUR	2 350 000	2 406 278	17 152	102	2 423 430	-
		<b>2 350 000</b>	<b>2 406 278</b>	<b>17 152</b>		<b>2 423 430</b>	-

<b>31 Dez. 21</b>							
<b>Natureza e espécie dos títulos</b>	<b>Moeda</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Mercado</b>	<b>Juros a receber</b>	<b>Valor de cotação</b>	<b>Valor de balanço</b>	<b>Mais valia</b>
OTRV Julho 2025	EUR	2 350 000	2 428 580	10 510	105	2 439 090	-
		<b>2 350 000</b>	<b>2 428 580</b>	<b>10 510</b>		<b>2 439 090</b>	-

De acordo com a alínea d) do Artigo 71º-C do RGOIC, é vedado à Sociedade, adquirir por conta própria, outros instrumentos financeiros de qualquer natureza, com exceção dos títulos de dívida pública emitidos por países da zona euro e por instrumentos do mercado monetário previstos no artigo 169.º.

O movimento ocorrido nesta carteira de títulos, durante o exercício de 2022 foi o seguinte:

Natureza e espécie dos títulos	31 Dez. 21	Compras	Vendas	Valias efetivas reconhecidas em outro rendimento integral	Valias efetivas reconhecidas em outro rendimento integral e variação cambial	31 Dez. 22
OTRV Julho 2025	2 439 090	-	-	( 15 660)	-	2 423 430
	<b>2 439 090</b>	-	-	<b>( 15 660)</b>	-	<b>2 423 430</b>

Em 31 de dezembro de 2022 os instrumentos financeiros registados ao custo amortizado correspondem exclusivamente a Obrigações do Tesouro do Estado Português classificadas no Nível 1 (técnicas de valorização baseadas em dados de mercado):

**Dos quais:**

	Titulos de Dívida	Stage 1:	Stage 2:	Stage 3:
<b>Saldo em 31 Dez. 21</b>	<b>2 439 090</b>	<b>2 439 090</b>	-	-
Aumentos /Reduções e Exposição	( 15 660)	( 15 660)		
Transferências:				
De stage 2	-	-	-	-
De stage 3	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 Dez. 22</b>	<b>2 423 430</b>	<b>2 423 430</b>	-	-

## 7. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 2022 e 2021, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos tangíveis e intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Saldo em 31 Dez. 21			Aquisições	Abates, Regularizações e Alienações			Saldo em 31 Dez. 22		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
<b>Activos tangíveis:</b>										
Obras em imóveis arrendados	4 680	4 680	-	-	-	-	-	4 680	4 680	-
Obras em Curso imóveis arrendado	-	-	-	159 859	-	-	-	159 859	-	159 859
Equipamento:										
Mobiliário e material	97 255	91 810	5 445	52 076	-	-	7 599	149 331	99 409	49 922
Máquinas e ferramentas	111 582	95 922	15 660	28 479	-	-	18 935	140 061	114 857	25 204
Equipamento informático	459 885	422 364	37 521	47 425	-	-	40 016	507 310	462 380	44 930
Instalações interiores	9 554	9 554	-	-	-	-	-	9 554	9 554	-
Equipamento de segurança	686	686	-	-	-	-	-	686	686	-
Outro equipamento	1 149	1 149	-	-	-	-	-	1 149	1 149	-
IFRS 16 - Viaturas	83 421	71 335	12 085	-	17 454	12 494	5 464	65 967	64 305	1 662
IFRS 16 - Imóveis	350 743	15 473	335 270	-	-	-	35 922	350 743	51 395	299 348
	<b>1 118 955</b>	<b>712 973</b>	<b>405 980</b>	<b>287 839</b>	<b>17 454</b>	<b>12 494</b>	<b>107 936</b>	<b>1 389 340</b>	<b>808 415</b>	<b>580 925</b>

<b>Activos intangíveis:</b>										
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	417 224	417 224	-	-	273 797	273 797	-	143 427	143 427	-
Outros activos intangíveis	1 656	1 656	-	-	-	-	-	1 656	1 656	-
	<b>418 880</b>	<b>418 880</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>273 797</b>	<b>273 797</b>	<b>-</b>	<b>145 083</b>	<b>145 083</b>	<b>-</b>

	Saldo em 31 Dez. 20			Aquisições	Abates, Regularizações e Alienações			Saldo em 31 Dez. 21		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
<b>Activos tangíveis:</b>										
Obras em imóveis arrendados	503 161	503 161	-	-	498 481	498 481	-	4 680	4 680	-
Equipamento:										
Mobiliário e material	220 675	214 141	6 534	-	123 420	123 420	1 089	97 255	91 810	5 445
Máquinas e ferramentas	119 711	90 812	28 899	-	8 129	8 129	13 239	111 582	95 922	15 660
Equipamento informático	741 330	675 765	65 565	53 065	334 510	334 510	81 109	459 885	422 364	37 521
Instalações interiores	164 052	164 052	-	-	154 498	154 498	-	9 554	9 554	-
Equipamento de segurança	6 423	6 423	-	-	5 737	5 737	-	686	686	-
Outro equipamento	7 773	7 773	-	-	6 624	6 624	-	1 149	1 149	-
IFRS 16 - Viaturas	78 706	46 289	32 417	4 714	-	-	25 046	83 421	71 335	12 085
IFRS 16 - Imóveis	-	-	-	350 743	-	-	15 473	350 743	15 473	335 270
	<b>1 841 831</b>	<b>1 708 416</b>	<b>133 415</b>	<b>408 522</b>	<b>1 131 399</b>	<b>1 131 399</b>	<b>135 956</b>	<b>1 118 955</b>	<b>712 973</b>	<b>405 980</b>

<b>Activos intangíveis:</b>										
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	417 224	417 224	-	-	273 797	273 797	-	143 427	143 427	-
Outros activos intangíveis	1 656	1 656	-	-	-	-	-	1 656	1 656	-
	<b>418 880</b>	<b>418 880</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>273 797</b>	<b>273 797</b>	<b>-</b>	<b>145 083</b>	<b>145 083</b>	<b>-</b>

Em 31 de dezembro de 2022 encontra-se registados na rubrica “Obras em Curso imóveis arrendados” o montante de 159 859 euros relativo às obras do novo escritório no Edifício Monumental. O contrato de Arrendamento deverá ter início no mês de abril de 2023.

No decorrer do exercício de 2022 procedeu-se à aquisição de material informático no montante de 53 065 euros no âmbito do Projeto “Guadiana”(Nota 23).

A 31 de dezembro de 2022 os Ativos Intangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

8. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 2022 e 2021, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos por impostos diferidos, foi o seguinte:

<b>2022</b>				
	<b>31 Dez.21</b>	<b>Resultados</b>	<b>Reservas</b>	<b>31 Dez.22</b>
<b>Ativos por impostos diferidos:</b>				
Fundo de pensões	232 822	-	-	232 822
Prémio final de carreira	16 265	2 039	( 3 407)	14 897
Cessações Voluntárias	83 142	( 17 828)	-	65 314
Benefícios pós-emprego	13 395	141	-	13 537
Remuneração variável	148 510	17 641	-	166 151
IFRS 16	187	595	-	782
	<b>494 322</b>	<b>2 588</b>	<b>( 3 407)</b>	<b>493 504</b>
<b>2021</b>				
	<b>31 Dez.20</b>	<b>Resultados</b>	<b>Reservas</b>	<b>31 Dez.21</b>
<b>Ativos por impostos diferidos:</b>				
Fundo de pensões	232 822	-	-	232 822
Prémio final de carreira	16 513	2 013	( 2 262)	16 265
Cessações Voluntárias	71 232	11 910	-	83 142
Benefícios pós-emprego	13 084	( 7 384)	7 695	13 395
Remuneração variável	120 592	27 918	-	148 510
IFRS 16	26	161	-	187
	<b>454 270</b>	<b>34 618</b>	<b>5 433</b>	<b>494 322</b>

9. ATIVOS DE CONTRATOS COM CLIENTES

Em 2022 e 2021, o saldo de ativos de contratos com cliente apresentava a seguinte composição:

	<b>31 Dez. 22</b>	<b>31 Dez. 21</b>
<b>Comissões de gestão a receber dos Fundos:</b>		
. Mobiliários domiciliados no Luxemburgo	951 641	950 708
. Mobiliários domiciliados em Portugal	998 455	1 037 211
. Imobiliários	527 691	532 112
<b>Comissões de gestão a receber:</b>		
. De clientes	169 463	267 474
. Banco BPI	95 057	61 127
. Fundo de pensões Banco BPI	429 496	410 737
. BPI Vida e Pensões	658 103	698 561
<b>Comissões de performance a receber dos Fundos (Nota 17):</b>		
. Mobiliários domiciliados no Luxemburgo	1 753 738	5 004 646
	<b>5 583 644</b>	<b>8 962 576</b>

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 as comissões de gestão a receber pelos Fundos Mobiliários domiciliados no Luxemburgo ascenderam a 951 641 e 950 708 euros, respetivamente, dos quais 601 825 e 550 133 euros, respetivamente, respeitam a comissões de gestão do Fundo BPI Alternative Fund Lux.

As comissões de gestão a receber pelos Fundos Mobiliários domiciliados em Portugal, referem-se ao mês de dezembro e apresentam um decréscimo face a dezembro de 2021 em resultado da diminuição generalizada dos ativos geridos pela Sociedade domiciliados em Portugal durante o exercício **.(ver Nota 15 e 17).**

Relativamente às comissões a receber de clientes, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, as mesmas ascenderam a 169 463 e 267 474 euros respetivamente, dos quais respeitam em 2022 e 2021 a valores a receber da Petrogal nos montantes de 85 149 e 111 242 euros, respetivamente, referente à comissão base e de performance relativo ao ano de 2022 e 2021.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 as Comissões de Performance dos Fundos BPI Alternative Fund Lux e BPI European Financial Long/Short ascenderam a 1 753 738 e 5 004 646 euros, respetivamente, este decréscimo, deveu-se à diminuição da taxa de retorno do Fundo BPI Alternative Fund Lux.

## 10. OUTROS ATIVOS

Em 2022 e 2021, o saldo de outros ativos apresentam a seguinte composição:

	31 Dez. 22	31 Dez. 21
Serviços especializados:		
· Formação	10 014	10 014
· Outros	388 584	366 753
Rendas e alugueres	22 862	22 820
Outros	96 365	103 645
	<b>517 825</b>	<b>503 232</b>
Responsabilidades com pensões e outros benefícios:		
· Excesso de cobertura do fundo de pensões (Nota 23)	1 105 831	-
	<b>1 105 831</b>	<b>-</b>
	<b>1 623 656</b>	<b>503 232</b>

A rubrica “Serviços Especializados” corresponde essencialmente aos valores a diferir para o ano seguinte, nomeadamente, encargos com a Standard & Poors, Moodys, MCSI e ISS Governance. Esta rubrica inclui ainda o montante de 10 014 euros relativos aos encargos a suportar com o protocolo celebrado com a Universidade Nova de Lisboa.

Em maio de 2021 foi celebrado um contrato de arrendamento com o Fundo BPI Imofomento, referente ao novo escritório do Porto (Edifício Península), com o prazo de duração do arrendamento por um período de 10 anos, com início em 1 de maio e termo em 30 de abril 2031. O saldo na rubrica de “Rendas e alugueres” no montante de 22.862 euros, respeita ao diferimento das rendas de janeiro de 2023 pagas ao Banco BPI e ao Fundo BPI Imofomento.

De referir ainda que em 31 de dezembro de 2022, a sociedade gestora, apresenta um excesso de cobertura do Fundo de Pensões, face às responsabilidades determinadas com referencia à aquela data, no montante de 1 105 831 euros (**Nota 24**).

## 11. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Ativos/Passivos por impostos correntes tem a seguinte composição:

	31 Dez. 22	31 Dez. 21
<b>Impostos sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)</b>		
Imposto corrente imputado ao exercício	2 645 641	3 741 761
Pagamentos por Conta	(3 287 396)	(1 295 389)
	<b>( 641 755)</b>	<b>2 446 372</b>

Os impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	<b>31 Dez. 22</b>	<b>31 Dez. 21</b>
<b>Impostos correntes</b>		
Do exercício	2 645 641	3 741 761
(Excesso)/ Insuficiência de estimativa de imposto de exercícios anteriores	( 330 734)	( 418 042)
	<b>2 314 907</b>	<b>3 323 719</b>
<b>Impostos diferidos</b>		
Registo e reversão de diferenças temporárias (Nota 8)	( 2 588)	( 34 618)
Imposto diferido - Pensões	( 274 411)	-
<b>Total de imposto em resultados</b>	<b>2 312 319</b>	<b>3 289 101</b>
<b>Lucro antes de imposto</b>	<b>10 169 163</b>	<b>14 187 735</b>
<b>Taxa Efetiva de Imposto</b>	<b>22,74%</b>	<b>23,18%</b>

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, exceto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o referido período corresponde ao prazo de reporte dos respetivos prejuízos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, liquidações adicionais de imposto relativamente ao exercício reportado e/ou a exercícios anteriores.

Nos exercícios de 2020, 2021 e 2022, a Sociedade incorreu em despesas de Investigação e Desenvolvimento ("I&D") suscetíveis de serem elegíveis para efeitos da obtenção de benefícios fiscais ao abrigo do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial II ("SIFIDE II"), regulado pelo previsto no Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro.

Deste modo, no que diz respeito às despesas incorridas no exercício de 2020, a Sociedade apresentou, de igual modo, uma candidatura à Agência Nacional de Inovação, de forma a obter a declaração comprovativa de que as atividades realizadas corresponderam efetivamente a ações de I&D. Tal candidatura correspondeu a um crédito fiscal de 319.852,02 euros, referente a um montante de investimento elegível em I&D de 533.988,66 euros, constituído por Despesas com Pessoal afeto à I&D (342.240,34 euros), Despesas de Funcionamento (177.998,32 euros) e contratação de atividades de I&D junto de entidades reconhecidas superiormente (13.750,00 euros). Neste sentido, a Agência Nacional de Inovação emitiu a sua decisão final, tendo certificado a atribuição da totalidade do crédito fiscal solicitado no montante de 319 852 euros. Na sequência desta decisão, a Sociedade procedeu, no exercício de 2022, à substituição da Declaração de IRC (Modelo 22) relativa ao exercício de 2020, de modo a incorporar o crédito aprovado de SIFIDE (319 852 euros), tendo deste modo, registado neste exercício um proveito nas suas contas, decorrente do excesso de estimativa.

Por outro lado, no que diz respeito às despesas incorridas no exercício de 2021, a Sociedade apresentou, de igual modo, uma candidatura à Agência Nacional de Inovação (ANI), de forma a obter a declaração comprovativa de que as atividades realizadas corresponderam efetivamente a ações de I&D. Tal candidatura corresponde a um crédito fiscal de 455.047,16 euros, referente a um montante de investimento elegível em I&D de 859 676,30 euros, constituído por Despesas com Pessoal afeto à I&D (603.758,08 euros), Despesas de Funcionamento (240.918,26 euros) e contratação de atividades de I&D junto de entidades reconhecidas superiormente (15.000,00 euros). Este crédito fiscal será considerado na submissão da Declaração de IRC (Modelo 22 de substituição) relativa ao exercício de 2021, assim que o crédito fiscal seja aprovado pela ANI, que é expectável que ocorra no decorrer do exercício de 2023.

Por fim, no que respeita às despesas incorridas no exercício de 2022, a Sociedade encontra-se, de igual modo, a preparar uma candidatura ao sistema de incentivos supra referido, contudo, ainda não foi apurado o valor da despesa de I&D suportada, nem a estimativa do benefício fiscal correspondente. Não obstante, a Sociedade prevê finalizar o processo de candidatura até à data da submissão da Declaração de IRC (Modelo 22) relativa ao exercício de 2022, pelo que o valor do benefício fiscal, só nessa fase será determinada.

A taxa utilizada nos exercícios de 2022 e de 2021 no cálculo dos impostos diferidos foi de 24,8%.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2022.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imposto sobre o rendimento do período apresentava a seguinte composição:

	<b>31 Dez. 22</b>	<b>31 Dez. 21</b>
Resultado líquido do exercício	8 131 255	10 898 634
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado	-	10 934
	<b>8 131 255</b>	<b>10 887 700</b>
Diferenças permanentes:		
Gastos de benefícios de cessação de emprego (líquido)	8 222	7 932
IRC e outros impostos	2 314 907	3 323 719
Impostos diferidos (líquidos) (Nota 8)	( 276 999)	( 34 618)
Outras rubricas líquidas	69 187	63 698
	<b>2 115 317</b>	<b>3 360 731</b>
Lucro (prejuízo) fiscal	10 246 572	14 248 431
Prejuízos fiscais anos anteriores	-	-
Matéria coletável	10 246 572	14 248 431
Colecta:		
Taxa nominal de imposto (21%)	2 151 780	2 992 171
Derrama - 1,5% do lucro tributável	153 699	213 726
Derrama estadual - 3% do lucro tributável entre 1.500.000 e 7.500.000	317 329	517 422
Tributações autónomas	22 834	18 442
Imposto corrente	<b>2 645 641</b>	<b>3 741 761</b>
Gastos com imposto sobre rendimento:		
Imposto corrente	2 645 641	3 741 761
(Excesso)/Insuficiência de estimativa	( 330 734)	( 418 042)
Imposto diferido relacionado com diferenças temporárias	( 276 999)	( 34 618)
	<b>2 037 908</b>	<b>3 289 101</b>

## 12. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 Dez. 22	31 Dez. 21
Grupo Caixabank		
· Prestação Serviços Banco BPI	1 046 276	241 565
· Prestação Serviços CaixaBank Asset Management	2 767 977	2 120 571
· Outros	59 672	12 474
Comissão de colocação:		
· Banco BPI (Nota 3)	101 614	113 666
· Comercializadores externos	5 692	11 943
Comissão de incentivo Banco BPI (Nota 3)	5 200	64 480
Acréscimo para férias e subsídio de férias	469 948	438 008
Prémios a pagar ao pessoal (Nota 22)	850 000	965 000
Prémios a pagar exercícios anteriores	450 941	355 763
Insuficiência de cobertura do fundo de pensões	-	-
Prémio final de carreira/Prémios de antiguidade (Nota 22)	60 070	65 584
Fornecedores	711 708	410 726
Sector Público Administrativo:		
· Imposto de Selo	80 128	81 750
· Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a pagar	289 338	153 729
· Contribuições para a Segurança Social	62 068	62 594
· Retenção de impostos sobre rendimentos de trabalho	64 732	64 225
· Retenção de impostos sobre rendimentos de prediais	4 893	4 893
Contribuição para o SAMS	271 914	344 087
IFRS 16 - Viaturas	1 669	12 134
IFRS 16 - Imóveis	302 473	335 976
Penalizações CSDR	39 641	-
Outros	461 770	282 866
	<b>8 107 724</b>	<b>6 142 034</b>
Responsabilidades com pensões e outros benefícios:		
· Insuficiência de cobertura do fundo de pensões (Nota 24)	-	106 990
	<b>-</b>	<b>106 990</b>
	<b>8 107 724</b>	<b>6 249 024</b>

Na sequência da alteração do Banco Depositário para o Cecabank, S.A. – Sucursal em Portugal a 6 de julho de 2020 referida na nota introdutória, numa ótica de ganho sinérgico ao nível da integração dos sistemas de informação utilizados pelas partes, a Sociedade contratou, a partir dessa data, um conjunto de serviços de apoio operacional com a Caixabank AM Espanha. Desta forma, esta entidade passou a desempenhar um conjunto de tarefas que anteriormente estavam a cargo do Banco BPI, ao abrigo do Contrato de Prestação de Serviços em vigor com o Banco.

O valor acordado com a Caixabank AM Espanha para o desempenho das tarefas durante o exercício de 2022 é de 2 268 281 euros, liquidados anualmente, com exceção do serviço de prestado de Down Jones Factiva que é faturado trimestral. O valor apresentado no final de 2022 corresponde à especialização valor do contrato de prestação de serviços e ao valor do Projeto “Guadiana” faturado pelo Caixabank AM Espanha no montante de 499 022 euros (S/ IVA).

O saldo a 31 de dezembro de 2022 da rubrica “Prestação Serviços Banco BPI” respeita ao valor integral do contrato de prestação de serviços de 2022 que ainda se encontra por faturar pelo Banco BPI. Em 2021 o saldo desta rubrica respeita ao acréscimo da fatura do 4º trimestre de 2021.

A partir de 1 de janeiro de 2020, com a alteração do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC), o regime prudencial das sociedades gestoras, permitiu que a comissão de gestão dos fundos fosse parcialmente destinada a remunerar o serviço de comercialização e reformulou os deveres

de reporte de informação. Neste sentido em 2020 a Sociedade deixou de suportar o custo com as comissões de distribuição e comercialização e respetivo imposto de selo, relativo às colocações efetuadas pelo Banco BPI, passando os mesmos a serem suportados apenas pelos respetivos fundos, como já ocorria no passado.

A rubrica “Comissão de colocação” corresponde ao valor a liquidar junto do Banco BPI, relativamente ao Fundo Imobiliário BPI Imofomento e das restantes entidades que comercializam as unidades de participação dos fundos geridos pela Sociedade e para as quais não foi adotada a possibilidade de redefinição da alocação da comissão de gestão, pelo que as entidades comercializadoras não faturam diretamente aos fundos.

Em julho de 2021, verificou-se a alteração do contrato de comercialização de unidades de participação (UPs) com o Banco BPI, no qual o Banco BPI tem o direito de receber 40% do valor da comissão de gestão da BPI Gestão de Ativos, relativamente ao organismo de investimento imobiliário – BPI Imofomento, mediante a comercialização de um determinado nº de UP’s, o qual ascendeu a 31 de dezembro de 2022, ao montante de 101 614 euros.

Pelos serviços prestados pelo Banco BPI à BPI Gestão de Ativos, o Banco BPI tem o direito de receber ainda uma comissão adicional quando forem atingidos os objetivos acordados pelas partes, sendo montante de 5 200 euros referente à Comissão de Incentivo do 4º trimestre de 2022.

Em 2022 a sociedade procedeu à revisão da estimativa dos prémios a pagar ao pessoal, passando dos 965 000 euros registados em 2021, para o montante de 850 000 euros.

Conforme mencionado na **Nota 10**, em maio de 2021 foi celebrado um contrato de arrendamento com o Fundo BPI Imofomento, referente ao novo escritório do Porto (Edifício Península), com o prazo de duração do arrendamento por um período de 10 anos, com início em 1 de maio e termo em 30 de abril 2031, o qual foi considerado no âmbito da IFRS16.

A rubrica “Outros” a 31 de dezembro corresponde essencialmente a valores a liquidar referentes a custos com a Bloomberg, Reuters, Comunicações fixas e móveis, assim como, respeita ao acréscimo de valores de faturas de fornecedores ainda não recebidas (Deloitte - SIFIDE, NTT Data), referente ao exercício de 2022. Verificou-se que relativamente ao exercício de 2021, os custos acrescidos com estas despesas foram mais reduzidos, nomeadamente, com a Bloomberg e Comunicações.

No final do exercício de 2020, foi registado uma insuficiência de cobertura do fundo de pensões, no montante de 960 382 euros, tendo a contribuição para o nível de financiamento mínimo de 752 879 euros que apenas ocorreu em janeiro de 2021 (**Nota 24**).

Em fevereiro 2022, entra em vigor o regime da disciplina da liquidação prevista no Regulamento (EU) nº909/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014 (CSDR), cujo objetivo é promover a eficiência operacional das Centrais de Valores Mobiliários e contribuir para a liquidação atempada e eficiente das transações na União Europeia. De acordo com o disposto na CSDR e demais regulamentação, para facilitar a correta liquidação das operações, as Centrais de Valores Mobiliários (CSD) podem impor sanções e indemnizações aos participantes. Nesta medida no âmbito das transações que a Sociedade Gestora efetue, o CECABANK procede automaticamente à regularização dos montantes apurados mensalmente para os FIM’s e debita diretamente a conta da Sociedade com os montantes das penalizações que posteriormente são registadas em falhas de execução.

### 13. CAPITAL

Conforme o comunicado público divulgado junto da CMVM em 23 de novembro de 2017, foi aprovado e assinado pelo Conselho de Administração do Banco BPI o contrato relativo à alienação das ações representativas da totalidade do capital social da Sociedade à Caixabank Asset Management S.G.I.I.C., S.A.U. (Caixabank AM Espanha), uma entidade do Grupo CaixaBank.

A concretização desta operação ocorreu a 13 de abril de 2018.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Sociedade encontrava-se totalmente subscrito e realizado sendo integralmente detido pelo Caixabank Asset Management S.G.I.I.C., S.A.U. (Caixabank AM Espanha), uma entidade do Grupo CaixaBank. O capital da Sociedade está representado por quinhentas mil ações com um valor nominal de cinco euros cada.

#### 14. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<b>31 Dez. 22</b>	<b>31 Dez. 21</b>
Reserva legal	4 907 993	4 907 993
Reserva de fusão	1 648 143	1 648 143
Outras reservas		
Desvios atuariais benefícios pós emprego	( 565 578)	(1 672 073)
Impostos diferidos desvios atuariais benefícios pós emprego	140 263	414 674
Desvios atuariais Prémio Final de Carreira	( 28 566)	( 42 302)
Impostos diferidos desvios atuariais PFC	7 084	10 491
Desvios atuariais - SAMS Alt Tx Desconto	( 32 035)	( 101 077)
	<u>( 478 832)</u>	<u>(1 390 287)</u>
Reservas Livres	9 243 861	9 243 861
Resultados transitados	1 968	1 968
	<b><u>15 323 133</u></b>	<b><u>14 411 678</u></b>

De acordo com a legislação em vigor, sendo aplicável o previsto no Código das Sociedades Comerciais a este respeito, a Sociedade deverá destinar uma fração não inferior a 5% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual a 20% do capital social. A reserva legal não está disponível para distribuição, exceto em caso de liquidação da Sociedade, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

Em 2 de janeiro de 2008 a transferência do património da Sofinac – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. ("Sofinac") para a BPI Gestão de Ativos foi efetuada pelo seu valor líquido contabilístico, determinado com base nos capitais próprios da Sofinac, tendo, conseqüentemente, sido apurada uma reserva de fusão de 1 648 143 euros.

A proposta de distribuição de dividendos referente aos resultados de 2021 no montante de 10 898 634 euros, foi aprovada pelo acionista único em 29 de abril de 2022. No mês de maio de 2022, a Sociedade Gestora procedeu ao pagamento dos dividendos ao Caixabank Asset Management, S.G.I.I.C., S.A.U.

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2022, no montante de 8 131 255 euros, seja aplicado na íntegra para distribuição de dividendos ao acionista único Caixabank Asset Management, S.G.I.I.C., S.A.U., sujeito à aprovação em Assembleia Geral a realizar.

#### 15. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos ativos geridos pela Sociedade é o seguinte:

	31 Dez. 22	31 Dez. 21
Fundos geridos pela Sociedade:		
Fundos Mobiliários:		
BPI África - Fundo de Investimento Aberto de Ações	2 241 189	2 796 820
BPI Agressivo - Fundo de Investimento Aberto Flexível	23 134 164	17 680 675
BPI América - Fundo de Investimento Aberto de Ações	32 081 963	39 112 210
BPI Ásia Pacífico - Fundo de Investimento Aberto de Ações	4 773 525	6 261 859
BPI Brasil - Fundo de Investimento Aberto Flexível	14 389 012	15 430 159
BPI Dinâmico - Fundo de Investimento Aberto Flexível	144 296 881	153 463 291
BPI Euro Grandes Capitalizações - Fundo de Investimento Aberto de Acções	6 862 958	9 161 944
BPI Euro Taxa Fixa - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	11 896 015	16 680 102
BPI Europa - Fundo de Investimento Aberto de Acções	28 231 942	33 241 214
BPI Global - Fundo de Investimento Aberto Flexível	34 384 120	44 440 597
BPI Ibéria - Fundo de Investimento Aberto de Acções	3 232 368	3 694 227
BPI Defensivo - Fundo de Investimento Aberto	387 869 743	463 834 303
BPI Moderado - Fundo de Investimento Aberto Flexível	483 204 048	578 354 131
BPI Obrigações de Alto Rendimento Alto Risco - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	8 241 937	10 640 894
BPI Obrigações Mundiais - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações	106 504 448	127 034 544
BPI Portugal - Fundo de Investimento Aberto de Acções	36 045 945	32 778 834
BPI Ações Mundiais - Fundo de Investimento Aberto de Acções	48 955 909	57 875 517
BPI Reforma Global Equities PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Acções Poupança Reforma	3 653 098	4 228 791
BPI Reforma Investimento PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	762 311 351	990 989 018
BPI Reforma Obrigações PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	426 359 415	627 590 868
BPI Reforma Valorização PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	150 799 393	149 351 209
BPI Seleção - Fundo de Investimento Aberto de Fundos Mistos de Acções	8 565 320	10 527 285
BPI Universal - Fundo de Investimento Aberto de Fundo de Acções	8 438 963	9 608 466
BPI Impacto Clima - Ações, Fundo de Investimento Aberto de Ações	13 772 940	-
BPI Impacto Clima - Obrigações, Fundo de Investimento Aberto de Obrigações	12 104 409	-
BPI Impacto Clima - Moderado, Fundo de Investimento Aberto de Moderado	35 931 284	-
BPI Impacto Clima - Dinâmico, Fundo de Investimento Aberto de Dinâmico	12 951 078	-
BPI Impacto Clima - Agressivo, Fundo de Investimento Aberto de Agressivo	1 649 650	-
BPI Obrigações 2025 - Fundos de Investimento Aberto de Obrigações	93 610 322	-
	<b>2 906 493 388</b>	<b>3 404 776 958</b>
Fundos Imobiliários:		
Imofomento - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	600 479 328	602 893 221
Josiba Florestal - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	30 266 404	28 703 562
	<b>630 745 732</b>	<b>631 596 783</b>
	<b>3 537 239 120</b>	<b>4 036 373 742</b>
Carteiras da BPI Vida e Pensões e Fundos Pensões geridas pela BPI Vida e Pensões:		
BPI Vida e Pensões	3 003 327 731	3 494 696 259
Fundo de Pensões (BBPI e CEMAH)	384 864 307	394 919 516
	<b>3 388 192 038</b>	<b>3 889 615 775</b>
Fundos geridos pela Caixabank Asset Management Luxembourg:		
BPI Global Investment Fund - BPI África	13 609 584	16 270 202
BPI Global Investment Fund - BPI Alternative Fund: Iberian Equities Long/Short Fund	402 782 652	374 158 418
BPI Global Investment Fund - BPI Technology Revolution	44 883 012	81 874 595
BPI Global Investment Fund - BPI High Income Bond Fund	19 095 270	21 783 849
BPI Global Investment Fund - BPI Ibéria	36 420 261	39 592 630
BPI Global Investment Fund - BPI Opportunities	67 449 252	80 467 051
BPI Global Investment Fund - BPI European Financial Long/Short	26 498 631	24 968 371
	<b>610 738 662</b>	<b>639 115 116</b>
Património de clientes sob gestão discricionária (Institucionais)	138 456 870	130 709 720
Património de clientes sob gestão delegada (Private Banking)	55 693 969	69 322 395
	<b>194 150 839</b>	<b>200 032 115</b>
	<b>7 730 320 659</b>	<b>8 765 136 748</b>

No final de 2022 a BPI Gestão de Ativos tinha sob gestão 7 730 M€ de ativos financeiros, representando um decréscimo de 12% face a 2021.

Este decréscimo é explicado essencialmente pela diminuição dos ativos sob gestão em todas as categorias, mas sendo mais expressivo nas Carteiras da BPI Vida e Pensões e nos Fundos Mobiliários.

Os fundos de investimento do CaixaBank Asset Management Luxemburgo, geridos pela BPI Gestão de Ativos, contrariaram a tendência do ano anterior e decresceram cerca de 4% face ao ano de 2021.

Em 2022 a BPI Gestão de Ativos passou a ter sob gestão 36 Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários e Alternativos em Valores Mobiliários, mais 6 fundos face a 2021.

Em 2022, a componente de carteiras de seguros (sem garantia de capital) gerida pela BPI Gestão de Ativos reverteu a tendência de crescimento do ano anterior, tendo-se verificado um decréscimo.

Nos Clientes de Gestão Discricionária (Institucionais), e ao contrário do ano de 2021, verificou-se um crescimento apenas no segmento de Clientes Institucionais.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade não garantia capital nem rendimentos mínimos nas carteiras de clientes sob gestão.

#### Passivos contingentes e outros compromissos

Em 31 de dezembro de 2022 não existem compromissos assumidos, além dos divulgados nas restantes notas, ou passivos contingentes.

### 16. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de juros e rendimentos similares, apresenta a seguinte composição:

	<b>31 Dez. 22</b>	<b>31 Dez. 21</b>
Juros e Rendimentos similares		
De depositos a ordem	29	-
De emissões públicas similares	8 166	1 618
De dívida pública portuguesa	145	( 176)
	<b>8 340</b>	<b>1 442</b>
Juros e Encargos similares		
Direito Uso Imóveis (IFRS 16)	5 454	1 464
Viaturas AOV (IFRS 16)	20	115
	<b>5 474</b>	<b>1 579</b>
	<b>2 866</b>	<b>( 137)</b>

A rubrica de Juros e Rendimentos Similares ascendeu a 31 de dezembro de 2022 o montante de 8 340 euros, referente a juros recebidos das obrigações OTRV Julho 2025.

A rubrica de Juros e encargos similares a 31 de dezembro de 2022, ascenderam a 5 747 euros referente a juros no âmbito da aplicação da IFRS 16 para as viaturas em leasing e para os contratos de arrendamento de imóveis.

### 17. RENDIMENTOS DE COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

31 Dez. 22

	Gestão	Performance	Total
Fundos geridos pela Sociedade:			
Fundos Mobiliários			
BPI África - Fundo de Investimento Aberto de Ações	19 766	-	<b>19 766</b>
BPI Agressivo - Fundo de Investimento Aberto Flexível	74 181	-	<b>74 181</b>
BPI América - Fundo de Investimento Aberto de Ações	244 230	-	<b>244 230</b>
BPI Ásia Pacífico - Fundo de Investimento Aberto de Ações	37 443	-	<b>37 443</b>
BPI Brasil - Fundo de Investimento Aberto Flexível	140 332	-	<b>140 332</b>
BPI Dinâmico - Fundo de Investimento Aberto Flexível	387 544	-	<b>387 544</b>
BPI Euro Grandes Capitalizações - Fundo de Investimento Aberto de Acções	50 113	-	<b>50 113</b>
BPI Euro Taxa Fixa - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	39 125	-	<b>39 125</b>
BPI Europa - Fundo de Investimento Aberto de Acções	171 625	-	<b>171 625</b>
BPI Global - Fundo de Investimento Aberto Flexível	160 341	-	<b>160 341</b>
BPI Ibéria - Fundo de Investimento Aberto de Acções	15 065	-	<b>15 065</b>
BPI Defensivo - Fundo de Investimento Aberto	177 490	-	<b>177 490</b>
BPI Moderado - Fundo de Investimento Aberto Flexível	1 017 322	-	<b>1 017 322</b>
BPI Obrigações de Alto Rendimento Alto Risco - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	43 471	-	<b>43 471</b>
BPI Obrigações Mundiais - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações	471 816	-	<b>471 816</b>
BPI Portugal - Fundo de Investimento Aberto de Ações	131 781	-	<b>131 781</b>
BPI Ações Mundiais - Fundo de Investimento Aberto de Ações	243 600	-	<b>243 600</b>
BPI Reforma Global Equities PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Acções Poupança Reforma	25 169	-	<b>25 169</b>
BPI Reforma Investimento PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	3 683 791	-	<b>3 683 791</b>
BPI Reforma Obrigações PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	1 433 409	-	<b>1 433 409</b>
BPI Reforma Valorização PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	899 516	-	<b>899 516</b>
BPI Selecção - Fundo de Investimento Aberto de Fundos Mistos de Ações	-	-	<b>-</b>
BPI Universal - Fundo de Investimento Aberto de Fundo de Ações	26 866	-	<b>26 866</b>
BPI Impacto Clima - Ações, Fundo de Investimento Aberto de Ações	36 664	-	<b>36 664</b>
BPI Impacto Clima - Obrigações, Fundo de Investimento Aberto de Obrigações	19 324	-	<b>19 324</b>
BPI Impacto Clima - Moderado, Fundo de Investimento Aberto de Moderado	37 344	-	<b>37 344</b>
BPI Impacto Clima - Dinâmico, Fundo de Investimento Aberto de Dinâmico	17 700	-	<b>17 700</b>
BPI Impacto Clima - Agressivo, Fundo de Investimento Aberto de Agressivo	2 355	-	<b>2 355</b>
BPI Obrigações 2025 - Fundos de Investimento Aberto de Obrigações	14 734	-	<b>14 734</b>
	<b>9 622 117</b>	<b>-</b>	<b>9 622 117</b>
Fundos Imobiliários			
Imofomento - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	5 994 322	-	<b>5 994 322</b>
Josiba Florestal - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	80 000	-	<b>80 000</b>
	<b>6 074 322</b>	<b>-</b>	<b>6 074 322</b>
	<b>15 696 439</b>	<b>-</b>	<b>15 696 439</b>
Fundos geridos pela Caixabank Asset Management Luxemburg			
BPI Global Investment Fund - BPI África	47 514	-	<b>47 514</b>
BPI Global Investment Fund - BPI Alternative Fund: Iberian Equities Long/Short Fund	2 279 622	1 581 077	<b>3 860 699</b>
BPI Global Investment Fund - BPI Technology Revolution	185 908	-	<b>185 908</b>
BPI Global Investment Fund - BPI High Income Bond Fund	49 705	-	<b>49 705</b>
BPI Global Investment Fund - BPI Ibéria	183 447	-	<b>183 447</b>
BPI Global Investment Fund - BPI Opportunities	358 407	-	<b>358 407</b>
BPI Global Investment Fund - BPI European Financial Equities Long/Short Fund	42 229	172 661	<b>214 890</b>
	<b>3 146 832</b>	<b>1 753 738</b>	<b>4 900 570</b>
Fundos e carteiras geridos pela BPI Vida e Pensões:			
Investimentos imobiliários em desenvolvimento pelos fundos de pensões	411 653	-	<b>411 653</b>
Carteiras de investimento pertencentes aos fundos de pensões	33 935	339	<b>34 274</b>
Carteiras de investimento pertencentes a seguros de capitalização	1 962 861	-	<b>1 962 861</b>
	<b>2 408 449</b>	<b>339</b>	<b>2 408 788</b>
Gestão Discricionária:			
Carteiras institucionais	140 923	-	<b>140 923</b>
Gestão de carteiras delegada - Private Banking	158 960	-	<b>158 960</b>
Comissões research	451 385	-	<b>451 385</b>
Outras Comissões	80 100	-	<b>80 100</b>
	<b>831 368</b>	<b>-</b>	<b>831 368</b>
	<b>22 083 088</b>	<b>1 754 077</b>	<b>23 837 164</b>

31 Dez. 21

	Gestão	Performance	Total
Fundos geridos pela Sociedade:			
Fundos Mobiliários			
BPI África - Fundo de Investimento Aberto de Ações	20 953	-	20 953
BPI Agressivo - Fundo de Investimento Aberto Flexível	40 488	-	40 488
BPI América - Fundo de Investimento Aberto de Ações	217 053	-	217 053
BPI Ásia Pacífico - Fundo de Investimento Aberto de Ações	42 823	-	42 823
BPI Brasil - Fundo de Investimento Aberto Flexível	133 103	-	133 103
BPI Dinâmico - Fundo de Investimento Aberto Flexível	242 861	-	242 861
BPI Euro Grandes Capitalizações - Fundo de Investimento Aberto de Ações	55 617	-	55 617
BPI Euro Taxa Fixa - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	54 499	-	54 499
BPI Europa - Fundo de Investimento Aberto de Ações	178 489	-	178 489
BPI Global - Fundo de Investimento Aberto Flexível	184 442	-	184 442
BPI Ibéria - Fundo de Investimento Aberto de Ações	14 588	-	14 588
BPI Defensivo - Fundo de Investimento Aberto	797 201	-	797 201
BPI Moderado - Fundo de Investimento Aberto Flexível	903 088	-	903 088
BPI Obrigações de Alto Rendimento Alto Risco - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	52 874	-	52 874
BPI Obrigações Mundiais - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações	476 332	-	476 332
BPI Portugal - Fundo de Investimento Aberto de Ações	88 008	-	88 008
BPI Ações Mundiais - Fundo de Investimento Aberto de Ações	257 087	-	257 087
BPI Reforma Global Equities PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Ações Poupança Reforma	14 611	-	14 611
BPI Reforma Investimento PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	3 409 579	-	3 409 579
BPI Reforma Obrigações PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	2 008 009	-	2 008 009
BPI Reforma Valorização PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Poupança Reforma	798 371	-	798 371
BPI Seleção - Fundo de Investimento Aberto de Fundos Mistos de Ações	-	-	-
BPI Universal - Fundo de Investimento Aberto de Fundo de Ações	26 192	-	26 192
	<b>10 016 268</b>	<b>-</b>	<b>10 016 268</b>
Fundos Imobiliários			
Imofomento - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	5 406 281	-	5 406 281
Josiba Florestal - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	80 000	-	80 000
	<b>5 486 281</b>	<b>-</b>	<b>5 486 281</b>
	<b>15 502 549</b>	<b>-</b>	<b>15 502 549</b>
Fundos geridos pela Caixabank Asset Management Luxemburg			
BPI Global Investment Fund - BPI África	42 995	-	42 995
BPI Global Investment Fund - BPI Alternative Fund: Iberian Equities Long/Short Fund	1 918 171	5 004 646	6 922 817
BPI Global Investment Fund - BPI Technology Revolution	262 121	-	262 121
BPI Global Investment Fund - BPI High Income Bond Fund	57 100	-	57 100
BPI Global Investment Fund - BPI Ibéria	174 051	-	174 051
BPI Global Investment Fund - BPI Opportunities	344 326	-	344 326
BPI Global Investment Fund - BPI Universal	17 521	-	17 521
	<b>2 816 285</b>	<b>5 004 646</b>	<b>7 820 930</b>
Fundos e carteiras geridos pela BPI Vida e Pensões:			
Investimentos imobiliários em desenvolvimento pelos fundos de pensões	382 544	-	382 544
Carteiras de investimento pertencentes aos fundos de pensões	35 900	47 600	83 500
Carteiras de investimento pertencentes a seguros de capitalização	1 903 163	-	1 903 163
	<b>2 321 607</b>	<b>47 600</b>	<b>2 369 207</b>
Gestão Discricionária:			
Carteiras institucionais	139 426	30 092	169 518
Gestão de carteiras delegada - Private Banking	125 140	-	125 140
Comissões research	430 658	-	430 658
	<b>695 224</b>	<b>30 092</b>	<b>725 316</b>
	<b>21 335 665</b>	<b>5 082 337</b>	<b>26 418 002</b>

As Carteiras/Fundos são divididas por 4 tipos de estratégia:

- Carteiras de Curto-prazo;
- Carteiras de Obrigações;
- Carteiras de Ações; e
- Carteiras Balanceadas.

Conforme mencionada na Nota Introdutória, no mês maio de 2022 foram lançados os Fundos da Gama BPI Impacto Clima composta por 5 fundos: um fundo de ações, um fundo de obrigações e três fundos mistos.

Estes são os primeiros fundos domiciliados em Portugal classificados com os requisitos de transparência do Artigo 9º - considerado o mais exigente - da SFDR (Regulamento eu 2019/2088 de divulgação de informações relacionadas com a Sustentabilidade).

Em outubro de 2022 foi lançado o Fundo BPI Obrigações 2025 destinado aos Clientes do segmento *Premier*.

Em setembro de 2021 foi lançado o Fundo BPI European Financial Equities Long/Short Fund, Fundo do CaixaBank AM Luxemburgo gerido pela BPI Gestão de Ativos.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, as comissões de gestão ascenderam a 22 083 088 e 21 335 665 euros, respetivamente, registando um aumento das comissões face ao ano anterior.

As comissões de performance ascenderam a 31 de dezembro de 2022 a 1 754 077 euros, dos quais 172 661 euros do Fundo BPI European Financial Equities Long/Short Fund e 1 581 077 euros, respeita à comissão de performance fee do Fundo BPI Alternative Fund: Iberian Equities Long/Short Fund, verificando-se uma diminuição face a 2021 (5 004 646 euros).

O montante total de despesa de Research de Equity é dividido pelos tipos de estratégia através de um ponderador. De seguida, os custos de Research de Equity de cada estratégia são alocados às carteiras/fundos individuais que compõem essa estratégia, usando como ponderador o montante sob gestão em cada uma dessas carteiras. A 31 de dezembro de 2022 e 2021 as comissões de research a receber pelos Fundos ascenderam a 451 381 e 430 658 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2022 procedeu-se à refaturação aos Organismos de Investimento Coletivo Mobiliário, relativo a custos incorridos em matérias de sustentabilidade no montante de 80 100 euros.

## 18. ENCARGOS COM COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<b>31 Dez. 22</b>	<b>31 Dez. 21</b>
Comissões de colocação:		
Fundos Imobiliários		
Imofomento - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	394 754	161 385
	<u>394 754</u>	<u>161 385</u>
Comissão de gestão – gestores internacionais:		
CaixaBank Asset Management S.G.I.I C, SAU		
BPI Europa - Fundo de Investimento Aberto de Ações	85 486	89 065
BPI Euro Grandes Capitalizações - Fundo de Investimento Aberto de Ações	24 637	27 344
BPI Euro Taxa Fixa - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	19 472	27 154
	<u>129 595</u>	<u>143 561</u>
Outras Comissões:		
Comissão de Incentivo - Banco BPI		
Comercializadores Externos	15 617	114 416
	<u>57 762</u>	<u>58 675</u>
	73 379	173 091
Outros serviços bancários:		
Banco BPI	144 587	143 845
Imposto do selo	20 975	12 198
	<u>763 290</u>	<u>634 083</u>

A partir de 1 de janeiro de 2020, com a alteração do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC), o regime prudencial das sociedades gestoras, permitiu que a comissão de gestão dos fundos fosse parcialmente destinada a remunerar o serviço de comercialização e reformulou os deveres de reporte de informação. Neste sentido em 2020 a Sociedade deixou de suportar o custo com as comissões de distribuição e comercialização e respetivo imposto de selo, relativo às colocações efetuadas pelo Banco BPI, passando os mesmos a serem suportados apenas pelos respetivos fundos, como já acontecia anteriormente ainda sob forma da comissão de gestão da Sociedade.

Em setembro de 2021, verificou-se a alteração do contrato de comercialização de unidades de participação (UPs) com o Banco BPI, no qual o Banco BPI tem o direito de receber 40% do valor da comissão de gestão da BPI Gestão de Ativos, relativamente ao organismo de investimento imobiliário – BPI Imofomento comercializado pelo Banco BPI, mediante a comercialização de um determinado número de UP's, pelos serviços prestados pelo Banco BPI à BPI Gestão de Ativos. O Banco BPI tem o direito de receber ainda uma comissão adicional (Comissão de Incentivo) quando forem atingidos os objetivos acordados pelas partes.

Em 2022 foram pagas ao Banco BPI pela comissão de colocação e de incentivo os montantes de 394 754 e 15 617 euros, respetivamente.

## 19. RESULTADOS DE AVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta um saldo de 10 815 e 6 244 euros, respetivamente, os quais respeitam a diferenças cambiais desfavoráveis.

## 20. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO E OUTROS ENCARGOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<b>31 Dez. 22</b>	<b>31 Dez. 21</b>
Outros Resultados de Exploração		
Cedência de pessoal	201 269	187 243
Outros	1 288	-
	<u>202 557</u>	<u>187 243</u>
Encargos Operacionais		
Donativos	( 50 000)	-
Quotizações	( 35 514)	( 33 707)
Outros	( 12 550)	( 4 323)
	<u>( 98 064)</u>	<u>( 38 030)</u>
	<b><u>104 493</u></b>	<b><u>149 213</u></b>

O saldo a 31 de dezembro de 2022 e 2021 registados na rubrica "Cedência de Pessoal", respeita aos montantes recebidos referente à cedência de quatro colaboradores da Sociedade à BPI Vida e Pensões.

Em dezembro de 2022 a Sociedade registou um donativo no montante de 50 000 euros para as Jornadas Mundiais da Juventude a ocorrer em 2023. O pagamento ocorreu em janeiro de 2023.

No exercício de 2022 foram registadas quotas à APFIPP no montante de 35 514 euros.

Na rubrica de "Outros" a 31 de dezembro de 2022, encontra-se registado o montante de 9 550 euros referente a falhas de gestão operacional.

21. OUTROS IMPOSTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<b>31 Dez. 22</b>	<b>31 Dez. 21</b>
Outros impostos:		
Taxa de supervisão paga à CMVM	( 375 745)	( 352 544)
	<b>( 375 745)</b>	<b>( 352 544)</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, o saldo da rubrica “Taxa de supervisão paga à CMVM” inclui respetivamente 47 945 e 52 544 euros, relativos à majoração da taxa no âmbito do artigo 35º dos Estatutos da Autoridade da Concorrência.

22. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<b>31 Dez. 22</b>	<b>31 Dez. 21</b>
Remunerações dos órgãos sociais	485 176	638 003
Remunerações dos empregados	2 413 138	2 186 367
Outras remunerações variáveis		
· Exercício Corrente	850 000	965 000
· De exercícios anteriores	( 48 701)	( 111 501)
Prémios final de carreira	8 222	7 932
Responsabilidades com pensões:		
· Plano de benefícios definidos (Nota 24)	( 106 326)	( 111 447)
· Plano de contribuição definida	9 805	8 630
Encargos sociais	748 556	745 501
Cessações voluntárias - SAMS	7 179	( 45 690)
Outros		
· Seguros saúde	6 796	6 633
· Seguro de vida	4 467	6 432
· Indemnizações contratuais	42 901	42 608
· Outros	63	4 984
	<b>4 421 276</b>	<b>4 343 452</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade mantinha ao seu serviço 39 efetivos.

O Dr. Paulo Freire de Oliveira renunciou, com efeito a partir de 1 de janeiro de 2022, ao cargo de presidente do Conselho de Administração.

Durante os exercícios de 2022 e 2021, encontravam-se cedidos quatro colaboradores da Sociedade à BPI Vida e Pensões conforme os contratos de cedência celebrados. O reembolso do custo associado a estes trabalhadores é registado em “Outros resultados de exploração e Outros Encargos Operacionais” (**Nota 20**).

Política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da BPI Gestão de Ativos:

De acordo com a política do Grupo CaixaBank, os elementos que exercem funções executivas no Grupo designadamente os que integram o Conselho de Administração da BPI Gestão de Ativos, só exercem cargos sociais noutras empresas em representação ou no interesse do Grupo CaixaBank.

Divulgação dos montantes anuais das remunerações fixas e variáveis a atribuídas pelos Membros dos Órgãos de Administração, Fiscalização e Restantes Colaboradores em 2022 e número de beneficiários:

a) Montante anual das componentes fixas e variáveis da remuneração e número de beneficiários dos exercícios de 2022 e 2021:

<b>31 Dez. 22</b>				
	<b>Remuneração Fixa</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Total</b>	<b>Número de Beneficiários**</b>
Órgãos de Administração*	410 764	111 392	522 156	4
Órgãos de Fiscalização	74 412	-	74 412	3
Restantes Colaboradores	3 086 100	738 608	3 824 708	36
	<b>3 571 276</b>	<b>850 000</b>	<b>4 421 276</b>	<b>43</b>

\* Inclui 1 Membro não executivo do Conselho de Administração.

\*\* A 31 de dezembro de 2022 a Sociedade Gestora tinha um total de 39 colaboradores efetivos excluindo Membros não executivos do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal.

<b>31 Dez. 21</b>				
	<b>Remuneração Fixa</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Total</b>	<b>Número de Beneficiários*</b>
Órgãos de Administração*	571 867	230 000	801 867	4
Órgãos de Fiscalização	66 136	-	66 136	3
Restantes Colaboradores	2 740 449	735 000	3 475 449	37
	<b>3 378 452</b>	<b>965 000</b>	<b>4 343 452</b>	<b>44</b>

\* Inclui 1 Membro não executivo do Conselho de Administração.

\*\* A 31 de dezembro de 2021 a Sociedade Gestora tinha um total de 40 colaboradores efetivos excluindo Membros não executivos do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal.

O montante da remuneração variável é uma estimativa do montante a pagar de remunerações variáveis de acordo com o referido na **Nota 1.3.g)**

A informação individualizada relativa aos membros dos Órgãos de Administração, Conselho Fiscal e Colaboradores encontra-se divulgada na Declaração relativa às Políticas de Remuneração.

Período de diferimento:

- (i) na data de pagamento da remuneração variável será paga a parte não diferida da mesma ("Data de Pagamento Inicial"), ou seja, são transferidos para a titularidade do Administrador Executivo o dinheiro e instrumentos que integram essa parte não diferida da remuneração variável. A metade da parte não diferida da remuneração variável é paga em dinheiro e a metade restante é paga em instrumentos;
- (ii) a parte diferida da remuneração variável ajustada ao risco deverá, desde que não ocorram os pressupostos de redução previstos na política, ser paga em 3 anos em tranches iguais após a data de pagamento inicial.

A parte da remuneração variável de exercícios anteriores diferida corresponde a 450 941 euros a 31 de dezembro de 2022 (2021: 355 763 euros). A Sociedade procedeu à revisão da estimativa da remuneração variável de 2022 a pagar em 2023 e seguintes, conforme aplicável, para o montante de 850 000 euros (2021: 965 000 euros).

## 23. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 Dez. 22	31 Dez. 21
Bancos de dados	1 590 926	1 537 957
Rendas e alugueres		
. Banco BPI	234 878	234 878
. Imofomento	253	3 152
. Outros	46 779	19 391
Serviços prestados	1 190 999	1 058 255
Deslocações e estadas e despesas de representação	48 041	19 135
Serviços prestados – Banco BPI	1 046 277	1 010 152
Serviços prestados – CaixaBank AM	2 899 078	2 145 061
Publicidade e edição de publicações	295 266	58 623
Formação de pessoal	67 909	52 529
Auditoria interna	61 500	61 500
Research	506 209	466 551
Outros	108 181	239 962
	<b>8 096 298</b>	<b>6 907 146</b>

A rubrica “Banco de Dados” corresponde essencialmente aos encargos, com a Bloomberg, Reuters, Standard & Poors, Moodys, MCSI e ISS Governance.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontravam-se registados na rubrica “Serviços Prestados”, os encargos com informática e tecnologia, nomeadamente com a Anadat, CaixaBank Tech, CaixaBank Operational Services, Optimissa, RD Sistemas e Exibo. De referir que a variação entre 2022 e 2021, respeitam essencialmente ao custos suportados com o CaixaBank Operacional Services referente ao apoio nos serviços de RH.

Pela reformulação dos serviços de apoio prestados pelo Banco BPI em 2021, a Sociedade procedeu ao aditamento do contrato em vigor, tendo sido o preço revisto de 2 043 236 euros para 1 010 152 euros, liquidados trimestralmente.

Na sequência da alteração do Banco Depositário para o Cecabank, S.A. – Sucursal em Portugal a 6 de julho de 2020 referida na nota introdutória, numa ótica de ganho sinérgico ao nível da integração dos sistemas de informação utilizados pelas partes, a Sociedade contratou, a partir dessa data, um conjunto de serviços de apoio operacional com a Caixabank AM Espanha. Desta forma, esta entidade passou a desempenhar um conjunto de tarefas que anteriormente estavam a cargo do Banco BPI, ao abrigo do contrato de Prestação de Serviços com o Banco anteriormente em vigor.

O valor acordado com a Caixabank AM Espanha para o desempenho das tarefas durante o exercício de 2022 é de 2 285 281 euros, liquidados anualmente. O valor apresentado no final de 2022 corresponde ao valor do contrato de prestação de serviços e ao valor do Projeto “Guadiana” faturado pelo Caixabank AM Espanha no montante de 613 797 euros (C/ IVA).

O Projeto “Guadiana” com *rollout* que decorreu entre o final de 2022 e início de 2023 visa a afiliação da BPI GA aos serviços de infraestrutura informática do grupo CaixaBank, através da CaixaBankTech, empresa do grupo especializada neste domínio.

Em 2022 verificou-se um reforço da comunicação (Publicidade) o qual ascendeu a 31 de dezembro de 2022 ao montante de 295 266 euros. A Sociedade associou-se ao Banco BPI numa campanha alargada relacionada com Sustentabilidade, sob o slogan “Só o Mundo pode Mudar o Mundo”, através de um contributo relevante para que a “campanha” se desenrolasse, incluindo o desenvolvimento de oferta de fundos de investimentos sustentáveis. A Sociedade, em parceria com o Banco BPI realizou em 2022, um “roadshow” da nova gama com as “TalksBPI Impacto Clima”, realizadas em Lisboa, Porto, Faro, Braga, Viseu e Leiria. Também marcámos presença na convenção do Premier, em diversos Aceleradores de Sustentabilidade do Banco BPI, e ainda em múltiplos webinars de acompanhamento da nossa oferta.

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica “Formação de pessoal” inclui 15 000 e 5 250 euros, respetivamente relativos aos encargos a suportar com o protocolo celebrado com a Universidade Nova de Lisboa e 52 909 euros referente a cursos relacionados com os critérios ESG (Certificação CESGA), APFIPP, APB etc.

Os custos de Research referente a 2022, estão de acordo com a Diretiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros (DMIF), no qual estabelece que as empresas que prestam serviços de investimento devem atuar nos melhores interesses dos seus clientes (art.24º da DMIF II) e, ao executar ordens de clientes, devem adotar as medidas necessárias e suficientes para obter o melhor resultado possível para os clientes, neste sentido verificou-se uma diminuição dos custos de research.

Os custos de Research são divididos em:

- *Research Equity*; e
- *Research Fixed Income*.

Na rubrica de “Outros” encontram-se registados a 31 dezembro de 2022, os encargos com comunicações fixas e móveis, encargos com viaturas (Aluguer operacional e combustíveis), conservação e reparação. Na sequência do novo contrato de arrendamento do escritório do Porto celebrado em maio de 2021, foram efetuadas algumas obras de reparação nesse exercício.

Nos exercícios de 2022 e 2021, os honorários contratados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas relativos à revisão legal das contas anuais e outros serviços prestados, estão registados na rubrica “Serviços Prestados” e apresentam o seguinte detalhe (Valores excluindo IVA):

	<b>31 Dez. 22</b>	<b>31 Dez. 21</b>
Revisão legal das contas anuais	42 775	39 570
Outros serviços de garantia de fiabilidade	14 260	13 190
	<b>57 035</b>	<b>52 760</b>

#### 24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade assumiu o compromisso de pagar aos seus empregados ou às suas famílias pensões de reforma, velhice ou sobrevivência, bem como gastos com assistência médica (SAMS) nos termos previstos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário e no plano de pensões em vigor no Grupo Caixabank. O valor das pensões consiste numa percentagem crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda o subsídio por morte na reforma.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social, a partir de 1 de janeiro de 2011, passando a estar cobertos por este regime em matéria de pensões por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção, cujos encargos, a Sociedade deixou de suportar. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do ACT, a Sociedade continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

A BPI Vida e Pensões é a entidade que elabora as avaliações atuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência e que é responsável pela gestão do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização, que a BPI Gestão de Ativos subscreve para fazer face às referidas responsabilidades relativas aos seus colaboradores.

Os pressupostos atuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades da Sociedade com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	31 Dez. 22	31 Dez. 21
<u>Pressupostos financeiros</u>		
Taxa de desconto	3,80%	1,26%
Taxa de rendimento do fundo de pensões	-9,30%	4,30%
Taxa de crescimento salarial		
2023	4,50%	0,90%
2024	3,50%	0,90%
após 2024	1,25%	0,90%
Taxa de crescimento das pensões		
2023	4,00%	0,40%
2024	3,00%	0,40%
após 2024	0,75%	0,40%

Pressupostos demográficos

Tábua de mortalidade <sup>(1)</sup> :		
. População feminina	TV 99/01 – 2 anos	TV 99/01 – 2 anos
. População masculina	TV 88/90 – 1 ano	TV 88/90 – 1 ano
Taxa de rotação de pessoal	não aplicável	não aplicável
Método de avaliação	"Projected Unit Credit"	"Projected Unit Credit"

<sup>(1)</sup> - Considerou-se uma esperança média de vida superior em dois anos para a população feminina face à tábua de mortalidade utilizada e em 1 ano para a população masculina.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os pensionistas e colaboradores beneficiários do plano de pensões apresentam a seguinte composição:

	31 Dez. 22	31 Dez. 21
Pensionistas por reforma	2	2
Pensionistas por sobrevivência	-	1
Colaboradores em atividade <sup>(*)</sup>	38	39
Ex-trabalhadores	43	41
	<b>83</b>	<b>83</b>

<sup>(\*)</sup> Com a entrada em vigor em 2017 do novo ACT, passou a incluir 19 trabalhadores bancários beneficiários de assistência médica (SAMS).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor atual das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, assistência médica e subsídio por morte é o seguinte:

	31 Dez. 22	31 Dez. 21
A. Responsabilidades por serviços passados		
Por pensões em pagamento	904 532	1 140 771
Por serviços passados de ativos	2 802 812	4 352 489
	<b>3 707 344</b>	<b>5 493 260</b>
B. Responsabilidades por serviços futuros	<b>1 105 831</b>	<b>( 997 272)</b>
C. Responsabilidades por serviços totais (A+B)	<b>4 813 175</b>	<b>4 495 988</b>

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores admitidos antes de 1 de janeiro de 1994 encontram-se líquidas das relativas a pensões de reforma e de sobrevivência que serão atribuídas a esses trabalhadores pela Segurança Social, resultantes das contribuições efetuadas até essa data.

Nos exercícios de 2018 a 2022, as responsabilidades com serviços passados da Sociedade de acordo com os estudos atuariais efetuados e os respetivos ativos alocados à cobertura das mesmas apresentavam o seguinte detalhe:

	31 Dez. 22	31 Dez. 21	31 Dez. 20	31 Dez. 19	31 Dez. 18
Responsabilidades por serviços passados:					
Ativos	2 802 812	4 352 489	4 150 052	4 465 778	3 065 848
Reformados e pré-reformados	904 532	1 140 771	1 030 953	16 810	22 111
	<b>3 707 344</b>	<b>5 493 260</b>	<b>5 181 005</b>	<b>4 482 588</b>	<b>3 087 959</b>
Fundo de pensões	4 813 175	5 386 270	4 220 623	4 095 011	3 090 386
Diferencial	<b>1 105 831</b>	<b>( 106 990)</b>	<b>( 960 382)</b>	<b>( 387 577)</b>	<b>2 427</b>
Nível de financiamento	130%	98%	81%	91%	100%

Nos exercícios de 2022 e 2021, a evolução e cobertura financeira das responsabilidades por serviços passados é a seguinte:

	31 Dez. 22	31 Dez. 21
A. Responsabilidades:		
Saldo inicial	5 493 260	5 181 005
Custo do serviço corrente	( 51 205)	( 79 065)
Reformas antecipadas	-	-
Custo dos juros	99 467	58 994
Perdas/(Ganhos) atuariais por desvios entre os pressupostos e os valores efetivamente verificados:		
. Alteração da taxa de desconto	(2 327 726)	( 301 718)
. Alteração da tábua de mortalidade	-	158 535
. Desvios Atuariais (aumentos salariais e pensões)	487 792	351 036
. Transferências	-	199 798
. Pensões previstas	-	( 75 325)
. Outros desvios atuariais	5 756	-
Saldo final	<b>3 707 344</b>	<b>5 493 260</b>
B. Situação patrimonial do Fundo de Pensões		
Saldo inicial	5 386 270	4 220 623
Contribuição da BPI Gestão de Ativos	-	752 879
Contribuições dos colaboradores	26 997	29 386
Rendimento do Fundo de Pensões (líquido)	( 533 074)	255 151
Pensões pagas pelo Fundo de Pensões	( 67 018)	( 71 567)
Transferências	-	199 798
Saldo final	<b>4 813 175</b>	<b>5 386 270</b>
C. (Insuficiência) / excesso de cobertura (B - A) (Notas 10 e 12)	<b>1 105 831</b>	<b>( 106 990)</b>
D. Grau de cobertura (B/A)	<b>130%</b>	<b>98%</b>

Nos exercícios de 2022 e 2021, os custos com pensões têm a seguinte composição:

	31 Dez. 22	31 Dez. 21
Custos com pessoal (Nota 22):		
. Custo dos juros	99 467	58 994
. Rendimento dos ativos apurado com base na taxa de desconto	( 127 591)	( 61 990)
	<b>( 28 124)</b>	<b>( 2 996)</b>
. Custo do serviço corrente	( 51 205)	( 79 065)
. Reformas antecipadas	-	-
. Contribuição colaboradores	( 26 997)	( 29 386)
	<b>( 78 202)</b>	<b>( 108 451)</b>
	<b>( 106 326)</b>	<b>( 111 447)</b>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de "Desvios atuariais dos Fundos de Pensões" registados nas demonstrações do rendimento integral durante os exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	Desvios atuariais		
	Pensões de reforma e sobrevivência	Prémio final de carreira	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>1 661 140</b>	<b>52 050</b>	<b>1 713 190</b>
Perdas/(Ganhos) atuariais			
Alteração da tábua de mortalidade	158 535	352	158 887
Alteração da taxa de desconto	( 301 718)	( 3 826)	( 305 544)
Desvio de rendimento dos ativos	( 193 158)	-	( 193 157)
Outros desvios atuariais	448 351	( 6 274)	442 077
	112 010	( 9 748)	102 263
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>1 773 150</b>	<b>42 302</b>	<b>1 815 452</b>
Perdas/(Ganhos) atuariais			
Alteração da tábua de mortalidade	-	-	-
Alteração da taxa de desconto	(2 327 726)	( 23 781)	(2 351 507)
Desvio de rendimento dos ativos	660 666	-	660 666
Outros desvios atuariais	491 523	10 045	501 568
	(1 175 537)	( 13 736)	(1 189 273)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>597 613</b>	<b>28 566</b>	<b>626 179</b>

## 25. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição a instrumentos financeiros e as respetivas características e condições são apresentadas tal como segue:

### 25.1. Exposição a dívida soberana

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os títulos de rendimento fixo detidos pela Sociedade correspondem a Obrigações do Tesouro emitidas pelo Estado Português, cujo prazo residual de vencimento pode ser resumido tal como segue:

País emitente	31 Dez. 22			31 Dez. 21		
	De 1 ano			De 1 ano		
	Até 1 ano	a 5 anos	Total	Até 1 ano	a 5 anos	Total
Portugal	-	2 449 122	2 449 122	-	2 510 778	2 510 778
	-	2 449 122	2 449 122	-	2 510 778	2 510 778

Relativamente ao risco de crédito, a República de Portugal apresenta a seguinte notação de rating:

	31 Dez. 22			31 Dez. 21		
	S&P	Moody's	Fitch	S&P	Moody's	Fitch
OTRV Dezembro 2022	-	-	-	-	Baa3	-
OTRV Julho 2025	-	Baa2	-	-	Baa3	-

### 25.2. Justo valor

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o justo valor dos instrumentos financeiros é resumido tal como segue:

<b>31 Dez. 22</b>				
<b>Tipo de instrumento financeiro</b>	<b>Valor contabilístico (líquido)</b>	<b>Registados no balanço ao justo valor</b>	<b>Registados no balanço ao custo amortizado</b>	<b>Total</b>
<b><u>Ativo</u></b>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	22 689 506	-	22 689 506	22 689 506
Ativos financeiros detidos para negociação	25 692	25 692	-	25 692
Ativos financeiros pelo custo amortizado	2 423 430	-	2 423 430	2 423 430
	<b>25 138 629</b>	<b>25 692</b>	<b>25 112 936</b>	<b>25 138 629</b>

O valor de balanço dos ativos pelo custo amortizado é, na opinião da Sociedade e pelo cariz de curto prazo destes ativos, uma aproximação real do respetivo justo valor.

<b>31 Dez. 21</b>				
<b>Tipo de instrumento financeiro</b>	<b>Valor contabilístico (líquido)</b>	<b>Registados no balanço ao justo valor</b>	<b>Registados no balanço ao custo amortizado</b>	<b>Total</b>
<b><u>Ativo</u></b>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	23 628 821	-	23 628 821	23 628 821
Ativos financeiros detidos para negociação	71 688	71 688	-	71 688
Ativos financeiros pelo custo amortizado	2 439 090	-	2 439 090	2 439 090
	<b>26 139 599</b>	<b>71 688</b>	<b>26 067 911</b>	<b>26 139 599</b>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos financeiros detidos para negociação registados em balanço ao justo valor foram classificados no Nível 1 – Cotações em mercado ativo.

### 25.3. Riscos de crédito, de liquidez e de mercado

#### **Risco de crédito**

##### Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição máxima a risco de crédito apresenta a seguinte composição:

<b>31 Dez. 22</b>			
	<b>Valor contabilístico bruto</b>	<b>Imparidade</b>	<b>Valor contabilístico líquido</b>
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	22 689 506	-	22 689 506
Ativos financeiros detidos para negociação (Nota 5)	25 692	-	25 692
Ativos financeiros pelo custo amortizado (Nota 6)	2 423 430	-	2 423 430
Ativos de contratos com clientes (Nota 9)	5 583 644	-	5 583 644
Outros ativos (Nota 10)	1 623 656	-	1 623 656
	<b>32 345 928</b>	<b>-</b>	<b>32 345 928</b>

	31 Dez. 21		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	23 628 821	-	23 628 821
Ativos financeiros detidos para negociação (Nota 5)	71 688	-	71 688
Ativos financeiros pelo custo amortizado (Nota 6)	2 439 090	-	2 439 090
Ativos de contratos com clientes (Nota 9)	8 962 576	-	8 962 576
Outros ativos (Nota 10)	503 232	-	503 232
	35 605 407	-	35 605 407

### Qualidade do risco de crédito

Os depósitos bancários foram constituídos junto de duas Instituições de Crédito em Portugal, as quais apresentam o rating de BBB em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

### **Risco de liquidez**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os *cash-flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	31 Dez. 22						
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
<b>Ativo</b>							
Disponibilidades em outras instituições de crédito	22 689 506	-	-	-	-	-	22 689 506
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	25 692	-	25 692
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	-	-	-	2 423 430	-	2 423 430
Ativos de contratos com clientes	5 583 644	-	-	-	-	-	5 583 644
	28 273 150	-	-	-	2 449 122	-	30 722 272

	31 Dez. 21						
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
<b>Ativo</b>							
Disponibilidades em outras instituições de crédito	23 628 821	-	-	-	-	-	23 628 821
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	50 655	-	21 033	71 688
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	-	-	-	-	2 439 090	2 439 090
Ativos de contratos com clientes	8 962 576	-	-	-	-	-	8 962 576
	32 591 397	-	-	50 655	-	2 460 123	35 102 175

Os mapas apresentados foram preparados com base nos requisitos definidos no IFRS 7 relativamente a Risco de Liquidez, considerando a totalidade dos *cash-flows* contratuais não descontados que se preveem vir a ser recebidos nos períodos indicados relativos a operações em vida na data de referência.

### **Risco de mercado**

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos *cash-flow* dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo nomeadamente o risco de taxa de juro.

Risco de taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos instrumentos financeiros por tipo de exposição ao risco de taxa de juro, apresenta a seguinte composição:

Tipo de instrumento financeiro	31 Dez. 22		
	Exposição a taxa de juro	Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
<b>Ativo</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	-	22 689 506	22 689 506
Ativos financeiros detidos para negociação (Nota 5)	25 692	-	25 692
Ativos financeiros pelo custo amortizado (Nota 6)	2 423 430	-	2 423 430
Ativos de contratos com clientes (Nota 9)	-	5 583 644	5 583 644
Outros ativos (Nota 10)		1 623 656	1 623 656
	2 449 122	29 896 806	32 345 928

Tipo de instrumento financeiro	31 Dez. 21		
	Exposição a taxa de juro	Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
<b>Ativo</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	-	23 628 821	23 628 821
Ativos financeiros detidos para negociação (Nota 5)	71 688	-	71 688
Ativos financeiros pelo custo amortizado (Nota 6)	2 439 090	-	2 439 090
Ativos de contratos com clientes (Nota 9)	-	8 962 576	8 962 576
Outros ativos (Nota 10)		503 232	503 232
	2 510 778	33 094 629	35 605 407

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de emissão destas demonstrações financeiras, não foram recebidas novas informações acerca de condições que existam à data do Balanço e que dessem lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras, nem são conhecidas situações após aquela data e que sejam relevantes para divulgação.



**BPI**

GESTÃO DE ATIVOS

Grupo  CaixaBank